



JOSÉ VINÍCIUS DO NASCIMENTO

**OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO NO
BRASIL: UMA ANÁLISE FUNDAMENTADA NA
ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO COMO
LIBERDADE**

**LAVRAS-MG
2017**

JOSÉ VINÍCIUS DO NASCIMENTO

**OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
FUNDAMENTADA NA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

**Professor Dr. Renato Silvério Campos
Orientador**

**LAVRAS-MG
2017**

JOSÉ VINÍCIUS DO NASCIMENTO

**OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
FUNDAMENTADA NA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 08 de Agosto de 2017.
Profa. Dra. Júlia Moretto Amâncio - UFLA
Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza- UFLA

Prof. Dr. Renato Silvério Campos
Orientador

**LAVRAS-MG
2017**

AGRADECIMENTOS

Certamente cada palavra descrita neste momento traz consigo uma lembrança, um sorriso e diversas lágrimas, resultando no entendimento de que a felicidade reside no contínuo processo de amadurecimento de um indivíduo, advindo das experiências vivenciadas pelo mesmo.

Percebo o fato de que no decorrer de nossa existência, por poucas vezes deixei de expressar todo meu sentimento, toda a minha idéia, todo meu ser, com aqueles dos quais sempre admirei. Uma falha, que somente após alcançar o estágio atual de maturidade, reconheço a importância de uma palavra, de um abraço, de um sorriso em nossas vidas diárias. Para aqueles que irei dedicar estes agradecimentos, peço humildemente e encarecidamente desculpas, em faltar com cada um em determinado ponto de nossas vidas. Talvez na época e não pude conceber seus ensinamentos, talvez na época, faltei com reciprocidade sentimental com vós. Contudo acredito, vejo e sinto de que a luz, do qual cada um de vocês possui permaneceu inabalável, de modo a proporcionar o iluminar do caminho para aqueles que convivem.

Sinto-me privilegiado em dizer que a família do qual me encontro inserido possui uma diversidade que tende ao infinito de sentimentos, de atitudes e pensamentos, proporcionando a formulação de um ser. Ao meu avô Lauro, ao meu pai José Gerado, a minha mãe Patrícia e minha irmã Gabriela, gostaria agradecê-los, bem como reconhecer de que através de cada um de vós tive o apoio necessário para tomar decisões e iniciativas das quais resultaram em oportunidades de crescer como pessoa. Embora possuamos diversas divergências ideológicas, sempre vislumbrei de que o amor com o próximo foi a principal virtude que tive a oportunidade de aprender com vocês. Além disto, graças ao apoio de vocês tive a oportunidade de ingressar numa Ordem do qual fui membro ativo por mais de nove anos, tive a oportunidade de ingressar no ensino superior e vivenciar esta experiência ao longo de quatro anos, tive a oportunidade de conhecer pessoas fantásticas, das quais ainda espero que cada um de vocês possa ter a oportunidade de serem apresentadas, bem como de dialogar, nesta jornada chamada de vida.

Agradeço imensamente a Ordem DeMolay, em específico agradeço as pessoas em que conheci ao longo destes anos. Considero-os o primeiro grande contato com o mundo, de forma a compreender a importância em amar a família, de acreditar em uma força que nos guia e nos protege, em buscar constantemente ser cortes, ser fiel e ser companheiro com as

peçoas, tanto com aquelas que nos cercam diariamente, tanto com todas as demais. Muitas vezes fui questionado ao longo desta trajetória, sobre a necessidade, sobre a importância sobre os motivos dos quais acreditava ser tão importante ao ponto de reunir e dedicar juntamente com vocês em diversos finais de semana, bem como de participar dos eventos estaduais de nossa Ordem, e todas às vezes eu permanecia tácito. Contudo, atualmente tenho a certeza do crescimento pessoal obtido, tenho a felicidade em lembrar nossos encontros diariamente, de modo que o próximo compreenda o quão especial é esta Ordem. Por alguns vieses de nossas vidas, encontrá-los pessoalmente tem se tornado cada vez mais difícil, porém jamais irei esquecer os nossos sorrisos, os trabalhos desenvolvidos, as amizades feitas, pois elas sempre estarão entrelaçadas em meu coração.

Não obstante, ao ingressar e vivenciar o ensino superior tive a oportunidade de obter uma infinidade de pensamentos, de atitudes, de momentos dos quais tenho a total certeza refletem em minha pessoa. Ao iniciar esta fase acadêmica morei juntamente com dezesseis pessoas fantásticas, das quais cada uma possuía suas peculiaridades, suas virtudes, sua troca de afeto com um mundo. Agradeço imensamente a cada um de vocês Dyrson, Guilherme, Luiz, Henrique, Andrei, Flávio, Rafael, Daniel, Francisco, Rodrigo, Marcos, Bruno, Éder, Matheus, Otávio e Gustavo, por darem a oportunidade de vivenciar momentos inesquecíveis, histórias das quais com total certeza levarei para outras pessoas, de modo a proporcionar conhecimento e sorrisos. Por vezes o caminho é árduo, porém as lembranças que tenho com cada um convergem na superação dos obstáculos encontrados na vida, por isto os agradeço imensamente.

Além disto, a vida surpreende de tal forma, a nos presentear com a presença de pessoas em nossas vidas diárias, do qual seria um erro em deixar de tecer algumas palavras para estas pessoas. Camila, Mayara e Paulo, por grande parte das vezes, senti os deveres pesarem aos ombros, de modo em acreditar que tudo estava perdido, de ter falhado com o próximo, e comigo mesmo. Contudo nos momentos em que estava aflito, inseguro, incapaz, cada um de vocês estavam presentes, repletos de orientações e palavras de conforto, de modo a gerar um sentimento de força, de capacidade de luta por uma causa. As virtudes da Transparência, do Respeito, da Inteligência e da Acuidade expressam da forma bela, do qual já tive contato. Tenham a ciência de não medirei esforços para continuar encontrando com cada um de vocês ao longo desta vida.

Agradeço também a todo Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, em específico ao corpo técnico do departamento, Diego e Soraya, bem como ao corpo docente do curso de Administração Pública, dentre eles meu

orientador Renato Campos, a quem tenho especial apreço, tanto pela paciência e confiança em mim depositada, bem como na contínua busca de troca de conhecimento.

Agradeço também as pessoas em que tive contato na área profissional. Realizar um estágio no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Lavras, sobre os cuidados de Patrícia, Izabela e Márcia, proporcionaram um vasto conhecimento do campo de públicas no âmbito municipal, bem como o estágio na Comissão Permanente de Pessoal Docente na Universidade, sobre as orientações de José, permitiram compreender a responsabilidade em que temos com outros indivíduos, em prol de uma causa maior. Por fim, serei eternamente grato a cada pessoa, funcionário, amigo e amiga, especialmente ao Felipe, Filipe, Jéssica, Júnio, Luiz Gustavo, Luís Paulo, Maitê, Sabrina, e Tiago, que conheci nesta dessa Universidade a fazer deste um ambiente acolhedor, organizado e inovador, ambiente de mentes que frisam por uma sociedade mais fraterna e igualitária.

RESUMO

A construção conceitual histórica de desenvolvimento, da abordagem positivista à pluralidade de definições integralistas ilustra sua grande representatividade no debate sociopolítico e econômico. Destacamos a proposta de Desenvolvimento como Liberdade, apresentada por Amartya Kumar Sen (1999). A fundamentação deste economista nesta obra parte do entendimento de que o processo de desenvolvimento se dá pela constante e garantia da expansão das liberdades. O mesmo autor define que “as liberdades não são apenas o fim primordial do desenvolvimento, contam-se também entre os meios principais” (SEN, 1999). A partir desta concepção teórica seniana, buscar-se-á interpretar o Estado brasileiro contemporâneo, relacionando a atuação estatal como promotor, ou não, das liberdades instrumentais da referida teoria. Neste ensaio entende-se contemporâneo o intervalo de tempo entre 1990-2015, do qual os indivíduos que compõem a sociedade brasileira voltaram a exercer seus direitos políticos através de eleições diretas para seus representantes na esfera federal, bem como ao longo dos anos posteriores este princípio da democracia foi garantido pelo Estado brasileiro. O presente ensaio busca responder: o Brasil seguiu uma trajetória de desenvolvimento, segundo a abordagem teórica de Amartya Sen, no período de 1990 a 2015? Para responder essa pergunta, foi considerada uma série de indicadores que, por hipótese, representariam as liberdades instrumentais. Para tal, destacam-se como objetivos específicos: i) apresentar os indicadores que, por hipótese, representam as liberdades instrumentais de Sen; ii) analisar a trajetória histórica desses indicadores, segundo recortes de governo; iii) Propor políticas públicas de indução das liberdades instrumentais, a partir de uma análise histórica das políticas públicas. A fundamentação teórica e base interpretativa terá respaldo em uma pesquisa qualitativa e exploratória para apresentar e analisar o modelo proposto pelo autor supracitado. Em relação a análise das gestões do Estado brasileiro inseridas neste recorte temporal, por intermédio da utilização de indicadores de desenvolvimento, o ensaio terá sua fundamentação numa pesquisa quantitativa, bibliográfica e documental, podendo ser considerada determinante para analisar as premissas necessárias. No recorte temporal pôde-se perceber que cada governo desempenhou suas funções de modo distinto obtendo diferentes resultados quanto a situações que envolvem cada uma destas liberdades instrumentais. Ainda assim, ressalta-se aqui a inter-relação entre as liberdades instrumentais, consideradas os instrumentos e fins para o desenvolvimento. Neste sentido, afere-se uma particular atenção dos gestores em questão quanto às capacidades dos indivíduos, em que apresentam resultados distintos frente a cada liberdade instrumental proposta por Sen.

Palavras-chave: *Desenvolvimento como Liberdade; Indicadores de Desenvolvimento; Estado brasileiro.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Indicador de Governança Mundial (Eficácia Governamental).....	60
Gráfico 2- Indicador Mundial de Governança (Estabilidade Política/ausência de terrorismo).61	
Gráfico 3- Indicador de Governança Mundial (Qualidade da Regulação).....	62
Gráfico 4- Indicador de Governança Mundial (Controle da Corrupção).....	63
Gráfico 5- Indicador de Governança Mundial (Voz e Accountability).....	64
Gráfico 6- Indicador de Governança Mundial (Estado de Direito).....	65
Gráfico 7- Índice de Democracia.....	67
Gráfico 8- Produto Interno Bruto (In).....	69
Gráfico 9- Índice de Desenvolvimento Humano.....	71
Gráfico 10- Índice de Gini.....	73
Gráfico 11- Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Adjusted Net Savings Indicator).....	75
Gráfico 12- Índice de Liberdade Econômica.....	77
Gráfico 13- Índice do Planeta Feliz (Happy Planet Index).....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Desenvolvimento: Uma discussão sobre o papel do Estado	15
2.1.1 A teoria da Modernização	15
2.1.2 A teoria Estruturalista	21
2.1.3 A trajetória do Desenvolvimento no Brasil: um breve resgate histórico da atuação do Estado brasileiro até 1990	27
2.1.4 O Neo Desenvolvimentismo no Brasil	32
2.2 O desenvolvimento como Liberdade	37
2.2.1 Liberdade Política	39
2.2.2 Facilidades Econômicas	42
2.2.3 Oportunidades Sociais	44
2.2.4 Garantia de Transparência	46
2.2.5 Segurança Protetora	48
2.3 Desenvolvimento como Liberdade: Os instrumentos	50
3 METODOLOGIA: Delineamento da pesquisa, coleta e análise	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
4.1 Os indicadores de desenvolvimento no Brasil	58
4.1.1 Indicadores de Governança Mundial	58
4.1.2 Índice de Democracia	65
4.1.3 Produto Interno Bruto	67
4.1.4 Índice de Desenvolvimento Humano	70
4.1.5 Índice Gini	72
4.1.6 Indicador de Poupança Líquida Ajustada	73
4.1.7 Índice de Liberdade Econômica	75
4.1.8 Índice do Planeta Feliz (Happy Planet Index)	77

4.2 Análise das políticas públicas de desenvolvimento: de 1990 a 2015.....	78
4.2.1 Liberdade Política.....	80
4.2.2 Facilidades Econômicas.....	87
4.2.3 Oportunidades Sociais.....	91
4.2.4 Garantia de Transparência.....	95
4.2.5 Segurança Protetora.....	98
4.3 Propostas de Políticas Públicas.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

1. Introdução

O conceito de Desenvolvimento se fundamenta em uma construção conceitual histórica. Este perpassa por uma abordagem positivista de progresso, à pluralidade axiológica de definições integralistas. Por conseguinte, a concepção do conceito do desenvolvimento compõe essencialmente grande parte do debate sociopolítico e econômico da humanidade, sendo que esta pesquisa busca dar enfoque numa abordagem específica do conceito teórico supracitado.

No caso presente, considera-se a proposta de Desenvolvimento como Liberdade apresentada pelo economista Amartya Kumar Sen (1999), por se configurar como uma das mais modernas interpretações da temática. O economista procura analisar sob um viés diferenciado o papel do desenvolvimento, para tal deveria ser assegurada a expansão da liberdade dos indivíduos, posto que para Sen a liberdade é “principal meio e único fim” para o desenvolvimento.

Partindo deste pressuposto, Sen evidencia a existência de dois tipos de liberdades dos indivíduos: *as liberdades substantivas* e *as liberdades instrumentais*. No entendimento de sua concepção as *liberdades substantivas* estão relacionadas quanto ao da vida do indivíduo, ou seja, são liberdades que promovem a garantia do bem-estar do ser. No tocante, Sen (1999) elucida de que as *liberdades instrumentais* estão relacionadas diretamente com a condição do indivíduo, posto que para o economista estas liberdades devem ser entendidas como instrumentos para que os indivíduos possam expandir suas capacidades de modo a “levar o tipo de vida que elas valorizam” (SEN, 1999, p.33). Além disto, Sen centraliza esforços em analisar a situação do indivíduo *agente*, sendo este entendido como “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (SEN, 1999, p.34) de modo que estes indivíduos possam ter a oportunidade de lograr da maneira que lhes convêm suas *liberdades substantivas*.

Dando continuidade ao seu entendimento Amartya Sen (1999) define a existência de cinco *liberdades instrumentais*, definidas como: i) liberdade política; ii) facilidades econômicas; iii) oportunidades sociais; iv) garantias de transparência e v) segurança protetora. Devemos evidenciar que, segundo o economista, embora cada uma apresenta suas peculiaridades, estas *liberdades instrumentais* inter-relacionam entre si, visando o resultado final, à promoção do desenvolvimento. Este entendimento sobre o desenvolvimento permite uma análise da realidade social e econômica em que o indivíduo encontra-se inserido.

Devido ao grande debate na academia e na sociedade acerca do conceito de desenvolvimento, o mundo contemporâneo frisa ampliar o entendimento e análise de sua conjuntura, para a formulação de suas possibilidades de modo que possam prosseguir com a promoção do desenvolvimento. Através de diversas instituições, sejam estas de caráter privado ou público, espalhadas ao redor do mundo, pode-se observar um grande interesse em mensurar o atual cenário em que cada Estado e a sociedade encontram-se.

Não obstante, este ensaio evidencia, por intermédio da literatura existente, a possibilidade de mensurar cada tipo de liberdade instrumental, apresentada por Amartya Sen, em vista do provimento do desenvolvimento. Esta mensuração ocorre através de determinados indicadores, que apresentam peculiaridades específicas, os quais serão abordados nesta pesquisa.

Logo para o presente ensaio, à luz da teoria do Desenvolvimento como Liberdade, proposta por Sen (1999), frente à atuação do Estado brasileiro durante 25 anos, 1990-2015, definiu-se o seguinte questionamento norteador: o Brasil seguiu uma trajetória de desenvolvimento, segundo a abordagem teórica de Amartya Sen, no período de 1990 a 2015?

Para responder essa pergunta, foi considerada uma série de indicadores que, por hipótese, representariam as liberdades instrumentais. Para tal, destacam-se como objetivos específicos: i) apresentar os indicadores que, por hipótese, representam as liberdades instrumentais de Sen; ii) analisar a trajetória histórica desses indicadores, segundo recortes de governo; iii) Propor políticas públicas de indução das liberdades instrumentais, a partir de uma análise histórica das políticas públicas. A partir deste questionamento central, este trabalho busca realizar uma análise do Estado brasileiro.

A justificativa deste recorte temporal está residida na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, no qual advém da concretização de sua redemocratização com as eleições diretas de 1989. Em busca da solidez de suas instituições e razões econômicas, percebe-se no país um esforço para a construção de um Estado forte e seguro. A promoção de políticas públicas, tendo em vista a estabilidade econômica, crescimento econômico e satisfação social, ganhou materialidade, e grande evolução em sua propriedade universal ao longo dos anos.

Segundo Heidemann (2009, p.38), “o conceito de desenvolvimento permite operacionalização por meio de políticas públicas decididas pelo conjunto dos atores sociais. Cabe elaborá-las, implementá-las e avaliá-las para preencherem sua função no mundo concreto do aqui e agora”.

Buscar-se-á compreender e discutir o processo evolutivo das liberdades instrumentais no Estado brasileiro contemporâneo, através de um compêndio de indicadores que mensuram estas liberdades a partir da redemocratização, do qual este trabalho apresenta uma serie de seções em seu referencial teórico e nos resultados, obtendo oportunidade de discorrer pontos desde o papel do Estado frente às perspectivas econômicas e sociais, além disso, acreditamos que este ensaio possibilitará oportunidades de indicar alternativas para que o Estado brasileiro possa dar continuidade à promoção do desenvolvimento.

No que tange às discussões na literatura, o referencial teórico desta pesquisa divide-se em três seções. A primeira seção está destinada a tecer sobre o papel do Estado frente ao conceito do Desenvolvimento. Por conseguinte, é necessário realizar uma abordagem sobre a teoria do Desenvolvimento como Liberdade, evidenciando os motivos que levam esta pesquisa a entender de que a teoria proposta pelo economista Amartya Sen, apresenta-se como uma das vertentes mais integralistas na concepção do desenvolvimento. Por fim, a última seção deste ensaio está destinada em apresentar e discutir os indicadores que serão utilizados nesta pesquisa para mensurar as liberdades instrumentais ao longo dos últimos 25 de redemocratização brasileira.

Em relação aos resultados deste ensaio, vale ressaltar que a pesquisa reside em, inicialmente, analisar os dados obtidos, que mensuram, por hipótese, cada liberdade instrumental apresentada por Sen (1999), a partir do recorte político realizado. Lembrando de que este recorte tem como fundamento a primeira eleição direta pós-redemocratização, período de organização e consolidação da democracia brasileira, dito em outras palavras, os dados coletados serão analisados no intervalo de tempo de 1990 até 2015.

Por conseguinte, faz-se necessário realizar uma análise de políticas públicas que possuem uma concepção do conceito de desenvolvimento, para uma maior compreensão dos dados coletados. Por fim, esta pesquisa buscará discorrer sobre uma nova proposta de política pública, visando contemplar cada liberdade instrumental apresentada pelo economista supracitado.

Indica-se a relevância desta pesquisa tendo em vista o debate sobre o desenvolvimento social da sociedade brasileira, uma vez que afirmando a teoria proposta por Sen como uma premissa verdadeira, possa-se avaliar a construção prática do conceito no Brasil. Além disso, o presente trabalho possibilita estudos futuros, em caráter analítico, das políticas de Estado a serem desenvolvidas, como continuidade do existente, ou não, Desenvolvimento como Liberdade no Brasil.

2. Referencial Teórico

Na literatura do conceito de desenvolvimento podemos vislumbrar sua formulação a partir de uma abordagem positivista de progresso à pluralidade axiológica de definições integralistas, conseqüentemente, compõe essencialmente grande parte do debate sociopolítico e econômico. Não obstante, é interessante elucidar as alterações ocorridas no papel do Estado frente a este conceito, pois poderemos vislumbrar uma rica abordagem de teorias e perspectivas que cercam esta corrente teórica, em especial aquelas que evidenciam a atuação do Estado, como promotora do conceito supracitado.

Por conseguinte, devemos salientar a existência de pensadores que partem do pressuposto de que o conceito de desenvolvimento trata-se de um processo contínuo de “evolução”, ou seja, o conceito do desenvolvimento parte de um contínuo processo “evolutivo” e não como um processo de criação. Podemos observar, como exemplo, desta afirmação na literatura, dentre vários outros, o entendimento de Heidemann (2009). Este parte do pressuposto de que o conceito de desenvolvimento formula-se de maneira gradual, elucidando o processo de mudança da ideia do progresso a concepção do termo do desenvolvimento, expondo a formulação, entendimento e influencia do papel do Estado, do mercado e da sociedade em relação ao provimento do desenvolvimento.

Para o autor, durante a era renascentista da humanidade, o conceito do progresso surge como uma “noção de que os acontecimentos históricos desenvolvem-se no sentido mais desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente” (HEIDEMANN, 2009, p.23). Desta forma, neste campo ideológico, até o começo do século vinte, a ideia de progresso está altamente ligada ao acúmulo de riquezas, ou seja, crescer economicamente traria, automaticamente, o desenvolvimento social e humano, estes estariam representados pela melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. Devemos evidenciar o fato de que neste contexto o ideal do conceito de desenvolvimento tem como fundamento a constante busca pela *industrialização*, o provimento da *modernização* e, principalmente, o mercado era capaz de ofertar a condição do bem-estar, via sua *auto-regulação* frente à economia.

Contudo conseqüências de caráter negativo começam a florescer na economia, refletindo impactos diretos no mercado e na sociedade. O mercado autorregulado deixa de apresentar garantias quanto à existência de um bem-estar dos indivíduos. Após dois séculos, em relação à Era da Renascença, a ideia do conceito do progresso assume um caráter de necessidade, como forma de superação do estágio atual em que a sociedade se encontrara. Conseqüentemente inicia-se uma reformulação do entendimento quanto ao provimento do

bem-estar, assumindo-se novos papéis aos setores angulares da sociedade, em específico ao Estado.

Segundo este entendimento, pretende-se na primeira seção apresentar as perspectivas existentes do desenvolvimento em relação ao papel do Estado frente à concepção do Desenvolvimento. De maneira breve iremos tecer sobre as teorias de Modernização e Estruturalista, por intermédio de concepções de certos pensadores nestas áreas. Em seguida na buscaremos discorrer sobre as correntes institucionalistas e a construção do desenvolvimento no Brasil, ou seja, uma abordagem que remete os passos que este país realizou para o provimento de suas bases estruturais visando à garantia do desenvolvimento econômico e social.

A segunda seção busca apresentar as concepções do economista Amartya Sen quanto ao provimento do desenvolvimento, discorridas em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*. Salientamos de que o arcabouço teórico de Sen frente ao desenvolvimento não se restringe somente a esta obra a ser estudada, do qual a mesma terá um caráter de fundamentação deste ensaio. Para o economista, em específico na literatura abordada neste ensaio, o processo de desenvolvimento se dá pela constante e garantia da expansão das liberdades. Faz-se necessário elucidar o entendimento de que a proposta de Sen se configura como uma das mais completas e universais interpretações da temática. A justificativa do mesmo autor reside que “as liberdades não são apenas o fim primordial do desenvolvimento, mas também os meios principais” (SEN, 1999, p.25), além disto, o Estado tem a responsabilidade de garantir a expansão destas liberdades instrumentais, supracitadas, tendo em vista a busca pelo desenvolvimento. Buscaremos dialogar a teoria de Amartya Sen centralizando em discorrer os pontos centrais desta teoria, bem como relacionando com o papel do Estado, de forma a observar a promoção do desenvolvimento.

Por fim, a última seção buscará evidenciar os indicadores de desenvolvimento utilizados neste ensaio, discorrendo suas peculiaridades, no que tange os motivos que levaram a ser compreendidos como instrumentos mensuráveis para liberdade instrumental apresentada por Sen (1999). Evidenciamos de que estes indicadores serão a base o levantamento de dados, dos quais serão abordados nos resultados deste ensaio.

2.1 Desenvolvimento: Uma discussão sobre o papel do Estado

2.1.1 A teoria da Modernização

As discussões quanto a modernização, perpassa do entendimento de crescimento econômico, ao desenvolvimento econômico, e recentemente, ao desenvolvimento sustentável compondo o pensamento econômico e social. A complexidade e abrangência destes pensamentos apresentam uma variedade de definições e interpretações quanto ao papel do Estado. A presente seção busca discutir o papel do Estado, em específico frente à teoria da modernização.

A centralidade desta pesquisa em relação à teoria da modernização advém do início da década de 1930 e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que neste período presenciamos no mundo uma intensificação de discussões no que tange as formas de alcançar e garantir a promoção do desenvolvimento num determinado Estado. Antes de ocorrer esta intensificação de diálogos na academia e formulação de novas concepções teóricas, Heidemann (2009) afirma que a força motriz para a modernização estava associada ao comando do mercado na economia. Não obstante era perceptível a ausência do Estado frente à economia, salientamos de que esta falta de presença está relacionada pela não existência ou por uma baixa organização de políticas públicas, do qual em teoria o Estado apenas visaria em “estabelecer contornos e condicionar as ações econômicas” (HEIDEMANN, 2009, p.25). Dito em outras palavras, o Estado atuava em outros pontos cruciais para o provimento do bem-estar dos indivíduos, permanecendo-se ausente frente à economia “na forma de leis e regulamentações ou políticas governamentais ou públicas”. (HEIDEMANN, 2009, p.25).

Contudo percebemos que o papel estatal começa a ser discutido, de modo que “se observa a distribuição das escolas de pensamento econômico nacionais que atuaram no debate da década de 1950, a maioria absoluta compartilhava a crença no papel fundamental da ação reguladora estatal” (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p.15). Nesta época a conjuntura predominante forçava um novo tipo de intervenção na economia, visando superar as conseqüências advindas das falhas do mercado autorregulado, dentre elas o agravamento nas relações de produção e consumo, proporcionando uma crise econômica em escala mundial. Não obstante, antes da metade do século o mundo havia vivenciado duas grandes guerras mundiais, proporcionando reflexões quanto ao entendimento das relações e papéis dos três setores angulares da sociedade: Estado, mercado e comunidade.

Devemos ponderar de que a naquele espaço de tempo a reformulação da promoção do desenvolvimento resultou num vasto arcabouço teórico, além disto, a concepção da época diverge numa série de pontos em relação ao mundo contemporâneo. Na metade do século XX as teorias de modernização recebem um enfoque do qual a centralidade das discussões residia no processo de industrialização, proporcionando mudanças em toda a estrutura na sociedade. Nas palavras de Moreira e Crespo (2012), há inúmeras concepções teóricas destacando-se sete teorias da modernização, sendo elas,

[...] (i) o “grande impulso” de Rosenstein-Rodan (1943); (ii) o “crescimento equilibrado” de Nurkse (1952, 1953) - em sequência do mecanismo que ficou conhecido como “círculo vicioso da pobreza”; (iii) a estratégia de “crescimento desequilibrado” de Hirschman (1958); (iv) a tese da “causalidade circular e cumulativa” de Myrdal (1957); (v) os “polos de crescimento” de Perroux (1955); (vi) o “modelo dos dois setores com oferta ilimitada de força de trabalho” de Lewis (1954,1955); (vii) a “descolagem” da teoria das etapas de crescimento de Rostow (1956, 1960) (MOREIRA; CRESPO, 2012, p.28).

Iremos tecer brevemente sobre algumas concepções de modernização na metade do século XX. Ponderamos de que a abordagem realizada é apenas parte do vasto arcabouço sobre a teoria de modernização de cada teórico, bem como compreendemos de que as mesmas permitem, posteriormente, uma melhor compreensão da atuação do Estado brasileiro na época, além de influenciar na trajetória das gestões administrativas da União a partir de 1990.

Em sua obra *Etapas do desenvolvimento econômico*, Walt Whitman Rostow (1964) atenta-se ao processo gradual da teoria do desenvolvimento econômico e social. Para o teorista cada sociedade perpassa por cinco etapas distintas para alcançar o processo de industrialização e, posteriormente, promover o desenvolvimento, estas são previamente definidas em: “a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa” (ROSTOW, 1964, p.14). Devemos evidenciar uma possível relação entre a etapa momentânea em que determinado país encontra-se, com o papel e atuação do Estado de cada país.

O teórico define uma sociedade que se encontra na etapa de *sociedade tradicional* como “aquela cuja estrutura se expande dentro das funções de produções limitadas [...] era que existia um teto no nível alcançável do volume da produção *per capita*” (ROSTOW, 1964, p.14). As economias destes Estados tendem a flutuar “conforme turbulência social e política” (ROSTOW, 1964, p.15). Neste entendimento do autor as sociedades apresentavam uma produção limitada, não estática e ociosa devido a fatores como guerras, doenças e política.

A segunda etapa é definida pelo autor como *precondições para o arranco*, nesta Rostow afirma a ocorrência de um novo entendimento por parte sociedade e da economia em relação à produção; isto se deve pela expansão e aos objetivos do mercado, por iniciarem a marchado processo de *globalização*. Um período de “transição”, pautados na perspectiva do crescimento econômico como forma de maximizar lucros e garantir o bem-estar.

[...] à medida que as novas concepções da ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto na agricultura quanto da indústria, num ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais e pela concorrência internacional por estes (ROSTOW, 1964, p.16).

É neste cenário que ocorre o surgimento de novas empresas, bancos e instituições para a mobilização de capital, bem como já dito é reformulado seus objetivos, seus interesses e seus mecanismos para alcançar seus propósitos. Cabe destacar que neste momento ocorre-se “a formação de um Estado nacional centralizado eficaz” (ROSTOW, 1964, p.17), sendo que não cabem as funções deste Estado intervir na economia.

A terceira etapa é dedicada para *o arranco*, Rostow enaltece a superação das resistências ao desenvolvimento. Estas ocorrem pela expansão cerceado pelo “avanço da tecnologia, do acúmulo de capital social e o acesso de um grupo no poder político” (ROSTOW, 1964, p.18). Neste momento “a economia explora ao máximo a os recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados” (ROSTOW, 1964, p.19). Dando continuidade a sua linha de pensamento, Rostow nos apresenta o quarto estágio, este é a *marcha para a maturidade* podendo ser entendida de que neste momento o Estado como atuar como investidor direto na economia via repasse de certa quantidade da renda nacional no cenário econômico, “permitindo à produção ultrapassar regularmente o incremento demográfico” (ROSTOW, 1964, p.19).

As modificações no cenário econômico derivam por meio do aperfeiçoamento das técnicas de produção. Desta forma procura-se estender a tecnologia moderna por toda atividade econômica, consequentemente produtos que eram inicialmente importados, passam a ser produzidos no país. Os acordos econômicos entre os Estado desenvolvem-se conforme as necessidades e interesses de sua sociedade “balanceando os novos valores e instituições com os antigos, ou revendo estes últimos de forma a auxiliar e não retardar o processo do crescimento” (ROSTOW, 1964, p.20).

Por fim e como ápice do desenvolvimento, para Rostow, temos *a era do consumo em massa*. Inicialmente nesta etapa, devemos frisar, de que os setores de produção transferem esforços para a “produção de bens duráveis e os serviços” (ROSTOW, 1964, p.21). Por conseguinte, Rostow destaca duas consequências ocorridas após as sociedades passarem pelo processo de maturidade: “a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que o maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas [...] e a estrutura de trabalho modificou-se” (ROSTOW, 1964, p.21). As sociedades manifestam as discussões quanto o Estado de Bem-Estar, compreendendo de que o Estado deve medir os esforços em outras áreas, Rostow cita, como exemplo, o foco das sociedades ocidentais estava direcionado em “atribuir recursos cada vez maiores à assistência social”.

Já para Joseph Schumpeter (1982) há três mecanismos econômicos dos quais podem proporcionar a modernização, sendo eles: a livre concorrência, a propriedade privada e a divisão do trabalho. Analisando o sistema capitalista, o economista dialoga sobre a relação destes três mecanismos com a concepção do “fluxo circular”, do qual no entendimento de Schumpeter, este fluxo está diretamente relacionado à vida econômica, “em que cada bem produzido encontra o seu mercado, período após período” (COSTA, 2006, p.3).

No entendimento de Costa (2006), Schumpeter alega que o sistema econômico capitalista origina inovações advindas de mudanças tecnológicas industriais, bem como do aperfeiçoamento do processo de trabalho, produzindo “mudanças que são qualitativamente diferentes daquelas alterações do dia-a-dia, levando ao rompimento do equilíbrio alcançado no fluxo circular”. Desta forma, “a evolução econômica se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente e se devem à introdução de novidades na maneira de o sistema funcionar” (COSTA, 2006, p.4).

Admitem-se incrementos na produtividade, decorrentes de aperfeiçoamentos no processo de trabalho e de mudanças tecnológicas contínuas na função de produção. Entretanto, essa base tecnológica já é conhecida, incorporada que foi com o tempo na matriz produtiva da economia. Os agentes econômicos apegam-se ao estabelecido, e as adaptações às mudanças ocorrem em ambiente familiar e de trajetória previsível. Nessas circunstâncias, de acordo com Schumpeter, mudanças econômicas substanciais não podem ter origem no fluxo circular, pois a reprodução do sistema está vinculada aos negócios realizados em períodos anteriores (COSTA, 2006, p.3).

Desta forma, podemos compreender de que a modernização está diretamente ligada à industrialização, de modo que os meios para produzir já encontram-se disponíveis para serem empregados em “atividades que compõem o fluxo circular. São as novas maneiras de

combiná-los, retirando-os dos locais onde se acham empregados e alocando-os em novas atividades, que se vão produzir” (COSTA, 2006, p.6). Na perspectiva deste economista o agente indutor da modernização seria o empresário, uma vez que este detém a “energia e capacidade de realizar coisas novas que não estariam presentes de maneira difundida entre a população” (COSTA, 2006, p.6), além disto, há outros fatores enaltecidos por Schumpeter que remetem a importância deste agente no processo de modernização.

A concepção deste economista frente à teoria da modernização implica dialogar sobre a atuação do Estado, uma vez este agente pode possibilitar meios de estímulos do mercado frente a todo o dinamismo econômico. As dimensões gerais da ação estatal frente a toda dinâmica de inovação, fica evidente após o contato do entendimento de Gadelha (2002), sobre a visão de Schumpeter, a qual está direcionada em quatro forças evolutivas, sendo elas: i) *variedade*; ii) *seleção*; iii) *variedade x seleção* e; iv) *apropriabilidade x imitação*. Não obstante há uma finitude de instrumentos que permitem a apreciação destas forças evolutivas, dente elas,

[...] a introdução de procedimentos automáticos e universais nas atividades de fomento às inovações para áreas e setores prioritários, favorecendo, simultaneamente, a criatividade dos agentes, o desenvolvimento de atividades mais dinâmicas e a atenuação do risco de práticas muito discricionárias que levem ao rentseeking; o insulamento parcial e a valorização do corpo burocrático, reforçando valores, construindo capacitações estratégicas no Estado e conferindo status aos que trabalham num ambiente público, de sorte a favorecer a formulação de estratégias de inovação e comportamentos resistentes à captura; o estabelecimento de condicionalidades em termos do desempenho esperado dos agentes para a concessão de incentivos a atividades e setores produtivos; a temporalidade do apoio público e a avaliação permanente dos resultados inovadores ao longo do tempo; e o permanente estímulo à pressão competitiva nos mercados como um processo essencial à formulação e à implementação de estratégias empresariais de mudança tecnológica (GADELHA, 2002, p.98).

A justificativa de Gadelha (2002) frente à concepção schumpertiana reside nas capacidades do Estado, uma vez que este “seria dotado de uma capacidade de transformação e de avaliação permanente, limitando a tendência, inerente a todas as organizações, públicas e privadas, de enrijecimento das rotinas, estratégias, estruturas, dos interesses e mesmo dos valores enraizados no âmago da burocracia” (GADELHA, 2002, p.98), de forma promover estímulos no que tange a modernização do próprio país.

Na literatura de François Perroux (1977) encontramos esforços em discorrer sobre “o processo de mudança estrutural na economia e nos sistemas institucionais e sociais”

(UDERMAN, 2008, p.234). O economista francês compreende “que a solução para os problemas econômicos e sociais dos países em desenvolvimento seria o fortalecimento de um ou mais pólos de crescimento” (CIMA, AMORIM, 2007, p.79). Dito em outras palavras, parte do arcabouço de Perroux está direcionada em enaltecer a modernização “no processo pelo qual as atividades aparecem, ampliam a sua importância e, em alguns casos, desaparecem, incorporando três conceitos fundamentais à análise: indústria motriz, complexo de indústrias e pólos de crescimento” (UDERMAN, 2008, p.234). Nas palavras de Higgins (1985) o economista francês,

[...] afirma que o crescimento não se difunde de maneira uniforme entre os setores de uma economia, mas que se concentra em certos setores, com efeito, em indústrias de crescimento particulares. Estas indústrias tendem a formar aglomerações e a dominar outras indústrias que se conectam a elas, gerando efeitos de difusão em outras indústrias, elevando, assim, o produto, aumentando o emprego e a tecnologia, e se chamam indústrias propulsoras ou indústrias motrizes; o pólo de desenvolvimento é o agrupamento dessas indústrias propulsoras (HIGGINS, 1985).

Em uma concepção desenvolvimentista Farias (2014, p.12) alega de que o economista francês “evidencia a necessidade de políticas intervencionistas que buscam o melhoramento técnico, humano junto com a cooperação entre regiões pobres e ricas”. O papel do Estado estaria residido na realização das “transformações de ordem mental e social em uma população para estimular a inovação o trabalho, a propensão a poupar, o investimento e o aumento do produto real” (FARIAS, 2014, p.12). O economista buscava tecer algumas concepções do Estado frente ao desenvolvimento, de modo que cabe destacar de que ao longo das décadas de 1960 e 1970 vislumbramos a adoção de políticas econômicas de certos países desenvolvidos e subdesenvolvidos com fundamentação na concepção nos pólos de crescimento/desenvolvimento propostas por Perroux.

Finalizando esta subseção tecemos brevemente uma análise realizada por Heidmann (2009), onde este frisava discorrer sobre a formulação da escola desenvolvimentista. Heidmann (2009) compreende de que as teorias de modernização, a idéia de progresso e uma linha quanto à concepção do desenvolvimento no cenário atual, parte das relações por parte do Estado juntamente com as demais forças dentro de uma sociedade, com o objetivo final de abordar pontos mais e menos amplos da sociedade. Esta relação permitem um conhecimento mais ampliado das *necessidades* e *interesses* da sociedade, conseqüentemente a formulação e implementação de políticas do governo. O teórico supracitado atenta-se o fato “da presença mais prática e direta na sociedade, sobretudo por meio do uso do planejamento, que pressupõe

políticas previamente definidas tanto de alcance geral ou "horizontal" [...] como de alcance ou impacto "setorial" (HEIDEMANN, 2009, p.29).

Salientamos de que a abordagem acerca das teorias de modernização visa enriquecer o relacionamento com a formação e atuação do Estado brasileiro em determinado período temporal do século XX, que será percorrido ainda neste ensaio, lembrando de que apenas realizamos uma abordagem em determinados pontos do vasto arcabouço existente.

2.1.2 A teoria Estruturalista

Neste momento este ensaio buscará tecer sobre concepções teóricas a cerca da teoria Estruturalista. Abordaremos parte dos pensamentos formulados pelos economistas Celso Furtado e Raúl Prebisch, bem como pelos pensamentos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) na década de 1950, de modo a dar atenção à discussão do papel do Estado frente à teoria estruturalista do desenvolvimento.

De maneira semelhante ao tópico sobre a teoria da modernização, vide 2.1.1, faz-se necessário evidenciar uma ponderação em relação as discussões neste campo teórico. Esta reside no entendimento de que a corrente Estruturalista possui uma multiplicidade de concepções no meio acadêmico, em que cada uma apresenta peculiaridades de modo a aproximá-las, ou não, devendo salientar que os autores abordados, bem como as as perspectivas ideológicas e o papel do Estado apresentados neste ensaio são apenas parte da imensidão desta concepção teórica, buscando em apresentar elementos considerados centrais e norteadores para este ensaio.

Inicialmente é necessário compreender a fundamentação da concepção estruturalista, em específica aquela adotada pelos países latino-americanos na metade do século XX. Esta concepção traz como cerne das discussões o estudo dos fenômenos sociais, proporcionando no entendimento de Mendes e Teixeira (2004, p.9) “a caracterização das economias periféricas (subdesenvolvidas) em contraste com as economias centrais (desenvolvidas)”. No entendimento de Dallabrida (2011), as concepções estruturalistas na América Latina permitiram o entendimento de que a promoção do desenvolvimento seria advinda numa análise na formação e nos relacionamentos que compõem todo o ambiente socioeconômico, de modo a compreender a existência de uma estruturalidade frente ao desenvolvimento,

A introdução das concepções estruturalistas nas teorias do desenvolvimento proporcionou estudos que procuravam entender os avanços socioeconômicos

como resultante de fatores causais diversos. Assim, entendia-se que os problemas do desenvolvimento ou subdesenvolvimento tinham um caráter estrutural (DALLABRIDA, 2011, p.4).

Mendes e Teixeira (2004) tecem uma análise em relação ao entendimento de Bielschowsky (2000), uma vez que este economista reuniu os principais aspectos da teoria estruturalistas na América Latina a partir dos anos 1950, de forma a buscar uma compreensão da teoria proposta, analisando os instrumentos que possibilitassem a superação das adversidades econômicas existentes naquela época.

Como marco histórico trazemos parte das contribuições Raúl Prebisch, uma vez que este, apresenta em 1949, a sua principal crítica quanto ao cenário em que os países da América Latina, argumentando que o atraso econômico destes países encontrava-se findado numa condição do sistema periférico, de modo que “destaca as especificidades existentes no crescimento sob as condições estruturais dos países periféricos da América Latina” (SILVA, 2013, p.1). Suas análises contribuíram diretamente para o posicionamento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que, posteriormente, iremos tece neste ensaio. Nas palavras de Couto (2017),

Prebisch foi o principal intérprete das transformações econômicas ocorridas na América Latina a partir da crise mundial do início dos anos 1930. Seu arcabouço teórico original, através do “sistema centro-periferia” [...] influenciou o pensamento da nova geração de economistas latino-americanos no limiar da década de 1950 (COUTO, 2017, p.66).

No entendimento do prebischiano, “o (sub)desenvolvimento econômico dos países periféricos deve ser compreendido tendo em vista o fenômeno da propagação universal das novas formas da técnica produtiva ou “do processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial” (SILVA, 2013, p.1), de modo que a América Latina foi moldada numa seleção de determinadas capacidades através dos interesses daqueles países considerados desenvolvidos, afetando diretamente a formação e estabilidade socioeconômica de cada Estado latino-americano. Prebisch defendia a necessidade de iniciar um processo de industrialização orientado por um planejamento, diferenciado para cada Estado latino-americano, bem como o economista afirmava a importância do aumento da participação do Estado, em específico na economia, de forma em compreendê-lo como motor de processo de mudança.

De maneira análoga, Mendes e Teixeira (2004) discorrem sobre a concepção estruturalista do economista Celso Furtado, do qual afirmam que este teve como objeto de análise os Estados latino-americanos, de modo em proporcionar três grandes contribuições

sendo definidas como “a inclusão da dimensão histórica; a análise das relações entre crescimento e distribuição de renda; e a ênfase do sistema cultural como característica específica do subdesenvolvimento das economias periférica”.

Em relação à primeira contribuição, Bielschowsky (2000) afirma que Furtado discorre sobre um processo de crescimento e declínio econômico ao longo da formação e gerenciamento destes países, de modo a resultar “numa produção e a reprodução de dualidades (ou heterogeneidades) econômicas e sociais, além da baixa diversidade produtiva”. Complementando este entendimento Mendes e Teixeira (2004) afirmam de que através de uma análise minuciosa, Furtado afirma de que o processo de mudança nas relações institucionais ocorre de modo mais lento comparado às relações econômicas, ocasionando diversas mudanças na formação histórica de um país, desencadeando reações no que tange à produtividade do sistema, além de impactar diretamente na possibilidade de avanço tecnológico.

A abordagem de Furtado neste primeiro tópico é notória, de modo a perceber que se trata de “um método muito atento às mudanças de comportamento dos agentes e à trajetória das instituições, bem como ao exame dos desequilíbrios típicos de economias e sociedades em rápida transformação” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.185).

Segundo Bielschowsky (2000, p.185) a segunda contribuição estaria fundamentada no “debate sobre a dificuldade dos setores urbanos modernos para absorver a massiva força de trabalho que se translada do campo às cidades”. Esta dificuldade estaria relacionada diretamente com as instituições presentes nesta sociedade, de modo que “os obstáculos institucionais decorrentes dos ajustamentos insuficientes ou atrasados do marco institucional que disciplina os distintos fluxos econômicos surgem, principalmente, na persistência de formas anacrônicas de distribuição da renda que se traduzem em baixo vigor na demanda final para consumo ou investimento” (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p.11).

Para Mendes e Teixeira (2004), Furtado elenca questões distributivas, visando ampliar a discussão neste ponto envolvendo diretamente, ou não, uma intervenção econômica advinda do Estado, sendo elas,

[...] a redistribuição de renda (via tributação sobre as classes ricas, a fim de ampliar a poupança e os investimentos estatais); a relação entre concentração de renda e crescimento econômico; a questão da reforma agrária; e o problema das desigualdades regionais (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p. 11).

Enquanto a última contribuição, Bielschowsky (2000, p.186) afirma que Furtado apresenta como base teórica de que “a concentração da renda e da propriedade predetermina a composição setorial do investimento e as escolhas tecnológicas, levando a fração moderna da estrutura produtiva na América Latina a uma densidade de capital similar à dos países desenvolvidos”. Neste momento, “o Estado assume cada vez mais o papel de planejador central da economia para incrementar a industrialização do país. Acentuam-se as preocupações com a técnica e a prática do planejamento como elementos da política econômica governamental” (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p.16).

As concepções de Furtado frente à teoria estruturalista, sob a ótica de Mendes e Teixeira (2004), resultam em uma profunda reflexão da concepção estruturalista, de modo que,

[...] o crescimento econômico não é condição suficiente para superar o subdesenvolvimento, o que apenas seria alcançado mediante a aplicação de reformas estruturais importantes, entre as quais a superação das desigualdades socioeconômicas, que em última instância estão refletidas em desigualdades regionais de renda, produto, educação, salário, saúde etc. (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p.26).

A formulação das concepções cepalinas da década de 1950 traz consigo uma análise do cenário econômico mundial, de modo em analisar as crises do sistema financeiro e do comércio internacional no decorrer da década de 1930, não obstante, o mundo acaba de vivenciar novamente um guerra mundial. Além disto, é necessário evidenciar que as concepções estruturalistas cepalinas estarão diretamente ligadas com os ensaios teóricos Celso Furtado e Raúl Prebisch, devido a atuação de ambos frente a esta Comissão, criada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1948.

Inicialmente é certo afirmar de que a Comissão Econômica para América Latina apresentava na época 1950, em sua essência, “elaborou toda uma análise sobre a especificidade da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, propondo um conjunto de políticas visando à superação do atraso pela via da industrialização” (NERY, 2004, p.20), resultando na ampliação das discussões acerca da teoria do desenvolvimento. Sua importância reside no entendimento sob o subdesenvolvimento, pois “foi entendido, pela primeira vez, como uma realidade histórica específica e se teorizou sobre ele, além de ser o único centro intelectual latino a criar um método analítico próprio: o estruturalismo-histórico, que mesclava o método histórico-indutivo com a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano” (BIELSCHOWSKY, 2000). No trabalho de Vieira e Carvalho

(2004), temos a oportunidade de vislumbrar os pontos da agenda de desenvolvimento realizada pela CEPAL,

É importante assinalar a existência de uma agenda de desenvolvimento capitalista formulada pelo estruturalismo cepalino que idealizou, com variações ao longo do tempo, um conjunto de transformações que tinha como eixo uma política deliberada de industrialização, o reforço à dinâmica do mercado interno, a eliminação do subemprego, o aumento da produtividade e dos níveis de renda nacional e a participação ativa do Estado na economia, como agente responsável pela infraestrutura, pela canalização dos recursos nacionais para as atividades consideradas essenciais, pela instalação das indústrias de base, pela regulação do mercado capitalista de força de trabalho (VIEIRA; CARVALHO, 2004, p.3).

Bresser Pereira e Gala (2010) afirmam que à teoria estruturalista do desenvolvimento na América Latina tem suas origens diretamente relacionadas com o as atividades produzidas pela CEPAL. Estes pensadores, por intermédio do trabalho de Bielschowsky (1988), elencam oito pontos relacionando a CEPAL frente à teoria estruturalista, sendo elas,

[...] (1) a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio, da qual se deduziu a necessidade de intervenção do Estado na economia; (2) o papel central do Estado na promoção do desenvolvimento econômico; (3) o caráter estrutural do desenvolvimento que não ocorre com qualquer combinação de setores como pressupõe a teoria econômica neoclássica, mas da transferência de mão de obra para setores com valor adicionado *per capita* mais alto, o que justificou a política de industrialização; (4) o entendimento do subdesenvolvimento não como um estágio atrasado de desenvolvimento, mas como um resultado da subordinação da periferia aos países que originariamente se industrializaram, o que explica a tese da necessidade da construção de uma nação em cada país e a necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento para que o *catching up* fosse bem-sucedido; (5) [...] a oferta ilimitada de mão de obra reprimindo salários e causando insuficiência de demanda ou de oportunidades de investimento lucrativas para os empresários; (6) a tese da indústria infante, que justificava a proteção tarifária à indústria manufatureira e o modelo de industrialização substitutiva de importações; (7) a convicção de que a estabilidade de preços no mesmo nível dos países ricos era improvável devido às imperfeições do mercado, principalmente devido à resposta lenta da oferta de alimentos aos aumentos da demanda; e (8) a crença de que os países latino-americanos não dispunham da poupança necessária para financiar o desenvolvimento e que a elasticidade-renda de suas importações era maior do que a elasticidade-renda nos países ricos de suas exportações de bens primários, o que justificava buscar o *big push* ou o crescimento com poupança externa (BRESSER PEREIRA; GALA, 2010, p. 666).

No que tange a abordagem estruturalista realizada pela CEPAL no decorrer da década de 1950 findava-se “como parte do esforço para compreender o processo inflacionário nos

países latino-americanos” (NERY, 2004, p.45), além de redefinir a forma do *papel* e a *necessidade* da atuação estatal, como uma das possíveis formas para a superação do subdesenvolvimento latino-americano. Segundo Furtado (1967) o cerne da concepção estruturalista cepalina estava residido na relação entre os parâmetros não econômicos com os modelos propostos pela macroeconomia, de modo que as variáveis econômicas tendem a realizar profundas reflexões e mudanças na ordem social destes países,

O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos 50 entre economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos “parâmetros não econômicos” dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, e a natureza dos mesmos pode modificar-se significativamente em fases de rápida mudança social, ou quando se amplia o horizonte temporal da análise. Os mesmos devem ser objeto de metucioso estudo (FURTADO, 1967, p.72).

Isto posto, a concepção cepalina fundava sua argumentação numa agenda de desenvolvimento estruturalista, pontuando como eixo norteador o papel dos Estados latino-americanos. Estes deveriam centralizar esforços na adoção de políticas econômicas voltadas ao processo de industrialização, fortalecendo as bases econômicas nacionais, de modo que o subdesenvolvimento “seria ultrapassado se as regras do livre jogo das forças do mercado não fossem subvertidas pela ação interventora e racionalizadora do Estado” (VIEIRA; CARVALHO, 2004, p.3). No entendimento de Cardoso (1995) estas políticas envolveriam uma série de fatores que variam desde políticas econômicas protecionistas até formas de alocação de recursos econômicos,

[...] envolvia um protecionismo “saudável”, uma política adequada de alocação dos recursos externos, substituição de importações e manutenção dos salários, esse último item tinha o objetivo de evitar que a grande massa tivesse seu poder de compra diminuído (CARDOSO, 1995).

Conforme o norte do processo de desenvolvimento ocorreria por intermédio da expansão industrial destes países, “além da defesa da transferência dos centros de decisão para a periferia” (Cardoso, 1995), por intermédio do planejamento orientado pela CEPAL, cada Estado latino-americano demonstrava diferentes resultados alcançado. De modo a vislumbrarmos no decorrer da década de 1950 determinadas críticas em relação à teoria cepaliana, bem como esta comissão internacional depara-se com determinadas obstáculos, de modo que, segundo Cardoso (1995), “os críticos, na sua grande maioria, se preocupavam com

o curto prazo e com os aspectos monetários do desenvolvimento e viam nas propostas políticas cepalinas o risco de uma retórica anticapitalista”. Além disto, outra crítica que se encontrava no cerne das discussões estruturalistas residia à qualificação técnica presente nos governos latino-americanos. De modo a refletir na atuação da CEPAL, por intermédio, da criação do “Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) no início dos anos 1960” (GONÇALVES, 2014, p.125).

É perceptível, através da abordagem realizada, a importância das concepções estruturalistas em relação ao processo de desenvolvimento. De modo a atender de que cabe ao Estado, no que tange seu papel, uma intervenção de modo a superar o atraso do desenvolvimento, analisando o perfil de cada Estado englobado por esta comissão, compreendendo a questão do subdesenvolvimento, de forma a ampliar as discussões estruturalistas ao redor do mundo.

2.2.3 A trajetória do Desenvolvimento no Brasil: um breve resgate histórico da atuação do Estado brasileiro até 1990

Conforme evidenciado no título desta subseção buscaremos discorrer neste ensaio tecer, brevemente, a atuação do Estado brasileiro em relação à convergência, ou não, da promoção do desenvolvimento. Antes de adentrarmos neste resgate histórico, faz-se necessário evidenciar os motivos que este ensaio considera importante, no que tange em realizar esta abordagem. Primeiramente visamos apresentar a formação da atuação do Estado brasileiro, de forma a compreender os interesses, os fenômenos globais que influenciaram o papel e a formulação de políticas públicas no país, focalizando esforços, especialmente, numa análise do século anterior. Em segundo lugar, discorrer sobre esta trajetória permitirá compreender o cenário em que as gestões a partir de 1990 encontravam-se inseridas, ocasionando em um entendimento mais aprofundado quanto a sua atuação.

Adentrando no resgate histórico, inicialmente faz necessário evidenciar de que o ideal do conceito de desenvolvimento no Brasil do início do século XX. Segundo Dutra (2004) havia um “núcleo duro” que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo”, dos quais as discussões sobre estas concepções de desenvolvimento assinalava o caminho de atuação do Estado brasileiro no início do século XX. Embora houvesse estas três perspectivas no país, predominava-se no inicialmente no século anterior uma concepção liberal, resultando uma baixa intervenção estatal na economia, de modo que o governo focalizava seus esforços

somente “nos impostos de importação para fins de receita e, em raras ocasiões para fins de proteção” (BAER *et. al.*, 1973, p.885).

Além disto, devemos evidenciar de que o país acabara de iniciar, no final do século anterior, um processo de mudança sociocultural, pois em 1888 o país oficializou a abolição da escravidão, de modo a culminar em passos favoráveis para a promoção do desenvolvimento. Ainda no início do século XX o Estado brasileiro apresentava duas outras formas de atuação frente à economia. A primeira está relacionada diretamente no setor financeiro, de modo a ser o principal acionista e interventor do Banco do Brasil, sendo que este era caracterizado “às vezes tanto um banco comercial, como um banco de emissão” (BAER *et. al.*, 1973, p.2).

Contudo é necessário evidenciar a existência de uma intervenção estatal em determinados pontos específicos na economia de modo a resultar no início do processo de mudança da atuação estatal brasileira. Os reflexos destas intervenções surgirão no início da década de 1930, e que por isto é necessário evidenciar determinados pontos de intervencionismo estatal, como por exemplo,

[...] concessão de favores – i.e empréstimos especiais para algumas empresas industriais e garantia de rendimento para companhias estrangeiras que realizavam investimento em infraestrutura [...] também a primeira intervenção governamental no setor de comércio exterior [...] surgimento dos bancos dos Estados (BAER *et. al.*, 1973, p.884, 885).

A mudança do papel do Estado brasileiro ocorre pela crise mundial ocorria em 1929. Naquela época o mundo presenciou uma depressão econômica, ocasionado por uma recessão econômica norte americano, de modo a resultar na quebra da bolsa de valores dos Estados Unidos. A força motriz econômica do Estado brasileiro estava fundada no setor primário, do qual centrava na produção e comercialização do café, tendo como maior parceiro comercial o próprio Estados Unidos. Devido a este cenário mundial, “o período 1929-1933 representa a ruptura com um passado político liberal e, principalmente, uma radical mudança do processo de acumulação de capital” (CANO, 2007, p.64) do Brasil, forçando o Estado optar por um intervencionismo na economia, focalizando o entendimento da necessidade do processo de industrialização, através de acumulação de capital de investimento nesta área, visando em ampliar o mercado interno,

A industrialização brasileira a partir dos anos 1930 deu-se com forte intervenção do Estado no papel de planejador, orientador, financiador,

regulador das atividades econômicas, produtor direto e agente da manutenção da ordem social (IPEA, 2010, p.18).

A frente do governo, o país tinha Getúlio Vargas como presidente, “promovendo rapidamente, ousadas alterações na política econômica e na forma de intervenção econômica do Estado Nacional” (CANO, 2007, p.64). Segundo Santos (1979), para Getúlio “A necessidade de significativa intervenção na vida econômica tinha o propósito de estimular a industrialização e a diferenciação econômica nacional”. Era, então, necessário,

construir um novo Estado e redesenhar o painel da política econômica com os instrumentos necessários para aquele mister, entre os quais, a moratória da dívida externa, sempre que necessária, o controle (e a desvalorização) do câmbio, uma nova política de comércio exterior, de crédito, de juros e tributária, além da organização de normas para reger os contratos e o mercado de trabalho e uma mais avançada legislação política, social e trabalhista (CANO, 2007, p.65).

Devemos evidenciar de que o Estado brasileiro buscou reformular e criar órgãos estatais, visando à promoção do país frente à crise. Estes órgãos apresentam uma finidade de peculiaridades, papéis e campo de atuação, dentre eles Conselho Federal de Comércio Exterior, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). O destaque quanto a esta intervenção estatal de 1930, está fundamentado nos reflexos ocasionados para o país, uma vez até o início dos anos 2000 o país apresentava direitos sociais, como por exemplo, direitos trabalhistas advindos daquela época. Já durante a década de 1940 o país presenciou a criação de novas empresas estatais como, por exemplo, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis e Companhia da Vale Rio Doce, fortalecendo, naquele período, o processo de desenvolvimento.

Conforme elucidado nesta pesquisa, no final da década de 1940 a América Latina conta com as contribuições da CEPAL, frente ao desenvolvimento. Naquele momento o país passou por uma transição curta novamente das ideias liberais de modo a retardar o desenvolvimento. Contudo no início da década de 1950, novamente o Estado brasileiro tinha a frente do poder Getúlio Vargas, do qual segundo Ivo et al. (2013, p.20), o pensamento quanto ao desenvolvimento da década de 50 e 60 apresentava uma espécie de “pacto fordista entre Estado nacional, burguesia e trabalhadores assalariados”,

A despeito do período em grande parte conflituoso com as forças reacionárias do país, avançamos ainda mais na consolidação da implantação da indústria leve e do preparo da marcha rumo à indústria pesada (CANO, 2007, p.66).

Na década de 1950 o Brasil presenciou um surto de industrialização, de modo que o governo brasileiro estava à frente deste processo, continuando seu processo de expansão na economia. Neste momento o governo “visava tornar a estrutura produtiva do país mais diversificada e dotada de uma dinâmica autônoma de acumulação, mediante o desenvolvimento integrado dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis” (LIMA, 2003, p.140). Como destaque da atuação estatal, o país presenciou a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), do Banco do Nordeste do Brasil, da Companhia de Petróleo Nacional (PETROBRAS). Além disto,

Os anos 50 testemunharam também a difusão dos controles de preços. O controle das tarifas dos serviços de utilidade pública foi estendido e logo abrangia não apenas a energia elétrica, mas também telefones, todo o transporte público, etc. Foram controlados também os aluguéis, os preços dos produtos alimentícios, gasolina, etc. (BAER *et. al.*, 1973, p.895).

No entendimento de Cano (2007), entre as décadas de 1950 e 1960, o Estado brasileiro apresentou as seguintes características,

[...] o Estado teve [...] de criar empresários nacionais. Isso era matéria escassa, pelo menos para os setores modernos que se pretendiam implantar. Mais ainda, dada a debilidade do capital nacional e o pouco interesse do capital estrangeiro em nosso desenvolvimento, o Estado teve de assumir, também, a função primordial de *produtor* de bens e serviços fundamentais a esse processo: energia, transportes, comunicações, educação, siderurgia, petróleo, mineração etc.[...] Com JK, entre 1956 e 1960, e com uma situação internacional favorável à emigração do capital forâneo para a periferia mundial, pudemos implantar a primeira fase de nossa indústria pesada e a de bens de consumo durável. As três décadas decorridas exigiram novas adaptações do Estado, da estrutura tributária, do financiamento e da política econômica, que, em que pese alguns conflitos políticos, conseguiu avançar esse processo (CANO, 2007, p.66).

Contudo, houve-se um grande déficit na balança de pagamentos no início da década de 1960. A principal justificativa deste fato reside nos resultados baixos da produção de bens de capital, afetando, desta forma, a continuidade do processo de industrialização. A insatisfação destes resultados ocasiona uma força motriz para a oposição, parte de uma bancada liberal conservadora ligada diretamente com os militares, em relação ao governo, de modo a

radicalizar uma grande alteração no Estado democrático brasileiro, do qual viria a ser denominado na história como o golpe de 1964, de forma a iniciar o Regime Militar no Brasil.

Com os militares à frente do governo a partir de 1964 até o ano de 1980, “causaram profundas modificações no mercado de capitais, dando-lhe maior organicidade e expandindo o mercado financeiro, com a criação do Banco Central e de novas instituições públicas e privadas” (CANO, 2007, p.67), resultando novamente um período de ascensão econômica. Além disto, o governo promoveu uma reforma administrativa do Estado, bem como criou dispositivos de incentivo e modernização, como por exemplo, condições de financiamento e proteção tarifária e cambial, bem como foi o momento em que no país “nunca houve expansão tão grande de governo e de empresas estatais como a havida no período que se estende de 1965 a 1980” (CANO, 2007, p.68), superando desta forma os resultados negativos obtidos do período anterior à tomada de poder; este momento do Estado brasileiro passou a ser denominado de “milagre econômico”. Contudo é necessário ponderar de que este processo econômico estava inserido num cenário em que determinadas liberdades políticas e civis estavam ausentes, de modo em impactar diretamente na garantia social dos indivíduos, como exemplo, o governo alterou diversos dispositivos existentes nas leis trabalhistas, as mesmas conquistadas durante a Era Vargas.

Retomando nosso foco de análise do Estado sobre a economia, o Regime Militar “abusou do endividamento externo e descuidou do desequilíbrio do balanço de pagamentos” (CANO, 2007, p.68), no final da década de 1970, com a justificativa de promover a economia brasileira entre as maiores do mundo. Além disto, naquela época o mundo enfrentava uma nova crise, tendo como cerne o preço do petróleo ocasionado pelos Estados Unidos, bem como as políticas econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional resultaram numa recessão, seguido por baixo crescimento da renda, do consumo e do emprego, bem como uma elevação dos juros, crise inflacionária no Brasil, do qual será somente superada a partir 1993.

Durante a toda a década de 1980 presenciamos dois fatos importantes sobre o Estado brasileiro. Primeiramente o fim do regime militar no país, do qual a justificativa econômica de término já foi abordada neste ensaio. Deve-se somente elucidar de que nesta época o país enfrentava sérios problemas no que tange a área social, como a educação, a saúde, saneamento básico, dentre outros, além da privação da liberdade política e de expressão. Em segundo lugar, o novo governo democrático, até então eleito indiretamente, não conseguiu aplicar políticas econômicas e públicas das quais combatesse a crise econômica. Contudo o Estado brasileiro buscou a restauração dos direitos sociais e das diretrizes norteadoras do próprio Estado, culminado na aprovação da Constituição Federal Brasileira de 1988.

No próximo tópico iremos discorrer sobre as concepções neodesenvolvimentistas. Através desta subseção iremos ter a oportunidade de resgatar o processo de desenvolvimento no Brasil, a partir de 1990. Devemos destacar de que este ensaio apresentará brevemente sobre a concepção neoliberal, predominante no Brasil e no mundo durante as décadas de 1980 e encerrando sua hegemonia no início do século XXI, considerado como um marco para o renascimento da concepção desenvolvimentista. Também iremos discorrer sobre esta concepção teórica frente à atuação do Estado brasileiro, visando nortear o leitor, numa perspectiva histórica, o contexto dos resultados obtidos por suas gestões, bem como os próprios resultados deste ensaio.

2.1.4 O Neodesenvolvimentismo no Brasil

Este ensaio buscará neste momento tecer sobre a teoria neodesenvolvimentista. Buscamos neste ensaio apresentar, apresentar certas definições desta concepção teórica frente ao papel do Estado na promoção do desenvolvimento, bem como evidenciar os motivos que levaram o resgate da escola desenvolvimentista, especialmente no Brasil, visando enriquecer os resultados e discussões deste trabalho.

“A ideia de “Estado desenvolvimentista” (*Developmental State*) fundamenta-se na construção de processos de desenvolvimento alicerçados em políticas setoriais, programas macroeconômicos e projetos de infraestrutura, com a participação ativa do Estado” (NIEDERLE *et. al.*, 2006, p.95). Este entendimento predominou-se ao longo especialmente entre as décadas de 1930 até 1970 no mundo, compreendendo de que o Estado seria um agente indutor na economia, promovendo o desenvolvimento. Conforme elucidado neste ensaio, para a América Latina esta concepção surge devido à crise financeira dos Estados Unidos, bem como a grande guerra mundial até meados do século XX, resultando em “um ritmo acelerado de desenvolvimento associado a políticas industriais, comerciais e tecnológicas, as quais viabilizaram elevados níveis de crescimento [...] sobretudo em decorrência da desregulação dos mercados financeiros e do fluxo de capitais” (NIEDERLE *et. al.*, 2016, p.98). Para Bresser-Pereira (2010),

Entre os anos 1930 e 1970, o Brasil e outros países latino-americanos cresceram em ritmo extraordinário. Eles se aproveitaram da fragilidade do centro nos anos 1930 para formular estratégias nacionais de desenvolvimento que, essencialmente, implicavam a proteção da indústria nascente nacional (ou industrialização por substituição de importações) e a promoção de poupança forçada pelo Estado. Além disso, julgava-se que o

Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em certas indústrias de base cujos riscos e necessidades de capital eram grandes (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.6).

A partir da metade da década de 1960, presenciamos na América Latina a uma crise democrática, originando em vários golpes de Estado, dos quais aqueles que detinham o poder, parcialmente, obtiveram resultados positivos no que tange ao desenvolvimento. Contudo suas estratégias foram insuficientes de modo a ocasionar, em geral, a falência dos Estados em desenvolvimento, afetando diretamente as áreas econômica e social. Bresser-Pereira (2010) apresenta claramente os motivos dos quais resultaram na crise do Estado desenvolvimentista

Os seguintes fatores históricos contribuíram para esse resultado: (a) a exaustão da estratégia de substituição de importações conduzida pelo Estado; (b) o predomínio da interpretação da dependência associada da América Latina no início da década de 1970; (c) a grande crise da dívida externa da década de 1980, que enfraqueceu os países latino-americanos; (d) a onda neoliberal e, no mundo acadêmico, o surgimento da teoria econômica neoclássica, da teoria da escolha pública e do novo institucionalismo – três tentativas sofisticadas de fundamentar cientificamente o neoliberalismo; e (e) o êxito da política norte-americana de treinar economistas latino-americanos em programas de doutorado nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.8).

No Brasil, ao final dos anos 1980, “foi estabelecido um conjunto de políticas macroeconômicas ortodoxas associadas a reformas institucionais orientadas para o mercado” (NIEDERLE *et al.*, 2006, p.104) buscando-se “de estabilizar a economia e recuperar o crescimento” (MATTEI, 2013, p.41), de modo que as potências econômicas mundiais, orientavam aos países que frisavam na continuidade do processo desenvolvimento a ideologia do livre mercado, bem como a defesa da diminuição do papel estatal, em especial no que tange a economia. Como marco histórico deste fato, presenciamos o Consenso de Washington, do qual “acreditava-se que o tripé básico “liberalização comercial”, “desregulamentação financeira” e “privatização das empresas estatais” seria capaz de levar automaticamente os sistemas econômicos a um patamar de crescimento superior aos níveis verificados durante o período das crises” (MATTEI, 2013, p.42).

Desta forma, presenciamos por mais de vinte anos no Brasil, 1980-2002, uma fundamentação ideológica de Estado neoliberal, resultando novamente em uma crise dos Estados em desenvolvimento. As justificativas deste entendimento reside em duas perspectivas: a econômica e a social. Do ponto de vista econômico, o ritmo do retrocesso do desenvolvimento no Brasil, neste período, está diretamente associado, principalmente, com

uma política monetária de elevação das taxas de juros, visando garantir o controle do balanço de pagamentos do Estado brasileiro e incentivando o investimento externo,

A crise do balanço de pagamentos (total de dinheiro que entra e sai de um país), consubstanciada em baixos índices de crescimento, conduziu a economia à estagnação. Enquanto o investimento produtivo dos setores público e privado se reduzia, a concentração de renda prosseguia em ritmo mais e mais acelerado, sobretudo em decorrência das altas taxas de juros que incentivavam os movimentos especulativos. O caminho escolhido possibilitou a estabilização da economia através da adoção de uma política de juros extremamente elevados. A “armadilha dos juros” levou a um equilíbrio perverso, e tornou toda a política econômica refém da política monetária, revelando-se, por consequência, incapaz de estimular a retomada do desenvolvimento (NIEDERLE *et. al.*, 2016, p.104).

Sobre a ótica social o neoliberalismo no Brasil, refletiu diretamente na ascensão da universalização das políticas públicas. A ironia deste período no Brasil reside de que em 1988 o Estado brasileiro tem promulgada sua mais recente Constituição, da qual abarca princípios e direitos fundamentais e universais, bem como destaca os deveres da União, por intermédio de políticas públicas, visando à garantia do bem-estar daqueles que compõem esta nação, entretanto os governos neoliberais, por intermédio de suas agendas, obtiveram resultados não tão satisfatórios,

Do ponto de vista social, o neoliberalismo excluiu a possibilidade de retomar um modelo de crescimento com distribuição de renda e bem-estar social. A privatização dos bens públicos reduziu consideravelmente o acesso a serviços pela população mais pobre. Por sua vez, as altas taxas de juros promoveram uma brutal transferência monetária para os setores rentistas, impediram políticas de pleno emprego e a retomada do desenvolvimento. Já a pronunciada estabilidade econômica sempre comprovou ser uma situação precária em que, a cada choque externo, a situação do país se deteriorava ainda mais. A receita monetarista não deixava nenhuma margem à retomada da saúde do Estado; apenas aumentava a dose do remédio a cada recaída mais grave (NIEDERLE *et. al.*, 2016, p.104).

Vale destacar, de que este ensaio ainda irá tecer sobre os resultados de algumas gestões neoliberais no Estado brasileiro, em específico entre 1990-2002, visando ampliar as justificativas da academia, quanto ao retrocesso vivenciado neste país, advindo por uma atuação estatal baseada nesta concepção ideológica, vide a seção de resultados e discussões deste ensaio. “Dessa maneira, observa-se que ao final do século XX o Brasil não conseguiu atingir, simultaneamente, a estabilidade macroeconômica e retomar o desenvolvimento” (MATTEI, 2013, p.42).

Após este período, temos como centralidade das discussões à concepção neodesenvolvimentista no mundo. No entendimento dos autores Niederle *et. al.* (2016), podemos resumir brevemente em dois motivos, para a retomada das discussões desenvolvimentistas,

[...] a ideologia desenvolvimentista renasceu tendo que se situar em dois campos problemáticos: o incremento das políticas sociais – com a consequente elevação do gasto governamental que redundou em uma diminuição da desigualdade social – e o investimento em desenvolvimento tecnológico associado ao incentivo a empresários (NIEDERLE *et. al.*, 2016, p.106).

Devemos destacar que nesta ótica o Estado é entendido como um grande agente indutor do desenvolvimento. No entendimento de Mattei (2013), as funções deste agente podem ser divididas em cinco partes, das quais apresentam as seguintes características,

[...] a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda (MATTEI, 2013, p.53).

Já no entendimento de Bresser (2010, p.17) o neodesenvolvimentismo “é um conjunto de valores, idéias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos”. O mesmo teórico afirma de que se trata de uma estratégia pautada em cinco pontos: i) Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte; ii) O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas; iii) A política industrial é subsidiária iv) Rejeição dos déficits fiscais e v) Sem complacência com a inflação (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.22). Discorrendo, ainda, sobre o entendimento de Bresser-Pereira (2010), percebemos um entendimento claro do papel do Estado, sob a luz da corrente neodesenvolvimentista,

[...] cada país individual tem agora a possibilidade de adotar efetivamente estratégias nacionais de desenvolvimento – estratégias que ampliam o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação, estratégias que aumentam a competitividade internacional do país

ao mesmo tempo em que protegem a mão-de-obra, os pobres e o meio ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.22).

Já para os pensadores Sicsú, Paula e Michel (2005), o novo desenvolvimentismo pode ser entendido em quatro elementos: “(a) não há mercado forte sem Estado forte; (b) não haverá crescimento sustentado [...] sem o fortalecimento do Estado e do mercado e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (c) mercado e Estados fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento com equidade social; e (d) não é possível reduzir a desigualdade sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas” (NIEDERLE *et. al.*, 2016, p.106).

Corroborando com o entendimento de Bresser- Pereira (2010), no que se refere ao papel do Estado frente à economia, os pensadores Niederle *et. al.* (2016), afirmam de que o Estado modifica sua forma de atuação, visando uma ampliação na regulação, e incentivos, por intermédio de políticas macroeconômicas para a promoção do desenvolvimento,

Estado, que deixa de ser tão centrado na realização de investimentos diretos na produção (Estado-empresário) para assumir um papel predominantemente regulador e incentivador das atividades econômicas. Trata-se de garantir o funcionamento dos mercados de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional, na tentativa de propiciar a geração de lucros e o aumento do emprego (NIEDERLE *et. al.*, 2016, p.108).

Como último detalhe a ser destaca neste ensaio sobre a concepção neodesenvolvimentista, para Niederle *et. al.* (2016) há, três instrumentos notórios acerca do neodesenvolvimento, sendo eles: i) macroeconomia consistente; ii) Estado deve frisar para criação de condições da expansão das capacidades do mercado e; iii) programas sociais universais,

[...] um primeiro instrumento do novo desenvolvimentismo, mais importante do que uma política industrial forte, é uma política macroeconômica consistente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas. [...] um segundo instrumento do novo desenvolvimentismo consiste em conferir um lugar de destaque aos mercados [...] Um terceiro instrumento são os programas sociais universais. Todavia, nesta perspectiva, os programas de transferência de renda são vistos como ações temporárias e complementares, as quais deixariam de ser relevantes na medida em que o desenvolvimento trouxesse consigo geração de empregos e qualificação de mão de obra (NIEDERLE *et. al.*, 2016, p.109-110).

Devemos ainda, destacar uma vasta quantidade de ponderações sobre a concepção neodesenvolvimentista, convergentes, ou não, contudo resultam cada vez mais no enriquecimento deste arcabouço teórico. Conforme proposto ao início desta subseção, apresentamos brevemente os motivos dos quais levaram o Estado brasileiro a adotar esta concepção teórica, bem como discorreremos sobre a teoria supracitada. Desta forma, este ensaio conclui as discussões do papel do Estado frente ao desenvolvimento. Salientamos ainda, que realizaremos nesta pesquisa uma análise do Estado brasileiro entre 1990 até 2015, contudo esta análise estará fundamentada em parte do arcabouço teórico de Amartya Sen. Neste momento, faz-se necessário tecer sobre as concepções senianas, em específico, aquelas elucidadas em sua obra intitulada *Desenvolvimento como Liberdade*, para que posteriormente retomemos as discussões acerca da atuação do Estado Brasileiro.

2.2. O desenvolvimento como Liberdade

Inicialmente, antes de tecermos sobre a teoria do Desenvolvimento como Liberdade, proposta por Amartya Kumar Sen, faz-se necessário evidenciar o motivo relevante desta pesquisa frente a esta teoria supracitada. Novamente vale esclarecer de que a obra *Desenvolvimento como Liberdade* é apenas uma parte do arcabouço de toda a literatura apresentada por Sen no decorrer de sua trajetória, dito em outras palavras, este ensaio não contempla o conceito ampliado do pensamento deste economista.

Em relação ao motivo norteador deste ensaio, no que tange a teoria do Desenvolvimento como Liberdade, destacamos o viés de análise de Sen quanto ao conceito de desenvolvimento. Sen acredita que o processo de desenvolvimento se dá pela constante e garantia da expansão das liberdades dos indivíduos, ponderando sua formulação através de diversos fatores como garantia do exercício da democracia, o avanço tecnológico, a modernização, a renda pessoal, dentre outros aspectos.

Desta forma é perceptível de que o economista destacado procura analisar sob um viés diferenciado quanto ao provimento desenvolvimento, configurando-se em contraposição ao viés restritivo apresentado por outros autores quanto à formulação de conceitos neste campo teórico. Teremos a oportunidade de analisar a atuação do Estado brasileiro ao longo de vinte e cinco anos de história desta nação, observando os resultados das políticas públicas criadas e implementadas, podendo compreender se sua atuação frente aos indivíduos que compõem o Brasil.

Conforme já elucidado na introdução desta pesquisa, Sen distingue duas formas de liberdades. Desta forma é indispensável ressaltar o cuidado ao analisar e apresentar a ideia de Desenvolvimento como Liberdade. Ambas as liberdades tem um papel fundamental no desenvolvimento, uma vez estas “liberdades não são apenas o fim primordial do desenvolvimento, contam-se também entre os meios principais” (SEN, 1999).

A primeira forma de liberdade garante o enriquecimento da vida do indivíduo, denominada de *liberdades substantivas*. Há dois papéis centrais destas liberdades para o processo de desenvolvimento. Estes papéis são definidos como a *razão avaliatória* e a *razão da eficácia*, do qual nas palavras do economista,

Existem duas razões distintas para a importância crucial da liberdade individual no conceito de desenvolvimento a *avaliação* e a *eficácia*. Primeiro, na abordagem normativa usada neste livro, às liberdades individuais substantivas são essenciais [...] A segunda razão para considerar tão crucial a liberdade substantiva é que a liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social (SEN, 1999, p. 33).

Já a segunda forma de liberdade tem sua relação direta com a condição de agente dos indivíduos, sendo instrumentos com o intuito de proporcionar oportunidades de usufruir do modo que lhe convêm suas liberdades substantivas, definidas como *liberdades instrumentais*. O economista busca constantemente em sua teoria discorrer sobre esta última forma de liberdade, de forma a categorizar cinco tipos distintos de liberdades instrumentais, sendo elas a: i) liberdade política; ii) facilidades econômicas; iii) oportunidades sociais; iv) garantia de transparência e; v) segurança protetora. Além disto, o autor evidenciar a existência de inter-relação entre estas liberdades, bem como estão diretamente relacionadas com as capacidades de cada indivíduo,

Essas liberdades instrumentais aumentam diretamente as capacidades das pessoas, mas também suplementam-se mutuamente e podem, além disso, reforçar umas as outras. É importante apreender essas interligações ao deliberar sobre políticas de desenvolvimento (SEN, 1999, p.61).

Como ilustração da importância destes papéis, Sen (1999) evidencia a possibilidade da garantia de manifestação e do direito de agir, segundo a filosofia pessoal encontra limites a partir do desenvolvimento das relações com outros indivíduos, que convivem em sociedade, de modo a não prejudicar esta inter-relação. Concomitantemente a liberdade surge como fator crucial para desenvolvimentos (econômicos, sociais e políticos), promovendo estabilidade e segurança tanto para o Estado quanto a sociedade.

No que tange aos indivíduos que compõem uma sociedade Sen destacou a existência de uma relação intrínseca destas com cada liberdade instrumental. A justificativa reside na *capacidades* dos indivíduos, dito em outras palavras o êxito do conceito de desenvolvimento aplicado numa sociedade deve ser pautado no que tange a possibilidade de cada indivíduo de desfrutar desta liberdade, de modo a “levar o tipo de vida que elas valorizam” (SEN, 1999, p. 33), por intermédio da expansão das capacidades de cada indivíduo. Não obstante essas inter-relações estão diretamente relacionadas à condição de *agente livre*. A livre condição de agente não só é, em si, uma parte “constitutiva” do desenvolvimento, mas também contribui para fortalecer outros tipos de condições de agentes livres, nas palavras de Pinheiro (2012),

Para Sen, *agente* é todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com a sua ação livre e racional. O agente não se orienta senão por seus “motivos internos” (normas, objetivos, razões, valores etc.) [...] Assim, a *condição de agente* [agency] é a capacidade de livre agir das pessoas segundo os seus próprios fins e normas (PINHEIRO, 2012, p.14).

Um grande potencial da teoria de Sen (1999) reside no discurso de evitar catástrofes, bem como a garantia do bem-estar dos indivíduos e sociedade, podendo ser vista, analisada e discutida por todos diariamente, uma vez que reside no fato em cuidados que possa promover a garantia das *capacidades* e do *agente livre*, de forma a compreender de que “ampliar as liberdades dos indivíduos é fomentar e respeitar a sua condição de livre agir com base na razão” Pinheiro (2012, p.14). Desta forma, busca-se compreender cada ponto apresentado por Sen, sendo que para isto iremos dividir esta seção em cinco partes, do qual apresentaremos o entendimento do economista, no que tange cada liberdade instrumental. Destacamos de que este tipo de abordagem permitirá vislumbrar os potenciais e fragilidades de cada política pública desenvolvida e aplicada pelo Estado brasileiro no recorte temporal realizado pela pesquisa, no que se refere aos resultados obtidos em prol da garantia de expansão das capacidades e condição de agente livre dos indivíduos que compõem a sociedade brasileira, por intermédio das liberdades instrumentais elencadas nesta teoria.

2.2.1. Liberdade Política

A liberdade política tornou uma questão internacional ao longo dos últimos séculos, e vários países, em especial de regimes democráticos, ampliaram as discussões deste enfoque entre os diversos atores envolvidos. Para Sen (1999, p.58) a liberdade política deve ser entendida “como às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e

com base em quais princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, ter liberdade de expressão e uma imprensa sem censura”.

Deve-se elucidar que a liberdade política para Sen (1999, p.195) carrega três diferentes considerações de suma importância. A primeira é a sua relação *direta* “para a vida humana associada a capacidades básicas”; a segunda envolve seu papel *instrumental* “de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política”; e, por fim, qual seria o seu papel *construtivo* “na conceituação de “necessidades””. A complexidade desta relação traz a necessidade de elucidarmos os aspectos que envolvem a liberdade política e seus reflexos para os atores envolvidos.

O autor afirma que o exercício de direitos políticos básicos torna mais provável uma resposta política a necessidades substanciais dos indivíduos de uma sociedade, pois as liberdades políticas viabilizam e fundamentam o papel de agente dos indivíduos. Além disso, para a “formação de uma base informacional” de alto nível requer comunicação e diálogo abertos, conseqüentemente fica evidente a necessidade de expandir as liberdades políticas e, inclusive, os direitos civis pelo fato de ser centrais a este processo. No tocante de sua argumentação Sen evidencia aspectos positivos entre os três diferentes pontos desta liberdade –direta, instrumental e construtiva- com a democracia. A possibilidade de expressar publicamente o que valorizamos e exigir que se dê a devida atenção a isso acarreta na atuação do Estado visando à promoção de políticas públicas no combate das misérias que cercam determinada sociedade, dito em outras palavras esta liberdade promove a garantia de atender as demandas sociais,

As misérias e privações podem ser de vários tipos – alguns mais passíveis de solução social do que outros. A totalidade das dificuldades humanas seria uma base bruta para identificar nossas “necessidades”. Nossa concepção de necessidade relaciona-se às idéias que temos sobre a natureza evitável de algumas privações e à compreensão do que pode ter feito sobre isso. Na formação dessas compreensões e crenças, as discussões públicas têm um papel crucial (SEN, 1999, p.203).

Desta forma, é perceptível de que Sen defende as oportunidades de escolhas do indivíduo, elucidando de que a melhor escolha do agente livre ocorrerá através do maior número de possibilidades ao alcance do indivíduo. Durante toda sua obra vislumbramos uma contínua reflexão a democracia. É perceptível de que o economista acredita que este sistema político apresenta uma quantidade finita, porém eficaz, de aspectos positivos no que tange a proteção da condição de agente livre do indivíduo, através da possibilidade de fomentação de suas capacidades, exigidas via pressão da sociedade frente ao Estado.

Em sua obra podemos vislumbrar a relação da liberdade política com o sistema político democrático de forma a garantir condições mínimas aos indivíduos. Sen destaca de que a democracia tem sido eficaz no combate a fome coletiva, uma vez que nestes países é garantida a constante expansão da liberdade política dos indivíduos. Através de um sistema eleitoral, em que há um multipartidarismo com possibilidade de expressar suas opiniões os indivíduos que compõem a sociedade de determinado país exige seus direitos de modo a atender suas “necessidades”. Frente a este cenário cabe a um Estado democrático, provedor de direitos, adotar a implementação de políticas públicas visando atender estes indivíduos, como exemplo, desta atuação do estatal, Sen (1999, p.234) destaca “a criação de empregos de emergência em projetos públicos de curto prazo”, frente à existência de uma pressão por parte dos diversos atores existentes, em específico uma oposição em relação ao governo.

Contudo o próprio economista alega da possibilidade de ineficácia quanto aos resultados obtidos frente a problemas sociais em determinados cenários. Primeiramente a existência desta possibilidade ocorre no momento em que os indivíduos não possuem uma base informacional, em outras palavras são “as informações que são necessárias para formar juízos” (SEN, 1999, p.80), resultando na eficácia desta liberdade instrumental do indivíduo em um sistema democrático frente ao Estado. Em segundo lugar, “seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis” (SEN, 1999, p.208). Dito em outras palavras, há possibilidade de uma democracia resultar aspectos negativos, este saldo é uma combinação de simetria informacional com os valores e interesses da sociedade como um todo, caso uma seja perceptível de que uma minoria esteja se sobressaindo perante aos demais indivíduos daquele país, temos um exemplo de que a democracia falhou, mesmo ocorrendo à expansão das liberdades políticas.

Podemos perceber de que esta liberdade instrumental pode salvaguardar, de maneira direta ou indireta, a promoção de outros pilares fundamentais na sociedade. No exemplo apresentado por Sen, evidenciado nesta pesquisa tivemos a oportunidade de vislumbrar a importância e a inter-relação desta liberdade instrumental com as demais. Em outras palavras, através da expressão dos indivíduos frente ao Estado, visando atender suas “necessidades”, o Estado ofertou condições necessárias, através da geração de emprego, para que o indivíduo conseguisse, mesmo em curto prazo, uma renda suficiente para dar continuidade a sua existência, ou seja, este é um exemplo típico de que a liberdade política resultou na garantia da liberdade de facilidade econômica.

2.2.2. Facilidades Econômicas

Para o entendimento desta liberdade instrumental Amartya Sen dialoga constantemente entre a esfera econômica, política e social. Isto se deve quanto ao desdobramento das relações sociais em busca da aquisição de corresponder suas “necessidades”, proporcionando, desta forma, uma relação intrínseca. Conseqüentemente, os papéis de alguns atores alteraram ao longo do tempo, destacando-se que algumas mudanças buscavam a garantia ou acarretar privações facilidades econômicas, os resultados obtidos variam sobre o ator analisado.

Para Sen (1999, p.59) as facilidades econômicas “são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar os recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”, ou seja, é a interação entre os indivíduos, através das oportunidades que os mesmos desfrutam. Com o processo de globalização vivenciado pelo mundo, ao longo dos últimos séculos, cada indivíduo encontra-se inserido numa determinada sociedade, cercado por diversas culturas, seja pelas diversas instituições espalhadas na localidade em que vivencia, seja pela constante oportunidade de aquisição de produtos advindos. Estas culturas apresentam-se de infinitas formas, com destaque para as instituições. Sen destaca de que estas detêm a um papel essencial em relação a cada liberdade instrumental apresentada pelo economista,

Os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e de modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para as nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para a nossa liberdade (SEN, 1999, p.188).

Não obstante, segundo o economista, o mercado do qual os indivíduos e as instituições encontram-se pode ser tentador e ofertar uma libertação em determinados contextos, contudo é necessário realizar um exame minucioso visando à adequação e atratividade das opções disponíveis e não somente pela quantidade de opções disponibilizadas para compreender o processo de expansão ou não das liberdades –substantivas e a facilidade econômica- para os indivíduos. Há uma relação complexa e abrangente entre o papel desempenhado pelos mercados, as suas possibilidades e os diversos interesses de diferentes grupos inseridos neste contexto. Numa avaliação do mercado devemos nos atentar quanto aos seus mecanismos, descobrindo se há ou não a existências de imperfeições. Já no que tange a eficiência de mercado, Amartya Sen alega de que é indispensável o cuidado em averiguar se há uma

equidade da distribuição de liberdades, sua ótica deve residir nas liberdades substantivas e capacidades quanto aos indivíduos.

Os frutos colhidos por intermédio de uma análise minuciosa do mercado refletirá na abordagem das facilidades econômicas em prol a cada indivíduo que compõem a sociedade. Permitirá compreender os anseios e receios dos indivíduos, dos quais estarão relacionados na busca de seu entendimento sobre o bem-estar. Dito em outras palavras, a expansão ou privação das facilidades econômicas está fundamentada nos costumes e valores de uma sociedade.

Essa abordagem das organizações e valores nos permite ainda reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevalecentes, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e que elas estão certas ao prezar, como normas partilhadas influenciam nas relações sociais (SEN, 1999, p.23).

Não tocante de sua concepção teórica, Sen identifica e discorre sobre cinco diferentes variáveis que estão diretamente associadas com a possibilidade de usufruir da relação entre renda e o bem-estar, por intermédio das facilidades econômicas, dos quais estas podem apresentar peculiaridades pessoais e sociais. As variáveis seriam: i) *Heterogeneidades pessoais*; ii) *Diversidades ambientais*; iii) *Variações no clima social*; iv) *Diferenças de perspectivas relativas* e; v) *Distribuição na família*. Estes fatores apresentam peculiaridades no que tangem a situação do indivíduo, como exemplo, características de idade, sexo, clima, temperatura, condições sociais da população, valores, costumes, dentre outros. Conforme já elucidado estas variáveis refletem diretamente no resultado almejado, a mais notória, como exemplo a ser apresentado, seria o desemprego. Para o autor destaca a privação por parte de segmentos dentro das instituições, como, por exemplo, as suas possibilidades de atuação no mercado impõem restrições para no alcance na expansão das *facilidades econômicas*.

Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações [...] A mudança do centro da atenção da economia pró-mercado, passando da liberdade para utilidade, teve seu preço: a desconsideração do valor central da própria liberdade (SEN, 1999, p.43, 45).

Sen (1999) centraliza esforços para argumentar de que a pobreza de um indivíduo não deve ser mensurada somente quanto a sua renda, devendo compreender a busca dos interesses do *agente livre*. Havendo uma relação de interação entre suas *capabilities*, com os demais atores englobados numa sociedade, diante da busca constante de suprir suas “*necessidades*”. Deve-se esclarecer quanto esta busca, uma vez que para Sen os indivíduos buscam, à priori, o

acesso ao consumo básico em prol da garantia do bem-estar, como exemplo, alimentação, moradia, saúde, educação etc.

A partir desta linha de raciocínio podemos tecer uma análise realizada por Sen quanto à atuação estatal, por intermédio de suas políticas públicas, destinadas a diminuir a desigualdade e pobreza. No entendimento do economista “qualquer transferência pública pura – a redistribuição de renda ou a provisão gratuita de um serviço público- pode potencialmente ter um efeito sobre o sistema de incentivos da economia”.

Ora, o Estado detém autonomia o suficiente para atuar no mercado, bem como desenvolver e implementar políticas públicas e políticas econômicas visando a atuação dos indivíduos que compõem a sociedade de determinada nação. Dito em outras palavras, uma atuação estatal pode promover possibilidades dos indivíduos usufruírem os recursos econômicos para finalidades de consumo, troca e inclusive produção, expandindo sua liberdade e capacidades, visando atender o seu bem-estar.

2.2.3. Oportunidades Sociais

Abordando cada liberdade instrumental, Sen (1999, p.59) tece sobre as oportunidades sociais. Segundo o economista esta liberdade está associada com “as disposições que a sociedade estabelece” em determinadas áreas, das “quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor”. É perceptível de que esta liberdade instrumental tem a particularidade de salvaguardar e satisfazer o bem comum quanto aos indivíduos.

Não obstante as oportunidades sociais surgem como motor fundamental para as outras liberdades instrumentais apresentadas por Sen. Na literatura de Desenvolvimento como Liberdade é perceptível de que Sen dá grande ênfase a esta liberdade. Esta percepção fica evidente através das inter-relações com as demais liberdades, de modo a salvaguardar e satisfazer o bem comum quanto aos indivíduos. Num exemplo retirado de sua obra, podemos notar uma ligação direta desta liberdade instrumental com as facilidades econômicas e com a segurança protetora, sendo um mecanismo facilitador da promoção do bem-estar do indivíduo. Deve-se elucidar ainda de que a privação das “*oportunidades sociais*” desencadeia resultados drásticos, principalmente e diretamente em outras “*capacidades*” dos indivíduos e, por conseguinte, nas outras liberdades instrumentais. Reforçando sua tese em que toda forma de privação de capacidade é considerada como uma perda da amplitude da liberdade pessoal.

[...] o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferência do Estado (a um pesado custo fiscal que pode ser, ele próprio, um ônus gravíssimo); é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades do indivíduo. Entre múltiplos efeitos, o desemprego contribui para a exclusão social de alguns grupos e acarreta a perda da autonomia e de autoconfiança e de saúde física e psicológica (SEN, 1999, p.36).

Um Estado que vise por políticas públicas educacionais, bem como sanitárias, por exemplo, direciona a expansão das capacidades dos indivíduos, promovendo a possibilidade do indivíduo desenvolver atividades produtivas, ao mesmo tempo, em que este mesmo indivíduo ativo irá demandar um consumo visando seu bem-estar. Do ponto de vista financeiro para a máquina estatal, Sen destaca da existência de viabilidade deste processo, especialmente nas áreas citadas anteriormente, sendo um grande atrativo para países de baixo poder econômico. Realizando uma abordagem mais didática Sen explana sobre a atuação de um Estado em países retardatários no processo de desenvolvimento,

O processo conduzido pelo custeio público é uma receita para a rápida realização de uma qualidade de vida melhor, e isso tem grande importância para as políticas [...] O fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o aumento do crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições sociais nas economias pobres, *sem* ter de esperar “ficar rico” primeiro (SEN, 1999, p. 71).

[...] a expansão oportunidades sociais serve para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução de taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida (SEN, 1999, p.67).

Retomando a afirmação de que as oportunidades sociais surgem como motor fundamental quanto às outras liberdades e para a promoção do desenvolvimento, devemos neste momento justificar esta afirmação a fim de esclarecer este entendimento. Sen afirma ao longo de sua obra de que o desenvolvimento somente será alcançado com a expansão das liberdades, sejam as substantivas, sejam as instrumentais. Para isto ocorrer os indivíduos devem apresentar uma base informacional simétrica e em constante progresso de crescimento, visando à garantia do seu bem-estar. Para que isto ocorra faz-se necessário que o indivíduo supra suas necessidades de modo que estas tendem a convergir para o desenvolvimento.

As oportunidades sociais emergem neste momento como peça chave de toda a fundamentação, pois através de certas garantias como as de expansão de conhecimento, bem como acesso a obter uma saúde de qualidade o indivíduo poderá obter resultados positivos no

que tange a renda, a conscientização política e social. Dito em outras palavras, uma política pública educacional, ao mesmo tempo na área da saúde, permitirá ao indivíduo sua inserção no mercado, resultando na garantia de aquisição de renda, não obstante o mesmo indivíduo poderá obter uma simetria informacional em suas bases, resultando na expansão de sua conscientização no que tange aos seus interesses de representatividade nos governos, exigindo cada vez mais a promoção de políticas públicas das quais visem à promoção do bem-estar. Não obstante um Estado democrático, regido pelo princípio de atender as demandas sociais, desenvolverá políticas públicas das quais resultam numa proteção social, ao mesmo tempo por estar inserido numa sociedade mais politizada tenderá em apresentar justificativas no que tange a suas tomadas de decisões. Caso estas consigam garantir cada vez mais o provimento das liberdades dos indivíduos – substantivas e instrumentais- observamos um ciclo do desenvolvimento iniciado, do qual este não tendem a resultar na exclusão dos indivíduos ou dos diversos grupos de pessoas que compõe a sociedade do determinado país.

Por fim, podemos destacar os efeitos indiretos ocasionados por esta liberdade, percorridos por Sen. Questões que envolvem taxas de fecundidade, de mortalidade, atuação das mulheres possivelmente seriam abarcadas através de políticas públicas, frisando por uma equidade na distribuição destes serviços, dos quais estariam voltadas para o atendimento da expansão da formação do indivíduo, geram impactos nestas áreas citadas.

2.2.4. Garantias de Transparência

As garantias de transparência “referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza” (SEN, 1999, p.60). Dando continuidade a sua argumentação, Sen alega de que a fundamentação desta liberdade instrumental encontra-se residida em três perspectivas frente i) valores da sociedade; ii) costumes sociais e; iii) o relacionamento entre os indivíduos que compõem esta sociedade.

Estes três componentes relacionam-se continuamente, de modo a serem interpretados equivocadamente apenas como um único elemento. Não obstante a importância desta liberdade instrumental frente ao desenvolvimento está diretamente relacionada com a formulação dos princípios dos indivíduos. Conforme a discussão realizada no trabalho de Sen (1999, p.32), “a visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões como as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais”. Com o passar dos anos, vislumbramos o processo de

formação dos valores, crenças e costumes do indivíduo. A relação desta liberdade instrumental com o cenário que o indivíduo encontra-se inserido apresenta-se indiretamente. Sua concepção fundamental exposta na teoria, de que o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades substantivas, observa as necessidades e os valores do indivíduo, além de fomentar o papel e atuação das diversas instituições, mercados, governos dentre outros. Nas palavras de Sen,

Uma abordagem ampla desse tipo permite a apreciação simultânea dos papéis vitais, no processo de desenvolvimento, de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações, relacionada ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debates abertos (SEN, 1999, p.23).

Em relação à atuação do Estado Sen discorre de que este deve fomentar cada vez mais possibilidades de diálogo com a sociedade visando atender as demandas sociais. Contudo deve-se haver uma simetria informacional entre estes, ou seja, ambos devem promover a apresentação de seus interesses, valores, além uma confiança mútua, para a formulação de estratégias e mecanismos que visem enfrentar a necessidade daquela sociedade.

A política pública tem o papel não só de procurar implementar as prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir a discussão pública mais completa. O alcance e a qualidade das discussões abertas pode ser melhorados, por várias políticas públicas, como liberdade de imprensa e independência dos meios de comunicação (incluindo ausência de censura), expansão da educação básica e escolaridade (incluindo educação das mulheres) (SEN, 1999, p.358).

Ficando evidente a importância da presença e a objetividade do indivíduo no que tange suas *capacidades* através da condição *agente livre*. Isto se deve ao seu papel de identificar tais distorções, bem como a livre condição para aplicação de adequação para os impactos diretos na promulgação do bem estar.

Os valores sociais podem desempenhar – e têm desempenhado- um papel importante no êxito de várias formas de organização social, incluindo os mecanismos de mercado, a política democrática, os direitos civis e políticos elementares, a provisão de bens públicos básicos e instituições para a ação e o protesto público (SEN, 1999, p.333).

2.2.5. Segurança Protetora

Por fim, Sen acredita e dialoga quanto à liberdade instrumental de segurança protetora. Para ele “é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, que tem como objetivo de proteger as pessoas da miséria” (SEN, 1999, p.60). Em outras palavras, o economista enfatiza de que esta liberdade resguarda os indivíduos, em especial aqueles que apresentam certas vulnerabilidades, de caírem na miséria extrema através de “dispositivos institucionais fixos”, do qual promovem garantias mínimas de sobrevivência das pessoas.

Ao longo de sua obra fica perceptível de que Sen também observa a atuação do Estado frente ao mercado e a sociedade. Não obstante as instituições públicas encontram-se no cerne do provimento desta liberdade instrumental, por intermédio de seu papel e suas atuações, o Estado deve zelar pelo provimento do atendimento das demandas sociais, destacando desde políticas públicas que possam suplementar a renda passando até por um desenvolvimento de distribuição de alimentos, com o objetivo de expandir a garantia da proteção social. Sen coloca a atuação do Estado como principal provedor desta liberdade devido à possibilidade em organizar um processo conduzido pelo custeio público. Para ele através de um planejamento e com objetivo da expansão desta liberdade ocorrem reflexos diretos quanto às taxas de mortalidade e melhora na qualidade de vida.

É dever dos indivíduos discutir o papel de atuação do Estado na garantia da promoção desta liberdade instrumental. Sen reforça sua concepção da *inter avalia* no momento em as liberdades instrumentais se reforçam, principalmente com a atuação da democracia. Esta liberdade se inter-relaciona basicamente e diretamente com as liberdades políticas, uma vez que estas possuem a importância direta pelo aumento das capacidades dos indivíduos. Para o economista ao permitir a oportunidade das pessoas sejam ouvidas, ou seja, quando expressam suas reivindicações, colabora diretamente com a segurança protetora, como por exemplo, a inexistência de fome coletiva em um país democrático. No decorrer da obra *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen demonstra finitos exemplos desta *inter avalia*, enfatizamos a possibilidade de ocorrer fomes coletivas mesmo sem obter um declínio de produção de alimentos no país, nas palavras do economista,

Um trabalhador pode ser levado a passar fome devido ao desemprego combinado com a ausência de um sistema de seguridade social que forneça recursos como o seguro desemprego. Isso pode facilmente acontecer e, de fato, uma grande fome coletiva pode sobrevir *apesar* de um nível geral elevado ou até mesmo de um “pico” na disponibilidade de alimentos (SEN, 1999, p.216).

De modo análogo as oportunidades sociais, a segurança protetora emerge visando o atendimento da necessidade básica do indivíduo. Sua fundamentação visa em atender necessidades de características fundamentais. Prevenir um indivíduo de fome, dar condições de amparo enquanto está desempregado, promover oportunidade de que o indivíduo tenha um teto para repousar, garanti ao agente livre estabilidade, tanto emocional quanto física, de forma que permitirá que o agente possa ajustar e expandir suas capacidades, visando usufruir a melhor maneira que lhe for conveniente suas liberdades substantivas.

No que tange a avaliação das capacidades dos indivíduos, Sen (1999, p.174) esclarece de que a fundamentação deve residir na “observação dos funcionamentos reais da pessoa”, quanto à segurança protetora. Faz-se necessário de evidenciar de que o para o economista o conceito de funcionamento “reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” (SEN, 1999, p.104). Como já discorrido brevemente nas seções anteriores, a capability de um indivíduo é o resultado das “combinações alternativas de funcionamento cuja realização é factível para a ela” (SEN, 1999, p.105).

Neste momento faz-se necessário evidenciar de que estas políticas públicas estão voltadas para um público alvo, de maneira semelhante às oportunidades sociais. Sen elucida a existência de problemas relacionados ao direcionamento de determinadas políticas públicas, do qual estas distorções são pontos em que devemos refletir em relação ao direcionamento máximo de uma política pública para um público alvo. Estes pontos são: i) *Distorção de informação*; ii) *Distorção de incentivo*; iii) *Desutilidade e estigma*; iv) *Custos administrativos* e; v) *Sustentabilidade política e qualidade*. Conforme o próprio economista afirma, seu objetivo não reside “sugerir que o direcionamento das políticas públicas para um público-alvo fatalmente será inútil ou problemático, mas apenas observar que existem considerações que contrariam o simples argumento em favor do direcionamento máximo” (SEN, 1999, P.182).

A criação de uma rede protetora contribui para a expansão das capacidades dos indivíduos, além de fortalecer a qualidade de vida do mesmo. Dito em outras palavras, a segurança protetora também tende a promover o desenvolvimento. Compreende de que a atuação estatal é uma força motriz para este provimento, pois uma sociedade com um melhor nos que tem suas demandas –necessidades- atendidas tenderá a proporcionar reflexos positivos na garantia do bem-estar para o deste agente livre.

2.3. Desenvolvimento como Liberdade: Os indicadores

Até o presente momento desta pesquisa, tivemos a oportunidade de compreender a importância de atuação do Estado frente à promoção do desenvolvimento. As diversidades teóricas existentes permitiram responder o questionamento apresentado no início da primeira seção do referencial teórico desta pesquisa. Concomitantemente, esta pesquisa focalizou uma teoria específica para a promoção do desenvolvimento. A teoria de Amartya Sen, exposta em sua obra intitulada “Desenvolvimento como Liberdade”, nos proporcionar uma nova reflexão em torno do conceito de desenvolvimento. A ótica deste conceito reside diretamente nos indivíduos, pois através da constante expansão das liberdades e capacidades destes, uma sociedade e um Estado podem iniciar a promoção da garantia do bem-estar.

Após o acesso as concepções senianas sobre o desenvolvimento, vislumbramos o despontamento de diversos questionamentos sobre esta concepção desenvolvimentista. Dentre o vasto campo de questionamentos e ponderações, acerca da teoria de Sen, notamos a necessidade de avaliação da atuação dos Estados frente à promoção da teoria seniana. Dito em outras palavras, em forma de caráter de pergunta, como poderíamos medir a expansão ou retrocesso por parte do Estado, por intermédio de políticas públicas, frente a cada liberdade instrumental proposta por Sen, que possa induzir o desenvolvimento?

É interessante apresentar este questionamento, pois permite evidenciar uma necessidade do qual a humanidade ao longo de sua formação. Esta necessidade é referente à mensuração dos resultados obtidos a partir de uma iniciativa, seja por parte da sociedade, do mercado e do Estado. Se observarmos o último século, teremos a oportunidade de perceber o constante interesse do mundo pela criação de mecanismos visando mensurar e analisar os reflexos da atuação do Estado e do mercado, inicialmente, frente ao crescimento econômico, e, posteriormente, frente ao desenvolvimento econômico. Sendo mais específico, ao longo da história recente da humanidade o mundo desenvolveu uma série de indicadores, com diversas metodologias, buscando apontar os resultados obtidos por parte da atuação estatal e mercantil frente à economia.

Não obstante estes indicadores desenvolvidos apresentam algumas peculiaridades, podendo ser entendidos como métodos de mensuração de cada liberdade instrumental apresentada por Sen. Evidenciamos de que esta afirmação será o norte desta seção, ou seja, iremos focalizar todo este ensaio em analisar as mensurações obtidas por determinados indicadores de desenvolvimento frente às liberdades instrumentais senianas, por acreditarmos que estes deveriam ser instrumentos primários das políticas públicas advindas pelo Estado.

Uma pesquisa realizada por Junior (2012) intitulada *As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento*, buscou analisar uma série de indicadores de desenvolvimento contemporâneos, bem como averiguar se estes indicadores contemplavam a teoria de Sen, sendo mais específico, se haveria a possibilidade de mensurar a evolução de cada liberdade instrumental em determinado país. O resultado obtido por esta pesquisa é fundamental neste trabalho, pois a mensuração de cada liberdade instrumental será relacionada com a atuação do Estado brasileiro no recorte temporal realizado por este trabalho.

Através das discussões realizadas por Junior (2012), iremos tecer brevemente sobre oito distintos indicadores de desenvolvimento, buscando evidenciar sua relação com as respectivas liberdades instrumentais. Os indicadores são: Indicadores de Governança Mundial, Índice de Democracia, Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice Gini, Indicador de Poupança Líquida Ajustada, Índice de Liberdade Econômica e Índice do Planeta Feliz.

Os Indicadores de Governança Mundial (IGM) serão os primeiros a serem discorridos nesta pesquisa. Desenvolvido pelo Banco Mundial, temos a oportunidade de analisar um Estado em seis diferentes categorias, mensurando anualmente a evolução obtida por determinado país desde 1996, do qual as categorias são: i) *eficácia governamental*; ii) *estabilidade política e ausência de violência/terrorismo*; iii) *qualidade da regulação*; iv) *controle da corrupção*; v) *voz e accountability* e; vi) *Estado de direito*. Devido à metodologia aplicada no IGM, bem como a fundamentação de Junior (2012. p.88), “O índice contempla as liberdades políticas ao avaliar a participação dos cidadãos na escolha dos seus representantes, as garantias de transparência ao avaliar a qualidade e eficácia do governo”, podemos analisar duas liberdades instrumentais de Sen: a *liberdade política* e *garantia de transparência*.

Em relação ao Índice de Democracia é concebido pelo instituto The Economist Intelligency Unit, desde o ano de 2006. Neste indicador temos a oportunidade de analisar somente a *liberdade política* de um Estado. A justificativa, segundo Junior 2012, reside nos objetos de análise do próprio indicador, sendo eles o “processo eleitoral e pluralismo, direitos civis, o funcionamento do governo, participação política, e cultura política”.

O Produto Interno Bruto (PIB) está diretamente relacionado com a liberdade instrumental de *facilidades econômicas*. Uma peculiaridade sobre este indicador, em relação aos demais utilizados nesta pesquisa, seria quanto ao tempo de existência, pois ele existe oficialmente desde a década de 30. Nas palavras de Junior (2012),

O PIB, tanto pelas óticas da produção, da despesa ou do rendimento, reflete apenas as transações econômicas de uma sociedade [...] dizem respeito às oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Assim sendo, contempla apenas as facilidades econômicas ao indicar os valores de produção, rendimento ou despesa (JUNIOR, 2012, p.82).

Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador mais abrangente, no sentido de englobar três liberdades instrumentais, sendo elas: *facilidades econômicas*, *oportunidades sociais* e *segurança protetora*. Uma peculiaridade deste indicador é envolvimento de Amartya Sen para sua criação, do qual mensura os países desde 1990. Para Junior (2012),

Mede as realizações médias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno [...] As fontes de dados utilizadas são: a esperança de vida à nascença, a média de anos de escolaridade, os anos de escolaridade esperados e o rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* (JUNIOR, 2012, p.98).

Já o Índice Gini permite uma visão quanto “o grau de desigualdade na distribuição da renda familiar [...] em que a renda familiar acumulada é confrontada contra o número de famílias organizadas a partir dos mais pobres aos mais ricos” (JUNIOR, 2012, p.80). De maneira semelhante ao PIB, este indicador permite analisar a atuação de um Estado frente às *facilidades econômicas* propostas por Sen.

O Indicador de Poupança Líquida Ajustada, proposto pelo instituto Banco Mundial, “compara a poupança interna bruta, o consumo de capital fixo, as despesas de educação, o esgotamento dos recursos energéticos, dos recursos minerais e das florestas, e os danos causados por emissões de CO₂” (JUNIOR, 2012, p.89). No entendimento de Junior (2012) este indicador contempla duas liberdades instrumentais de Sen, sendo elas: *facilidades econômicas* e *oportunidades sociais*.

O Índice de Liberdade Econômica nos permite analisar duas liberdades instrumentais de Sen: *facilidades econômicas* e *garantia de transparência*. Desenvolvido pela The Heritage Foundation, temos a oportunidade de averiguar a progressão de cada Estado mensurado pelo indicador desde 1995. Nas palavras de Junior (2012), o índice contempla estas liberdades por mensurar, “a liberdade empresarial, a liberdade de comércio, a liberdade fiscal, tamanho do governo, a liberdade monetária, a liberdade de investimento, a liberdade financeira, o direito a propriedade, a corrupção e a liberdade de trabalho”.

O último indicador a ser utilizado nesta pesquisa será o Índice do Planeta Feliz (HPI). Apresentando dados desde 2005, pela instituição New Economics Foundation, o índice “mede a relação entre a satisfação com a vida e a expectativa de vida com a pegada ecológica” (JUNIOR, 2012, p.85). Desta forma o HPI está contempla a liberdade instrumental de *segurança protetora*.

Por fim, salienta-se de que os dados mensurados por cada indicador serão apresentados a seguir. Estes dados foram coletados a partir dos documentos e mecanismos disponibilizados por cada instituição, dentre eles manuais relativos aos indicadores, artigos, livros e materiais disponíveis no meio acadêmico. Em destaque, a tabela 2 (p. 79) traz um resumo sobre os indicadores utilizados nesse trabalho e as liberdades que as representam, segundo Junior (2012).

3 Metodologia: Delineamento da pesquisa, coleta e análise

A presente pesquisa busca analisar a promoção das liberdades instrumentais, apresentadas por Amartya Sen, por parte do Estado brasileiro contemporâneo. Neste trabalho, entende-se por contemporâneo os 25 anos apresentados, de forma a compreender os impactos das políticas públicas desenvolvidas e implementadas no Brasil, neste recorte temporal.

Considerando a complexidade da teoria do Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen, e a multiplicidade interpretativa dos fenômenos abordados neste período histórico, apresenta-se esta pesquisa fundamentalmente como quantitativa e qualitativa em caráter explicativo exploratório, descritivo e bibliográfico. A referida abordagem metodológica permite entender e apresentar as possíveis explicações epistemológicas correlacionais, possibilitando um entendimento da promoção do desenvolvimento segundo a ótica abordada neste estudo.

A fundamentação teórica e base interpretativa ocorrem, inicialmente, apresentando o papel do Estado frente à economia, por conseguinte uma compreensão da importância deste agente como promotor do desenvolvimento, devendo-se elucidar de que esta discussão apresentará uma base de autores que discutem quanto a formas de atuação do Estado.

Logo após, esta pesquisa busca tecer atuação estatal ao longo da história do Estado brasileiro, evidenciando o entendimento dos governos na promoção do desenvolvimento do país. A sequência da fundamentação teórica se dá pela abordagem do modelo de desenvolvimento proposto por Sen, ou seja, será neste momento em que esta pesquisa discorrerá a teoria do Desenvolvimento como Liberdade, visando elucidar as discussões ocorridas nesta teoria.

A última parte da fundamentação teórica será dedicada para apresentação e justificativa das escolhas dos instrumentos de mensuração da teoria proposta por Sen. Os indicadores selecionados apresentam diversas peculiaridades no que tange em mensurar o desenvolvimento de um país, bem como suas relações com cada liberdade instrumental apresentada na teoria de Sen.

Para alcançar os objetivos da fundamentação teórica desta pesquisa, optamos por uma pesquisa qualitativa bibliográfica. A abordagem qualitativa permitirá nesta pesquisa “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados” Silva e Menezes (2005, p.20), bem como fundamenta a “organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento” (GIL, 2008, p.175). Concomitantemente faz-se perceptível apresentar discussões já existentes na

academia, acerca dos pontos apresentados na fundamentação teórica, dito em outras palavras, esta pesquisa apresenta uma abordagem técnica bibliográfica, pois fundamenta-se em materiais já produzidos.

No cerne dos resultados deste trabalho, evidenciamos estudos que relacionam indicadores de caráter político, social e econômico com a teoria supracitada. A partir disto, faz-se necessária uma apreciação dos dados apresentados por cada um destes indicadores em relação à promoção do desenvolvimento no Brasil. Neste momento a fundamentação desta pesquisa será quantitativa e bibliográfica, isto se deve a necessidade de “uso de recursos e de técnicas estatísticas” Silva e Menezes (2005, p.20), além de “proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” Silva e Menezes (2005, p.21).

Além disto, em razão do objeto de análise e, considerando o período histórico de análise (1990 a 2015) da administração pública brasileira, a pesquisa bibliográfica, poderá ser considerada determinante para analisar uma base de dados secundários para permitir e compreender os modelos de gestão neste intervalo histórico, ponderando através dos destes indicadores, averiguar a existência ou não da convergência entre o modelo de desenvolvimento como liberdade com as políticas públicas no Brasil. Dito em outras palavras, poderemos analisar as interações entre as dimensões política e estratégica de cada governo, subentendida nas decisões de Estado, podendo revelar tanto particularidades quanto generalizações, em maior ou menor nível de aprofundamento, resultando no entendimento dos reflexos das ações de Estado e políticas públicas no período 1990/2015, em busca da conclusão dos resultados e discussões apresentados.

A escolha do período histórico se justifica, além das já descritas na introdução, por ter sido aquele que mais foram propostas questões e destinados esforços para compreensão da situação contemporânea do Estado e Desenvolvimento, bem como os reflexos destes como um todo. Com a pretensão de atingir, respectivamente, o terceiro e quarto objetivo específico. Por fim, destaca-se o processo de consolidação da democracia brasileira, considerando esta, analogicamente à nossa bibliografia básica, como elemento fundamental de uma das principais “liberdades instrumentais essenciais”, a liberdade política.

Tabela 1 - Bases de dados

INDICADOR	FONTE DOS DADOS	PERÍODO
Indicador de Governança Mundial (Eficácia Governamental)	Banco Mundial	1996-2015
Indicador Mundial de Governança (Estabilidade Política/ausência de terrorismo)	Banco Mundial	1996-2015
Indicador de Governança Mundial (Qualidade da Regulação)	Banco Mundial	1996-2015
Indicador de Governança Mundial (Controle da Corrupção)	Banco Mundial	1996-2015
Indicador de Governança Mundial (Voz e Accountability)	Banco Mundial	1996-2015
Indicador de Governança Mundial (Estado de Direito)	Banco Mundial	1996-2015
Índice de Democracia	The Economist	2006-2016
Produto Interno Bruto (In)	Banco Mundial	1990-2015
Índice de Desenvolvimento Humano	Programa das Nações Unidas	1990-2015
Índice de Gini	Banco Mundial	1990-2015
Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Adjusted Net Savings Indicator)	Banco Mundial	1990-2015
Índice de Liberdade Econômica	Fundação Heritage	1995-2015
Índice do Planeta Feliz (Happy Planet Index)	Fundação Nova Economia	2005-2015

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. Resultados e Discussões

Neste espaço teremos a oportunidade de discorrer sobre toda a abordagem realizada nesta monografia. Para isto, acreditamos que os elementos apresentados na introdução, no que tange aos resultados, deveriam ser divididos em três seções. Estas buscam discorrer uma análise temporal do Brasil nos últimos 25 anos, bem como discutir sobre projeções futuras do país.

Para isto, a primeira seção reside em analisar os indicadores de desenvolvimento no Brasil. Será neste momento da pesquisa em cada indicador será analisado empiricamente a partir do recorte político realizado. Vale ressaltar de que a justificativa de cada indicador e índice utilizado foi abordada anteriormente nesta monografia e por isto somente caberá neste momento em discorrer quanto às metodologias, bem como realizar uma análise empírica dos dados.

Devemos enfatizar o recorte histórico realizado nesta pesquisa. O ano de 1989 representa um marco no estado brasileiro contemporâneo, uma vez que neste ano ocorreu a primeira eleição direta, após o regime militar que havia se instaurado e perpetuado no país por 22 anos. Desta forma é possível analisar a promoção do desenvolvimento do Brasil, no que tange às cinco liberdades instrumentais elencadas pelo economista Amartya Sen. Buscamos analisar a promoção destas liberdades na recente democracia brasileira, evidenciando momentos em que os resultados demonstram aspectos positivos e negativos deste país.

A segunda seção dos resultados e discussões frisa no entendimento da trajetória do estado brasileiro no recorte temporal. Neste momento devemos averiguar em específico a atuação do Estado, através de suas políticas públicas, em relação a cada liberdade instrumental apresentada por Sen. Desta forma, poderemos obter um entendimento mais aprofundado dos dados apresentados por cada indicador e índice apresentado na seção anterior, relacionando estes com a teoria de Desenvolvimento como Liberdade. Em relação à última seção dos resultados e discussões desta pesquisa, buscaremos discorrer sobre novas propostas e abordagens de política pública, visando contemplar cada liberdade instrumental apresentada pelo economista.

Por fim, devemos elucidar ao leitor algumas informações quanto aos dados obtidos nos indicadores. Sendo mais específico, há duas colocações que devemos realizar: i) o início das aferições por alguns indicadores e ii) a existência de espaços temporais sem aferição em alguns indicadores. A primeira colocação tem como fundamento o início da realização de coleta de dos dados pelas fontes responsáveis por alimentar estes indicadores, definindo um

marco inicial e continuidade das coletas de informações e cálculos referentes aos países pesquisados. Logo, determinados indicadores não contemplam todo o recorte governamental, 1990-2015, feito por esta pesquisa. Quanto à segunda colocação, devemos evidenciar a existência de espaços temporais sem medição em determinados indicadores. Contudo, esta pesquisa apresentará ao leitor cada um destas situações em seus respectivos indicadores, com o objetivo de assegurar o entendimento dos dados coletados.

4.1. Os Indicadores de Desenvolvimento no Brasil

Nessa seção 4.1, vale destacar, será feita apenas uma apresentação descritiva dos dados. A parte analítica do trabalho está destinada à seção 4.2.

4.1.1. Indicadores de Governança Mundial

Iniciando a análise do recorte político desta pesquisa, iremos discorrer sobre os dados obtidos por intermédio dos indicadores de desenvolvimento pelo instituto Banco Mundial. Esta instituição apresenta os Indicadores de Governança Mundial (IGM), do qual seguem a metodologia apresentada em Kaufman et al. (2010).

Segundo Kaufman et al. (2010), a metodologia destes indicadores baseia-se em 35 fontes de dados de 32 organizações de todo o mundo. Cada indicador apresenta uma pontuação mínima e máxima de avaliação de um país. Nesta metodologia o limite mínimo é - 2,5 pontos na escala, quanto ao limite máximo destacamos de que um Estado pode alcançar 2,5 pontos.

Na ótica de Kaufman et al. (2010) os Indicadores de Governança Mundial são uma métrica de governança visando um aumento da “conscientização sobre as questões de governança na comunidade do desenvolvimento e além dela”. Os dados obtidos dos Indicadores de Governança Mundial são a partir do ano de 1996 até o ano de 2015. Devemos salientar a existência de espaços temporais sem aferição destes seis indicadores, estes respectivos anos são: 1997; 1999 e 2001.

Devido ao início das aferições por parte destes indicadores, poderemos analisar 19 anos do estado brasileiro contemporâneo, passando através de quatro gestões governamentais eleitas democraticamente. A primeira gestão a ser analisada nestes indicadores será de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre os anos de 1996 e 2002. Vale destacar de que durante seu mandato os indicadores não foram aferidos em três diferentes anos (1995; 1997;

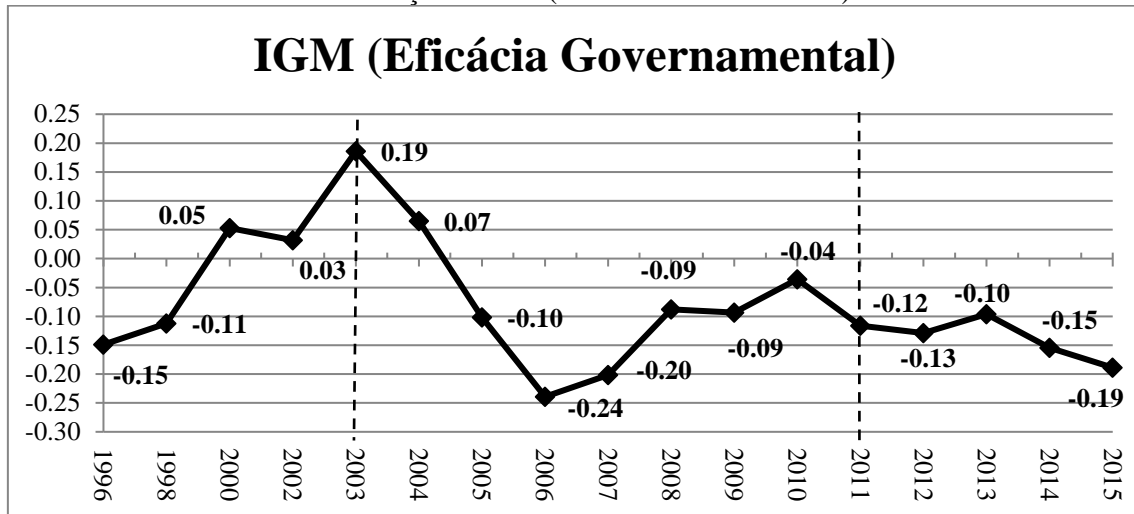
1999 e 2001). Em relação à segunda gestão, o Brasil teve Luís Inácio Lula da Silva (Lula) a frente do governo executivo federal por dois mandatos consecutivos, logo o recorte temporal nesta pesquisa no que tange ao seu governo inicia em 2003 e encerra-se no ano de 2010. Por fim, a última gestão a ser analisada por estes indicadores será de Dilma Vana Rousseff (Dilma), no intervalo de tempo entre 2011 e 2015.

O primeiro indicador a ser analisado do IGM refere-se à eficácia governamental. Salientamos de que os dados obtidos neste indicador estão ilustrados no gráfico 1. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso podemos observar um constante crescimento neste indicador até o ano de 2000, resultando em um aumento de 0,20 pontos, entre o intervalo dos anos de 1995 e 2000. Porém ao final de seu mandato o indicador obteve uma queda de 0,02 no ano de 2002, concluindo o mandato de sua gestão, em termo de eficácia governamental, em 0,34 pontos no indicador.

A segunda gestão a ser analisada por este indicador é de Luís Inácio Lula da Silva. Entre os anos de 2003 e 2006, seu primeiro mandato, podemos averiguar um constante declínio de eficácia governamental, pois nestes anos o indicador apresentou uma queda de 0,43 pontos, resultando no ano de 2006 o valor de -0,24. Quanto seu segundo mandato, de 2007 até 2010, o indicador apresenta um crescimento de 0,20 pontos, resultando no término de sua gestão o valor de -0,04. Dito e outras palavras à eficácia governamental durante seu mandato obteve um declínio total 0,23 pontos.

Em relação ao governo de Dilma Rousseff, podemos observar um período de turbulência, resultando novamente em uma queda neste indicador. Sua gestão inicia no ano de 2011 com a pontuação de -0,12 e encerra no ano de 2015 com o resultado de - 0,19 pontos. Desta forma podemos entender de que seu mandato obteve um declínio de 0,07 pontos neste indicador.

Gráfico 1- Indicador de Governança Mundial (Eficácia Governamental).



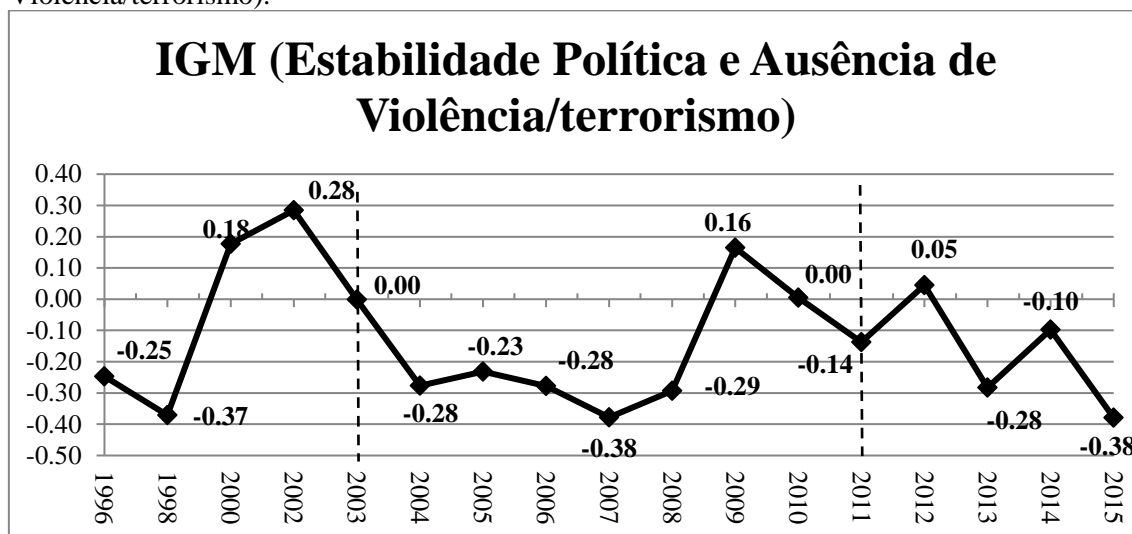
Fonte: Banco Mundial (2017).

O indicador de Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo é o segundo indicador do IGM a ser analisado. Todos os dados apresentados pelo Banco Mundial quanto a este indicador, estão disponibilizados no gráfico 2 desta pesquisa.

A gestão de FHC inicia-se passando por uma queda de -0,12 pontos, entre os anos de 1996 e 1998, neste indicador. Contudo ao termino de seu mandato o mesmo indicador apresenta um crescimento de 0,95 pontos, obtendo o valor final de 0,28 no ano de 2002, neste indicador. Neste IGM podemos notar um elevado declínio quanto aos valores no primeiro mandato de Lula. Entre os anos de 2003 e 2006 o indicador obteve uma queda de -0,28 pontos, resultando uma numa fragilidade de Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo de -0,28 no ano de 2006. Já seu segundo mandato o indicador apresenta um crescimento de 0,28 entre os anos de 2007 e 2010.

Por fim, quanto a este indicador fica evidente um declínio na pontuação durante o governo de Dilma Rousseff. Nos cinco anos analisado de seu governo, é notório uma queda de -0,28 pontos, saindo de -0,14 pontos no ano de 2011 e chegando a -0,38 pontos em 2015.

Gráfico 2- Indicador de Governança Mundial (Estabilidade Política e Ausência de Violência/terrorismo).



Fonte: Banco Mundial (2017).

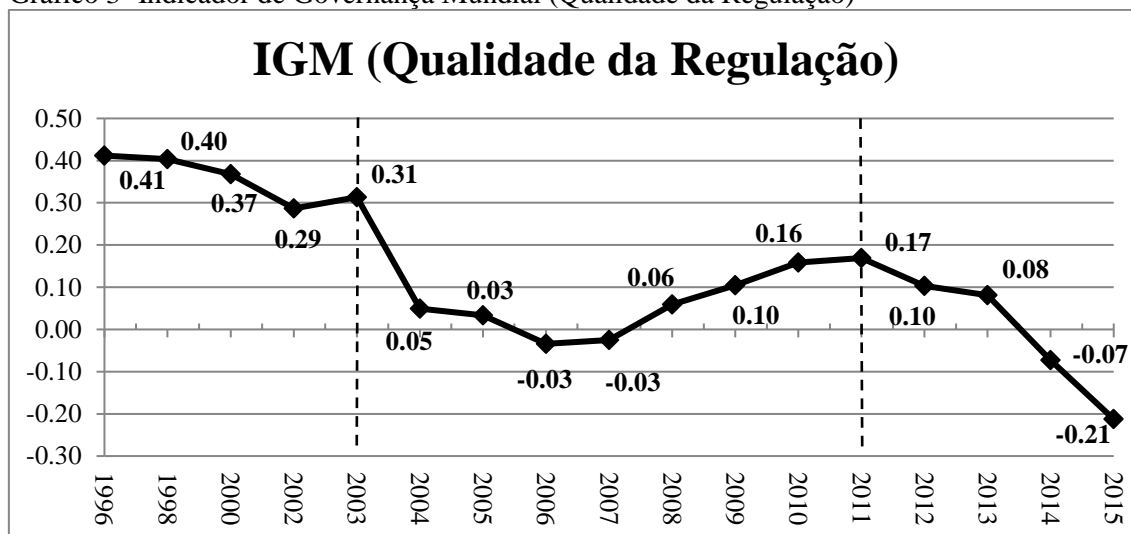
Dando continuidade em analisar as métricas de governança, temos este como o terceiro indicador nesta pesquisa o indicador de Qualidade de Regulação. Para a formulação do gráfico deste indicador, representado pelo gráfico 3, todos os dados foram apresentados pelo Banco Mundial.

Percorrendo o intervalo de tempo entre 1996 e 2002, podemos averiguar um constante declínio da gestão de FHC quanto este indicador, resultando em 0,29 pontos no ano de 2002. Comparando este ano em relação ao de 1996, do qual marcava 0,41 pontos, pode-se concluir de que esta queda resultou em 0,12 pontos a menos deste indicador quanto ao Brasil.

Neste mesmo indicador fica notório o declínio do Brasil enquanto Lula esteve à frente do poder executivo até o ano de 2006. Dito em outras palavras, durante seu primeiro mandato, o indicador apresentou uma queda de 0,33 pontos, passando de 0,31 pontos do ano de 2003 e chegando a -0,03 no ano de 2006. Já o segundo mandato presidencial de Lula apresenta um reflexo positivo neste indicador, devendo-se destacar de que foi a única gestão em apresentar um crescimento neste indicador. Conforme exposto no gráfico 3, o Brasil obteve um crescimento de 0,19 pontos, partindo de -0,03 em 2007 e chegando a 0,16 no ano de 2010.

O mandato de Dilma Rousseff ganha destaque por apresentar o maior declínio do Brasil neste indicador. Sua gestão inicia em 2011, este índice marcava para o país 0,17 pontos, contudo após quatro anos, este mesmo indicador marcou -0,07 pontos para o país. Desta forma, seu primeiro mandato estende-se entre os anos de 2011 e 2014 o país obteve uma queda de 0,24 pontos. Por fim, o início do segundo mandato demonstra uma queda ainda maior. Somente no ano de 2015 o indicador apontava -0,21 pontos para o Brasil.

Gráfico 3- Indicador de Governança Mundial (Qualidade da Regulação)



Fonte: Banco Mundial (2017).

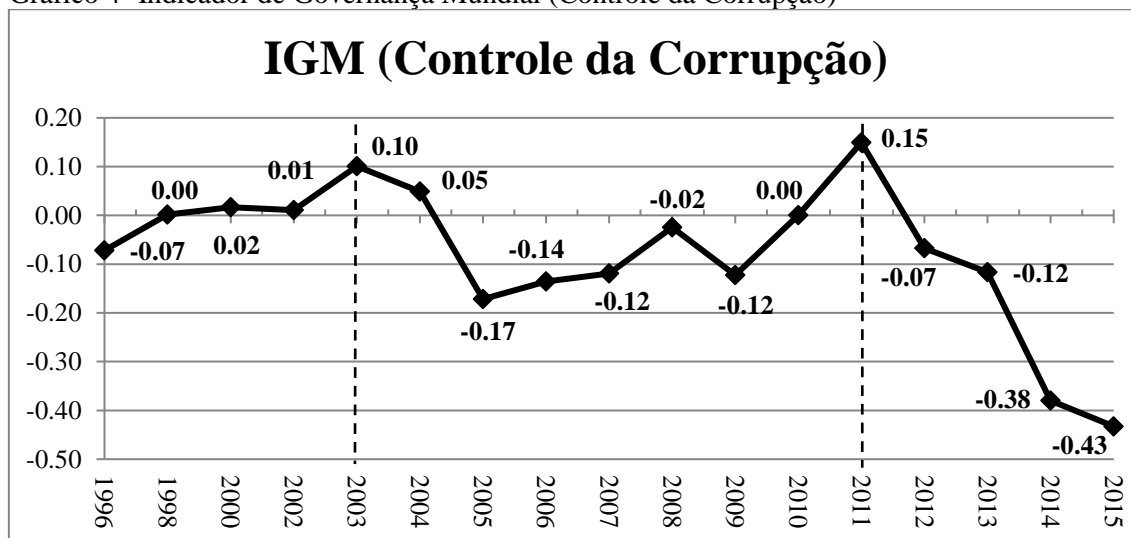
O gráfico 4 é destinado em apresentar dados do Brasil quanto ao indicador de Controle da Corrupção. Neste IGM o governo de Fernando Henrique Cardoso resultou em um aumento de 0,08 pontos, passando de -0,07 no ano 1996 para 0,01 em 2002. Contudo durante seu mandato devemos evidenciar um declínio de 0,01 pontos entre os anos 2000 e 2002.

A gestão de Luís Inácio Lula da Silva pode ser compreendida em três momentos distintos: i) um alto índice de queda; ii) um progresso contínuo de crescimento e iii) um período de turbulência, variando entre declínio e crescimento. O primeiro momento reside entre os anos de 2003 e 2005, neste período observamos um alto índice de declínio do indicador durante seu mandato. O Brasil apresenta um controle da Corrupção de 0,10 pontos no ano de 2003, enquanto no ano de 2005 o mesmo indicador apontava -0,17 pontos, ou seja, neste intervalo de tempo o governou de Lula resultou no declínio de 0,27 pontos. Quanto ao segundo momento de sua gestão o indicador da corrupção apresentou um crescimento de 0,15 pontos, entre os anos de 2005 e 2008, resultando em -0,02 pontos. Já o último momento apresenta inicialmente um declínio de 0,10 pontos entre 2008 e 2009, seguido por um crescimento de 0,12 pontos nos anos de 2009 e 2010. Contudo seu mandato apresenta como resultado final uma queda de 0,10 pontos deste indicador, no intervalo de tempo de 2003 a 2010.

No tocante o mandato de Dilma Vana Rousseff apresenta a maior queda registrada neste indicador ao longo de seus 19 anos de mensuração. Entre os anos de 2011 e 2014, primeiro mandato da presidenta, o indicador IGM de Controle da Corrupção teve uma queda de 0,53 pontos, passando de 0,15 para -0,38 nos anos supracitados. O início de seu segundo

mandato resulta em uma queda deste indicador, comparando os anos de 2014 e 2015 o indicador obteve 0,05 a menos.

Gráfico 4- Indicador de Governança Mundial (Controle da Corrupção)



Fonte: Banco Mundial (2017).

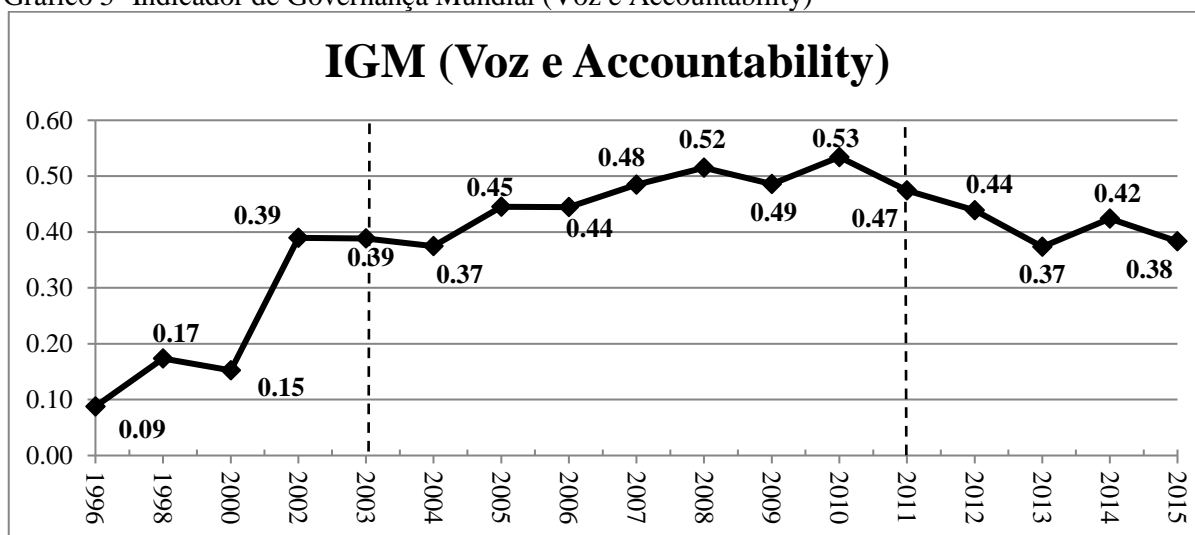
O indicador de Voz e Accountability é o quinto indicador do IGM a ser analisado. Todos os dados apresentados pelo Banco Mundial quanto a este indicador, estão disponibilizados no gráfico 5 desta pesquisa.

O mandato analisado de FHC perpassa em dois momentos neste indicador, estes seriam: i) um crescimento seguido de queda e ii) um notório crescimento do indicador. Entre os anos de 1996 e 1998 o indicador de Voz e Accountability, iniciou obtendo um crescimento de 0,08 pontos, resultando no ano de 1998 a pontuação de 0,17. Contudo na mensuração seguinte o mesmo indicador resultou numa queda de 0,02, ou seja, no ano 2000 o indicador apontava 0,15. O grande destaque do governo de Fernando Henrique Cardoso quando a este indicador ocorre no segundo momento, isto se deve ao aumento de 0,24 pontos entre os anos 2000 e 2002, resultando neste ultimo ano a pontuação de 0,39 no indicador. Resumindo, a gestão de Fernando Henrique Cardoso quanto ao indicador de Voz e Accountability, resultou no crescimento de 0,30 pontos.

De um modo geral, no governo de Lula podemos observar a continuação do crescimento deste indicador, devendo ponderar dois momentos de declínios, nos anos de 2004 e 2009, resultando nestes respectivos anos as pontuações 0,37 e 0,49. Com o mandato de Luís Inácio Lula da Silva o Brasil apresentou um crescimento de 0,16 pontos no indicador de Voz e Accountability.

Já o governo de Dilma pode ser interpretado como o único governo que obteve um resultado de queda no indicador. Entre os anos de 2011 e 2014 o IGM de Voz e Accountability apresentou uma queda de 0,05 pontos. Comparando os anos de 2014 e 2015, por ser o início de seu segundo mandato, o indicador obteve um declínio de 0,04 pontos.

Gráfico 5- Indicador de Governança Mundial (Voz e Accountability)



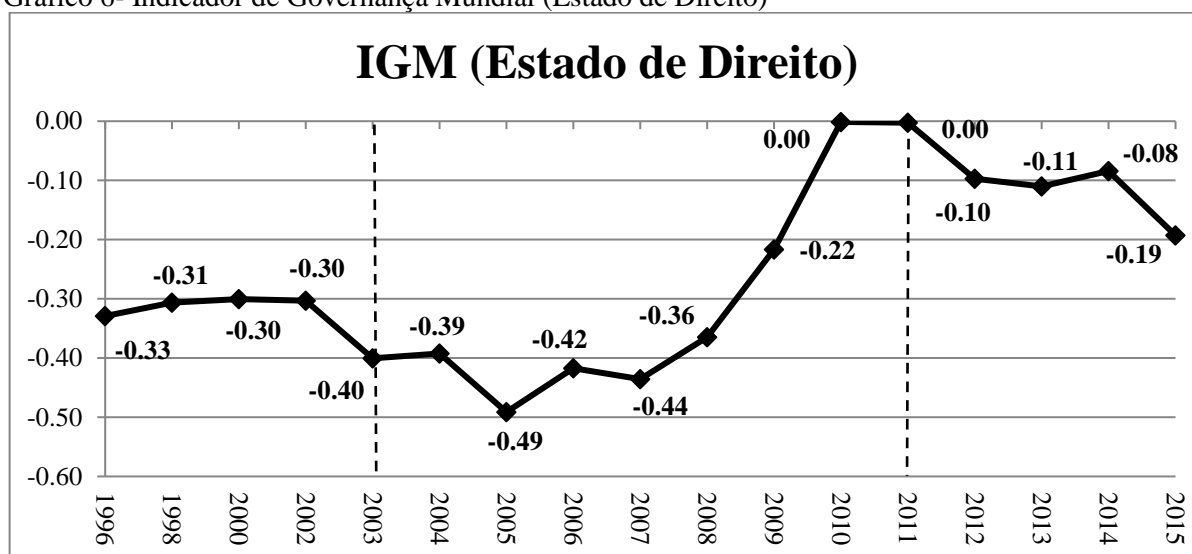
Fonte: Banco Mundial (2017).

O último Indicador de Governança Mundial se refere ao Estado de Direito. De maneira semelhante aos outros indicadores cada gestão apresenta suas peculiaridades, do qual foram apresentadas no gráfico 6 tendo como fundamento os dados mensurados pelo instituto Banco Mundial.

O governo de Fernando Henrique Cardoso obteve um crescimento final de 0,01 pontos entre os anos de 1996 e 2002. Neste intervalo de tempo podemos notar um crescimento seguido de um declínio no indicador, dito em outras palavras entre os anos de 1996 e 2000 o indicador passou de -0,33 para -0,31, enquanto no intervalo de tempo entre 1998 e 2002 o indicador mensurou -0,31 para o ano 1998, e -0,30 nos anos 2000 e 2002.

Em relação ao governo de Luís Inácio Lula da Silva devemos destacar de que este indicador obteve seu maior crescimento. Entre momentos de declínios e aumentos esta gestão obteve um resultado final de crescimento em 0,40 pontos, no intervalo de tempo de 2003 até 2010. Já o governo de Dilma Vana Rousseff pode ser entendido como aquele que obteve um declínio notório. Durante seu primeiro mandato e início da segunda gestão, o indicador obteve o resultado final de -0,19 pontos.

Gráfico 6- Indicador de Governança Mundial (Estado de Direito)



Fonte: Banco Mundial (2017).

4.1.2. Índice de Democracia

Dando continuidade em analisar os dados apresentados pelos indicadores que mensuram o desenvolvimento no Brasil, temos a oportunidade de discorrer sobre o indicador do instituto *The Economist*. Segundo o relatório do periódico da instituição no ano de 2015(p.45), a metodologia do Índice de Democracia tem como fundamento 60 indicadores, agrupados em cinco categorias: i) processo eleitoral e pluralismo, ii) liberdades civis, iii) funcionamento do governo, iv) participação política e v) cultura política. Cada indicador segue uma escala de segue, segue uma escala de 0 a 10, bem como cada categoria possui uma pontuação em uma escala de 0 a 10 e o índice geral é simplesmente a média entre as cinco categorias¹.

É importante frisar de que o índice realiza uma comparação entre os países que estão sendo mensurados. Para este parâmetro de comparação, o índice considera o seguinte ordenamento de pontuação: i) *score* de 8 a 10 tem-se um entendimento de que é democracia plena (*full democracies*); ii) *score* de 6 a 7,9, apresenta a denominação de uma democracia falha (*flawed democracies*); iii) *score* de 4 a 5,9 trata-se de uma democracia híbrida (*Hybrid regimes*); iv) *score* menor de 4, o índice considera países que se situa em regime autoritário (*Authoritarian regimes*).

Devemos evidenciar de que os dados do Índice de Democracia apresentados nesta pesquisa iniciam-se no ano de 2006, isto posto por ser o primeiro ano em que a instituição *The*

¹ Para maiores detalhes, sugere-se *The Economist* (2015 p.45-58).

Economist disponibilizadas informações. No intervalo de tempo de dez anos o índice mensurou por nove vezes o cenário momentâneo de mais de 100 países, devendo-se salientar a existência de valores ausentes somente nos anos de 2007 e 2009. Ponderamos o fato de que o Índice de Democracia é uma métrica que permite uma análise da sociedade em relação a determinados elementos que possuem como cerne a questão da política do respectivo país em que os indivíduos encontram-se inseridos.

Para a formulação dos dados apresentados no gráfico 7, esta pesquisa buscou cada relatório do periódico realizado pela instituição. Desta forma, podemos realizar uma análise do Estado brasileiro ao longo destes últimos anos. Salientamos ao leitor duas peculiaridades de grande importância quanto a este indicador para esta pesquisa. Conforme anunciado a introdução dos resultados e discussões faz-se necessário evidenciar pontos-chaves para análise de cada indicador. O Índice de Democracia tem o início a partir de 2006, através do primeiro relatório deste indicador apresentado pela instituição *The Economist*. Devido ao início destes dados serem disponibilizados a partir daquele ano, poderemos somente analisar dois governos em específico ao longo do recorte temporal realizado nesta pesquisa. A segunda colocação necessária concerne na existência de espaços temporais sem aferição neste indicador de desenvolvimento, sendo mais específicos, os anos de 2007 e 2009 não são mensurados.

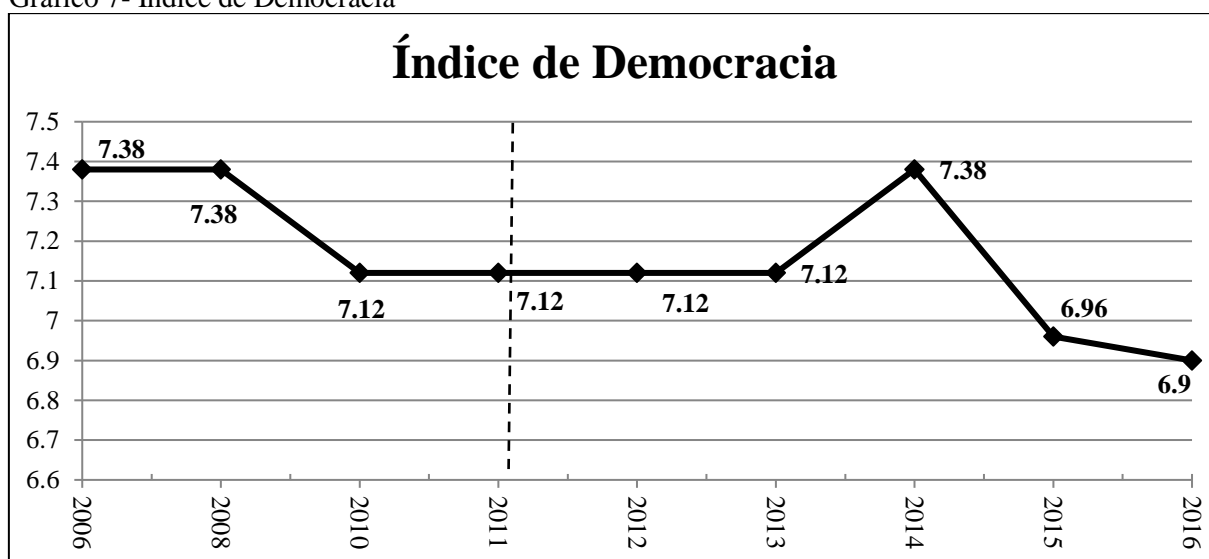
Adiante, podemos iniciar a análise do cenário brasileiro em relação a este índice. Inicialmente a mensuração dos dados coincide com o início do segundo mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Podemos notar uma estabilidade do indicador até a metade de seu segundo governo, ou seja, durante dois anos (2006-2008) o Índice de Democracia pontuava o Brasil em 7,38, conseqüentemente, seguindo a metodologia do índice, o Brasil apresentava uma democracia falha. Porém devemos salientar o fato de que antes do término de seu mandato houve uma queda de 0,26 pontos no intervalo dos dois últimos anos de seu governo (2008-2010). Ainda que a pontuação do país resultasse no ano de 2010 o valor de 7,12, faz-se necessário ponderar de que sua situação quanto a sua categoria de comparação permanecia-se inalterável.

No tocante, o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff é marcado por uma estabilidade seguida por uma ascensão no índice. Durante três consecutivos (2011-2013) o Índice de Democracia sinalizava a pontuação de 7,12 para o Brasil, porém no último ano de seu mandato (2014) o país apresentou um aumento de 0,28 pontos neste índice. Os dados deste indicador apresentados, até o momento desta pesquisa, indicam de que o país sofreu uma queda considerável durante o segundo mandato da presidenta. Conforme o gráfico 7

aponta, os dois anos seguintes em relação ao último ano de seu primeiro mandato, 2015 e 2016, demonstram um declínio de 0,42 e 0,48 respectivamente.

Através deste índice percebemos de que o processo de democracia no Brasil apresenta um declínio. Conseqüentemente faz-se necessário uma análise de toda a conjuntura deste país durante os anos mensurados pelo índice para uma compreensão mais assertiva quanto ao resultado final apresentado até o momento desta pesquisa.

Gráfico 7- Índice de Democracia



Fonte: The Economist (2017).

4.1.3. Produto Interno Bruto

O terceiro indicador desta pesquisa é Produto Interno Bruto (PIB). Nesta monografia este indicador é entendido como a “soma de todos os bens e serviços produzidos em um país, durante determinado período de tempo, normalmente, um ano” (Mankiw, 2009). Salientamos ao leitor o fato de que o PIB considerado nesta pesquisa é referente à sua variação real, com ajuste pela *Local Currency Unit (LCU)* constante.

Os dados deste indicador foram obtidos através do Banco Mundial. Esta instituição apresenta um acervo anual do PIB desde 1975, conseqüentemente conseguiremos informações do recorte governamental feito nesta monografia, dito em outras palavras, não há ausência de dados anuais referente ao Brasil entre os anos de 1990 e 2015. Coube ao gráfico 8 apresentar todos os valores anuais obtidos em relação a este indicador. Salientamos de que o Produto Interno Bruto é uma métrica de renda nacional, permitindo uma compreensão do cenário econômico brasileiro ao longo destes 25 anos.

Neste período histórico a democracia brasileira vivenciou cinco diferentes mandatos presidenciais em seis eleições diretas para presidente. Salientamos a existência de diversas peculiaridades em cada destas gestões e, conseqüentemente, iremos discorrer alguns resultados que estão diretamente relacionados ao Produto Interno Bruto na próxima seção.

O primeiro governo com eleições presidenciais diretas foi de 1990-1994, faremos uma análise quanto ao PIB em dois momentos, relacionados diretamente quanto ao cenário político da esfera executiva do Brasil. O primeiro momento ocorre durante o período em que Fernando Collor de Mello esteve a encargo da presidência da república brasileira (1990-1992) podemos observar um crescimento de 0,01 pontos, seguida por uma estagnação em relação ao PIB, ou seja, o Produto Interno Bruto do país saltou de 27,56 pontos para 27,57 pontos no período de dois anos da presidência de Fernando Collor de Mello. Um resultado não tão positivo, do ponto de vista econômico para a sociedade brasileira na época.

Estes resultados associados a uma série de fatores políticos e sociais acarretaram no processo de impeachment do então recente presidente eleito. Coube a Itamar Franco, na época vice-presidente, em assumir a presidência do país e dar continuidade ao processo de desenvolvimento da nação. Destacamos de que o segundo momento perpassa durante a gestão de Itamar 1992-1994. Podemos notar uma ascensão do Produto Interno Bruto em relação aos dois anos em que Itamar ficou incumbido a presidência da república, resultando no aumento 0,10 pontos deste indicador de desenvolvimento. Logo, durante a gestão presidencial de Itamar Franco o PIB brasileiro passou de 27,57 pontos para 27,67 pontos.

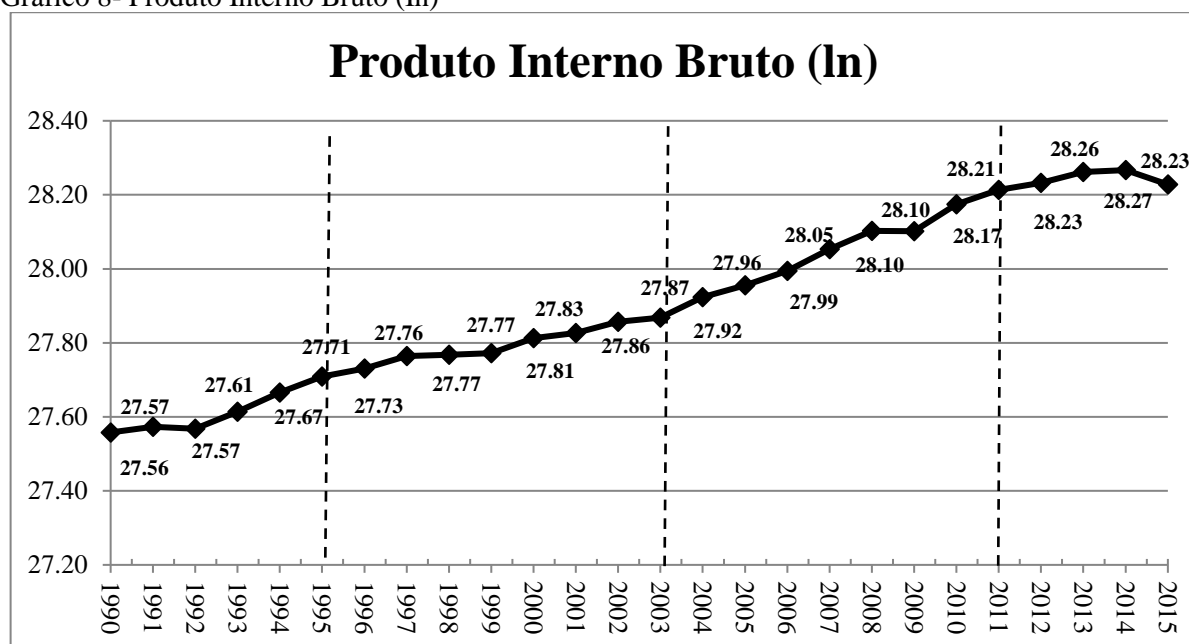
Dando continuidade em analisar este indicador de desenvolvimento no recorte governamental desta pesquisa, temos dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), perpetuado entre 1995- 2002. Ao longo dos oito anos seguintes, o Brasil continuou apresentando um crescimento do Produto Interno Brasileiro teve um avanço de 0,15, passando de 27,71 para 27,86. Analisando separadamente os dois mandatos presidenciais de FHC, podemos elucidar de que seu primeiro governo teve um crescimento maior em relação ao segundo, uma vez que entre 1995-1998 o Produto Interno Bruto teve um aumento de 0,08, enquanto de 1999-2002 o mesmo indicador apresentou um crescimento de 0,07.

Seguindo a lógica de análise, vislumbramos dois mandatos conseguintes do presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 até 2010. Destacamos a ocorrência de um aumento significativo deste indicador ao longo de sua gestão, em relação a todo o período analisado até o momento envolvendo este indicador de desenvolvimento. O PIB brasileiro percorreu de 27,87 para 28,17 ao longo dos oitos anos de sua gestão, resultando em aumento de 0,30

pontos. O segundo mandato deste governo apresenta uma expressão significativa em relação ao primeiro, realizando uma breve comparação podemos concluir de que seu primeiro mandato (2003-2006) resultou em um crescimento de 0,12, enquanto o segundo mandato (2007-2010) ocasionou um aumento de 0,18.

Em relação ao governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, constatamos uma continuidade quanto ao crescimento do Produto Interno Bruto do país até o término de seu primeiro mandato. Neste período da história contemporânea brasileira (2011-2014) o PIB teve um aumento de 0,06, passando de 28,21 para 28,27. Entretanto no primeiro ano do segundo mandato ocorreu pela primeira vez neste recorte governamental, um declínio deste indicador. No ano de 2015 o PIB marcava 28,23 pontos, ou seja, uma diminuição de 0,04 pontos em relação ao final de seu primeiro mandato, conforme ilustrado no gráfico 8.

Gráfico 8- Produto Interno Bruto (In)



Fonte: Banco Mundial (2017).

4.1.4. Índice De Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode ser entendido como um indicador de maior abrangência quanto aos objetivos desta pesquisa. No decorrer dos anos este indicador formulado pelos economistas Mahbubul Haq e Amartya Kumar Sen apresentou uma reformulação quanto à sua metodologia, visando atender os objetivos propostos deste indicador. As devidas mudanças encontram-se disponibilizadas no Relatório de Desenvolvimento Humano (2010, p.227-231) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Atualmente o índice tem como fundamentação a constante busca de uma trajetória crescente rumo ao desenvolvimento, para isto quanto maior o valor correspondente no índice, mais desenvolvido é o país. Através dos relatórios anuais realizados pelo PNUD, temos a oportunidade de coletar dados do Brasil desde o início da aplicação deste indicador, em 1990, até o relatório apresentado pela organização no ano de 2015. Vale destacar de que neste espaço temporal, todos os anos envolvidos foram mensurados, conforme demonstrado no gráfico 9.

Assim como o indicador de desenvolvimento apresentado anteriormente nesta pesquisa, o IDH passa pelos cinco mandatos presidenciais neste intervalo de tempo da história política brasileira. Novamente cada um destes mandatos apresenta suas peculiaridades quanto aos seus objetivos na sua gestão, resultando em determinadas políticas pública e, conseqüentemente, no progresso deste indicador.

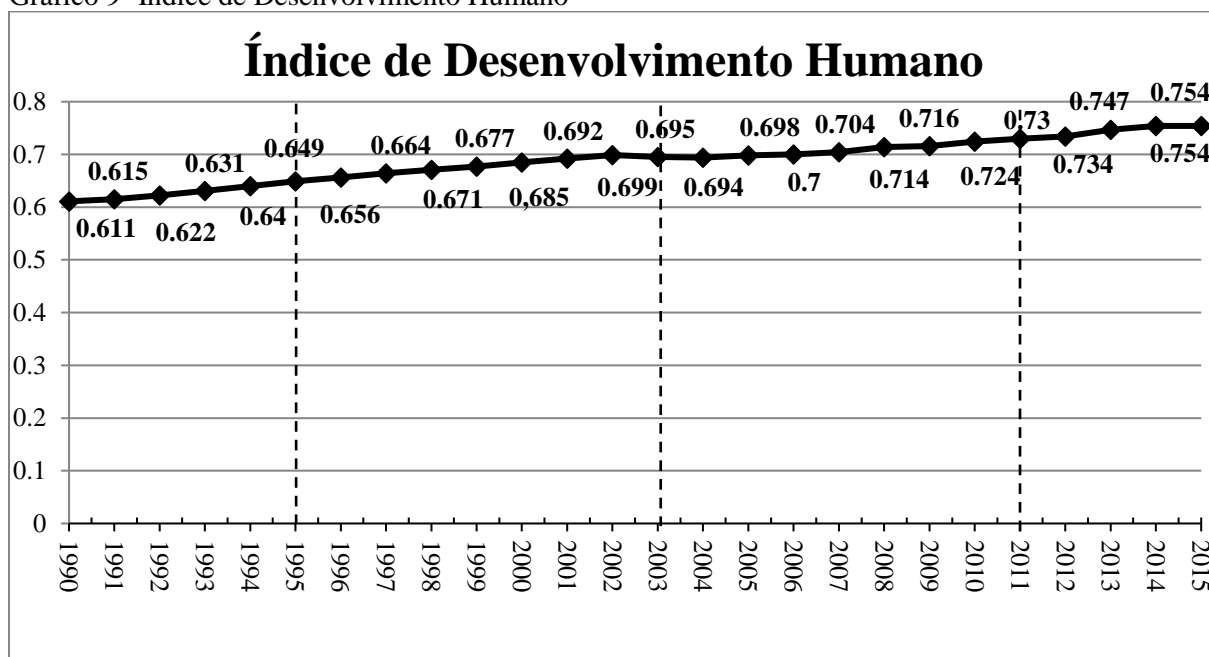
No decurso em que o presidente Fernando Collor de Mello esteve à frente do governo executivo do Brasil (1990-1992), o IDH em relação ao país apresentou um aumento de 0,011 pontos no índice, indo de 0,611 para 0,622. Não obstante, durante o mandato de Itamar Franco podemos observar um crescimento deste indicador durante seus dois anos de mandato (1992-1994), pois o Índice de Desenvolvimento Humano quanto ao Brasil obteve uma expansão de 0,018, resultando em 0,64 pontos no ano de 1994.

Com relação aos dois mandatos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso, podemos notar uma constante expansão dos valores quanto ao IDH, de modo compreender de que sua gestão obteve o maior aumento, em relação aos demais governos abordados neste ensaio. Seu mandato inicia apresentando o valor de 0,649, em 1995. Ao término do seu segundo mandato, em 2002, o mesmo índice indica o valor de 0,699, ou seja, no decorrer dos oitos anos de sua gestão o IDH do Brasil teve um aumento de 0,05 pontos.

Com um intervalo de tempo semelhante ao governo de FHC, podemos vislumbrar um aumento de 0,029 pontos no Índice de Desenvolvimento Humano durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. No primeiro ano de seu governo, em 2003, o IDH brasileiro apresentava o valor 0,695, enquanto no último ano de seu mandato, que seria em 2010, este indicador de desenvolvimento resultava em 0,724, conforme demonstrado pelo gráfico 9, tendo como respaldo o Relatório do PNUD do respectivo ano.

Por fim, em relação ao IDH do Brasil faz-se necessário apreciar o último mandato presidencial abordado nesta pesquisa. Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff este índice apresentou um aumento de 0,024 pontos. No ano de 2011 o IDH apresentava o valor de 0,73, do qual apresentou um crescimento durante os anos do governo da presidenta chegando a 0,754 no último ano de seu primeiro mandato, bem como se manteve estagnado no início de seu segundo governo.

Gráfico 9- Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Programa das Nações Unidas (2017)

4.1.5. Índice de Gini

O Coeficiente de Gini apresenta como metodologia definindo valores que variam entre 0 e 1 ou, em variações percentuais, de 0% a 100%. Conforme discorrido na seção III do referencial desta pesquisa, o Índice de Gini é uma métrica de renda nacional que mensurara renda familiar acumulada em relação com número de famílias organizadas a partir dos mais pobres aos mais ricos, medindo o grau de desigualdade na distribuição da renda familiar. Neste caso, quanto menor o indicador, menor a desigualdade de renda na sociedade.

Para a realização da análise dos dados deste indicador e desenvolvimento, a pesquisa coletou informações disponibilizadas pelo Banco Mundial. A instituição apresenta materiais de 1990 até 2014, devendo-se salientar a existência de espaços temporais sem medição deste indicador nos respectivos anos de: 1991, 1994, 2000 e 2010. Os dados coletados referentes a este indicador de desenvolvimento permitem que esta pesquisa possa mensurar os cinco mandatos presidenciais englobados no recorte governamental realizado.

Observando o gráfico 10, é perceptível o declínio deste indicador durante os anos de 1990 e 1992, em que Fernando Collor esteve à frente do poder executivo do Brasil. O índice de Gini teve uma queda de 7,3 nos valores quanto ao Brasil, resultando numa diminuição de desigualdade de renda na sociedade brasileira. Diferente de Fernando Collor, a gestão de Itamar Franco elevou este indicador de desenvolvimento, destacando-se por ser o maior crescimento do Índice Gini neste recorte temporal, com um crescimento de 6,9 entre os anos de 1992 e 1993.

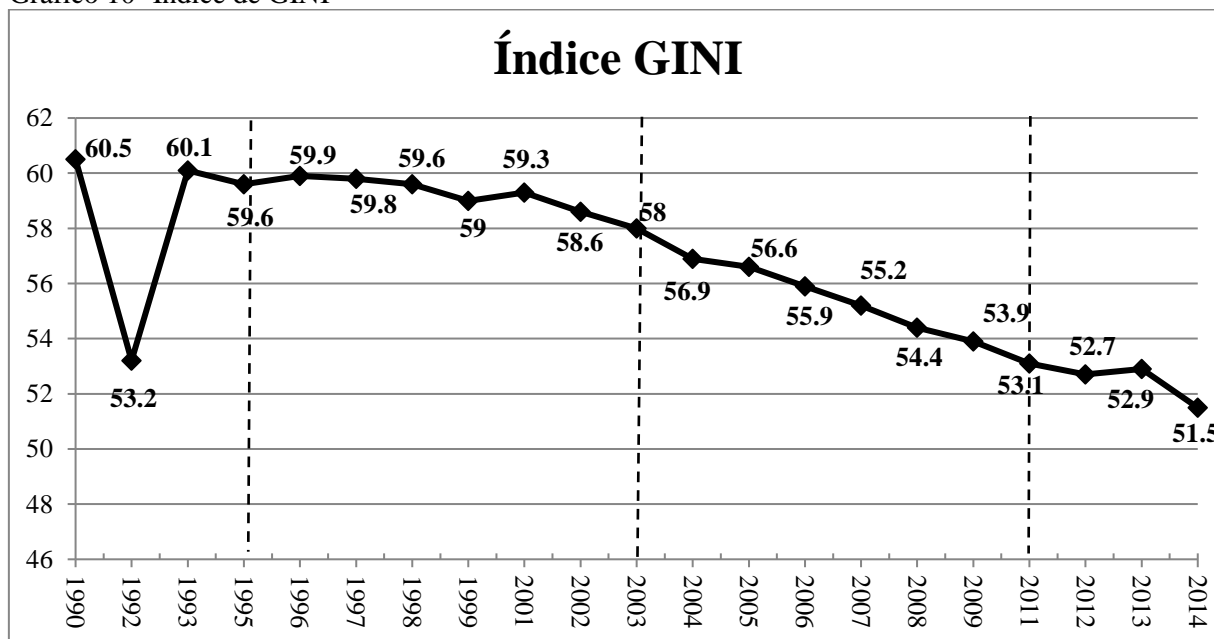
A partir de 1995 o índice de Gini apresenta de modo geral um constante declínio nos mandatos presidenciais subseqüentes a Itamar Franco. Podendo-se entender a constante diminuição de desigualdade de renda na sociedade brasileira ao longo dos últimos 21 anos. Caberá apenas discorrer em termos de comparação a declínio deste indicador em cada uma destas gestões.

No recorte temporal de 1995-2002 da democracia brasileira, temos como presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Nestes oito anos o Índice Gini resultou numa queda de 1 ponto no indicador. Conforme apresentado pelo Banco Mundial em 1995 o indicador 59,6 enquanto no ano de 2002 o mesmo 58,6.

O ápice do declínio do Índice Gini ocorreu durante os oito anos em que Luís Inácio Lula da Silva esteve como presidente da república. Entre os anos de 2003 e 2010 este indicador apresentou uma queda de 4,1 pontos, saindo de 58 pontos (2003) e alcançando os 53,9 pontos (2009), conforme os dados apresentados pelo Banco Mundial.

Já em relação ao governo de Dilma Rousseff este indicador continuou a caminhar rumo à diminuição de desigualdade da distribuição de renda na sociedade brasileira. Em 2011 o indicador apontava 53,8 pontos para o Brasil e em 2014 este mesmo apresentava 51,5 pontos, ou seja, durante os quatro anos o governo de Dilma Rousseff acarretou uma queda de 2,4 pontos no Índice Gini.

Gráfico 10- Índice de GINI



Fonte: Banco Mundial (2017).

4.1.6. Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Adjusted Net Savings Indicator)

Os dados do Indicador de Poupança Líquida Ajustada procura fornecer informações claras aos agentes do mercado nacional, na forma de um indicador que mensura a sustentabilidade da política de investimento de determinado país. Enquanto as métricas tradicionais de "savings" e "investimento" refletem mudanças no valor de parte, e limitado, conjunto de ativos, o Adjusted Net Savings intenciona ser um indicado mais realístico no que diz respeito ao que constituem os ativos direcionados ao investimento em um país. Como exemplo, esse indicador considera, em sua forma padrão, os valores da formação de capital humano como um investimento.

Vale ressaltar ainda, que os dados apresentados aqui estão como parcela relativa do Produto Nacional Bruto (PNB). Através do instituto Banco Mundial é possível analisar todos os mandatos presidenciais no Brasil a partir da primeira eleição direta. Dito em outras palavras, o instituto mensurou o cenário brasileiro entre os anos de 1990 e 2015, ilustrados no gráfico 11 desta pesquisa.

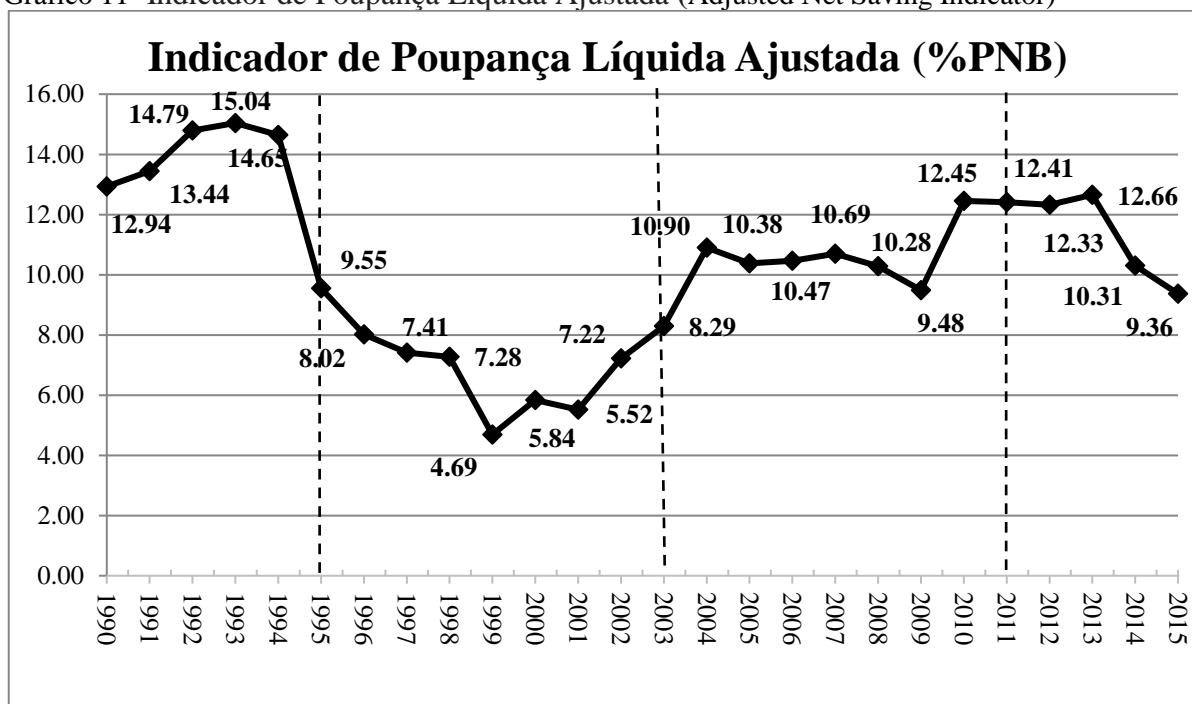
É notório o crescimento deste indicador no intervalo de tempo dos anos de 1990 e 1993. Com Fernando Collor a frente da presidência deste país, período de 1990 a 1992, o indicador obteve um aumento de 1,85 pontos, passando de 12,94 para 14,79 pontos. Enquanto Itamar Franco obteve um período de alternância entre crescimento e queda do indicador. No primeiro momento o Indicador de Poupança Líquida Ajustada resultava no crescimento de 0,25 pontos entre os anos de 1992 e 1993. Contudo ao término de seu mandato, notamos um declínio de 0,39 pontos entre os dois últimos anos de sua gestão.

Dando continuidade na análise deste indicador no recorte temporal desta pesquisa, devemos apontar uma constante queda nos valores do Indicador de Poupança Líquida Ajustada entre os anos de 1995 e 1998, seguidos por um intervalo de alternâncias entre aumento e declínio no intervalo de 1999 e 2002. Dito em outras palavras os dois mandatos de FHC obtiveram no final uma queda de 2,33 pontos no indicador. Seu primeiro governo (1995-1998) resultou em uma queda mais acentuada, passando de 9,55 para 4,69, ou seja, o indicador teve uma diminuição de 4,86 pontos. Quanto ao seu segundo mandato (1999-2002), o Indicador de Poupança Líquida Ajustada resultou no crescimento de 1,38 pontos.

Os mandatos subseqüentes de Lula apresentaram uma variância contínua entre crescimento e declínio do indicador, entre 2003 até 2010, diferentemente das gestões anteriores. A gestão de Luís Inácio Lula da Silva obteve neste intervalo de tempo um crescimento de 4,16 pontos. Seu primeiro mandato, durante os anos de 2003 até 2006, o indicador cresceu 2,18, enquanto sua segunda gestão, entre 2007 e 2010, o crescimento foi de 1,76 pontos.

Os cinco anos mensurados pelo indicador referente ao governo de Dilma Rousseff resultaram no declínio de 3,05 pontos do Indicador de Poupança Líquida Ajustada. Contudo averiguando-se pelo período de mandato presidencial, a primeira gestão de Dilma resulta no aumento do indicador, pois no ano de 2011 o país apresentava 12,41 enquanto em 2014 o mesmo resultava 12,66, logo o crescimento no indicador foi de 0,25 pontos. Por fim, entre os anos de 2014 e 2015 o Indicador de Poupança Líquida Ajustada teve uma queda de 3,6 pontos, passando de 12,66 para 9,36 no período supracitado.

Gráfico 11- Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Adjusted Net Saving Indicator)



Fonte: Banco Mundial (2017).

4.1.7. Índice de Liberdade Econômica

Concebido pela The Heritage Foundation o Índice de Liberdade Econômica e fundamenta em aspectos importantes do ambiente econômico, nas quais os governos normalmente exercem controle político: i) Aplicação das leis; ii) Tamanho de Governo; iii) Eficiência Regulatória e iv) Abertura de mercados. Considerando as condições dessas quatro categorias, o Índice mensura 12 componentes específicos de liberdade econômica, sendo cada uma delas pontuada em uma escala de 0 a 100. Cada um desses 12 componentes, que são calculados a partir de uma série de sub-variáveis, são igualmente ponderadas e a média entre elas produz o indicador de liberdade econômica.

A instituição The Heritage Foundation apresenta dados anuais deste índice desde o ano de 1995. Os dados do índice Liberdade Econômica percorrem os últimos 21 anos do estado brasileiro, sem nenhuma ausência anual de dados, sendo apresentados no gráfico 12. Desta forma esta pesquisa poderá analisar o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, seguido pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Iniciando a análise deste indicador de desenvolvimento, podemos vislumbrar três momentos distintos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso: i) um momento de queda e ii) um momento recuperação, resultando no crescimento neste indicador. O primeiro momento ocorre logo no início deste mandato, isto se deve a queda dos valores deste

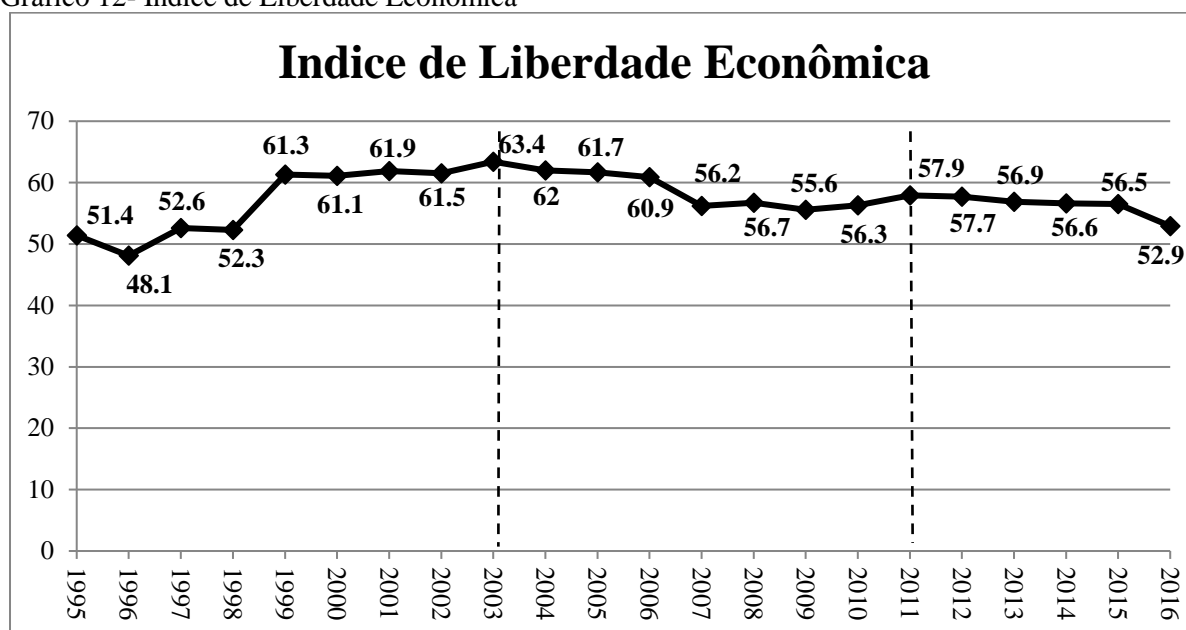
indicador entre os anos de 1995 e 1996. Em números o Índice de Liberdade Econômica no Brasil saiu de 51,4 para 48,1 respectivamente nestes anos, logo podemos observar um declínio de 3,3 pontos. Vale destacar de que o resultado apresentado no ano de 1996 foi a menor pontuação obtida neste indicador pelo estado brasileiro ao longo destes 21 anos analisados.

O segundo momento do governo de FHC, que inicia a partir do ano de 1997 podemos observar o início um modelo de gestão resultando numa recuperação dos valores deste indicador de desenvolvimento. Neste ano o Índice de Liberdade Econômica marcava 52,6 pontos, um aumento de 4,5 em relação ao ano anterior. Analisando até o final de seu governo este índice teve um crescimento de 8,9 pontos, alcançando os 61,5 pontos em 2002.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva é marcado pela constante queda deste indicador de desenvolvimento. Durante os oito anos de mandato, este indicador teve um declínio de 7,1 pontos, pois em 2003 o indicador marcava 63,4 pontos e em 2010 apresentava 56,3 pontos. Haverá somente um ano em específico de que o Índice de Liberdade Econômica apresentou um reflexo positivo, este ano seria o de 2008, do qual o indicador apresentou um crescimento de 0,5 pontos em relação ao ano anterior, passando de 56,2 em 2007 para 56,7 em 2008.

O último governo a ser analisado neste indicador se refere à Dilma Rousseff. Comparando a linha histórica analisada deste indicador com o mandato da presidenta, fica evidente a continuação de queda nos valores deste país no Índice de Liberdade Econômica. No ano de 2011 o Brasil apresentava 57,9 pontos neste indicador, diferentemente do ano de 2016, uma vez que o dado apresentado neste período marcava os 52,9 pontos, logo durante seu governo este indicador de desenvolvimento apresentou um declínio de 5 pontos, conforme ilustrado no gráfico 12.

Gráfico 12- Índice de Liberdade Econômica



Fonte: Fundação Heritage (2017).

4.1.8. Índice do Planeta Feliz (Happy Planet Index)

A Seção I dos resultados será concluída após a análise deste último indicador. O Índice do Planeta Feliz (*HPI*) combina quatro elementos para mostrar de que forma os residentes de diferentes países estão usando os recursos naturais em função do aumento da expectativa de vida. Esses quatro componentes são: i) Bem estar individual; ii) Expectativa de vida; iii) Desigualdade de Renda; iv) controle ecológico.

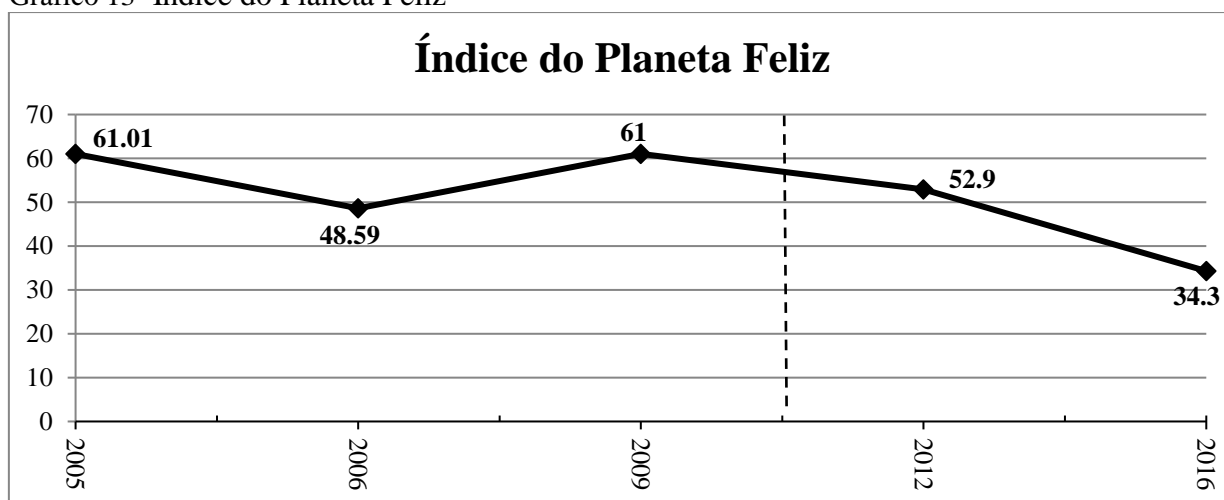
O índice é calculado em uma métrica de 0 a 100 e quanto maior o índice mais sustentável. Salientamos que os dados disponibilizados do HPI foram coletados num período de 11 anos. Estes dados iniciam a partir de seu primeiro ano, em 2005, até o último ano apresentado, em 2016, devendo-se destaca há ausência de mensuração de valores nos anos 2007, 2008, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015, conforme apresentado no gráfico 13.

Por meio dos dados obtidos, esta pesquisa analisará dois mandatos presidenciais. A primeira gestão de governo a ser discorrido neste indicador será do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Neste intervalo de tempo do Estado brasileiro podemos evidenciar uma queda de valores neste indicador. Segundo o relatório do HPI de 2005 o Brasil apresentava 61,01 pontos no índice, contudo no ano seguinte o país obteve uma queda significativa de 12,42 pontos, ficando abaixo da média geral no quesito de sustentável. No último ano em que este índice mensurou durante o governo deste presidente o HPI demonstrou um elevado

crescimento dos valores quanto ao Brasil. Em 2009, o país alcançava os 61 pontos, ficando com 0,01 pontos a menos comparados ao primeiro ano apresentado por este indicador.

A segunda gestão presidencial ficou incumbida para a presidente Dilma Rousseff. Podemos notar no gráfico 13 de que em seu governo este indicador inicia-se com uma queda de 8,1 pontos em relação ao último ano mensurado da gestão presidencial anterior, resultando em 52,9 pontos em 2012, neste índice. Prosseguindo a análise deste indicador, podemos observar novamente um declínio quanto aos valores pontuais do Brasil. No ano de 2016, último em que foi apresentado o relatório do HPI, o estado brasileiro apresentou 34,3 pontos. Por fim, comparado ao ano de 2012, ano em que Dilma Rousseff já estava à frente do poder executivo do país, temos uma queda de 18,6 pontos neste índice.

Gráfico 13- Índice do Planeta Feliz



Fonte: Fundação Nova Economia (2017).

4.2. Análise das Políticas Públicas de Desenvolvimento: de 1990 a 2015

Em decorrência da apresentação e análise inicial dos indicadores de desenvolvimento nas últimas seções, pode-se, na sequência deste trabalho, tecer uma discussão no que abrange as políticas públicas, ao longo destes últimos 25 anos. A importância da apresentação destes indicadores reside na fundamentação desta pesquisa, no que tange a possibilidade de averiguar empiricamente, cada uma das liberdades instrumentais proposta por Sen (1999). Não obstante, a possibilidade de analisar os resultados obtidos de cada mandato presidencial separadamente, em cada indicador, permitirá evidenciar políticas públicas que apresentam perspectivas favoráveis ou contrárias, quanto às liberdades instrumentais apresentadas pelo economista estudado neste ensaio.

Evidenciamos ao leitor de que o foco desta seção reside em observar a atuação do Estado, através de suas políticas públicas nas esferas: econômica, social e política. Neste recorte temporal devemos ter a ciência quanto à existência de diversas políticas públicas nestas esferas, cada uma delas com suas peculiaridades e uma vasta literatura apresentada pela academia durante este intervalo histórico percorrido. Desta forma, elucidamos de que esta pesquisa irá tecer uma análise nas políticas públicas que apresentaram um impacto notório, refletindo diretamente em cada indicador, bem como em cada liberdade instrumental.

Para alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, esta seção apresenta subdivisões. Cada uma delas tem como alicerce, a cada liberdade instrumental proposta por Sen, em cada uma delas buscaremos analisar os governos, relacionando as políticas públicas com os respectivos indicadores que mensuram a liberdade instrumental específica. No momento, faz-se necessário relacionar estas liberdades com estes indicadores de desenvolvimento e, para isto, foi elaborada a Tabela 1, sendo apresentada abaixo.

Tabela 2- Relação entre as Liberdades Instrumentais e os Indicadores de Desenvolvimento

LIBERDADES INSTRUMENTAIS	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO
1. Liberdades Políticas	Indicadores de Governança Mundial (Gráficos 1 a 6) Índice de Democracia (Gráfico 7)
2. Facilidades Econômicas	Produto Interno Bruto (Gráfico 8) Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9) Índice Gini (Gráfico 10) Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11) Índice de Liberdade Econômica (Gráfico 12)
3. Oportunidades Sociais	Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9) Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11)
4. Garantias de Transparência	Indicadores de Governança Mundial (Gráficos 1 a 6) Índice de Liberdade Econômica (Gráfico 12)
5. Segurança Protetora	Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9) Índice do Planeta Feliz (Gráfico 13)

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.1. Liberdade Política

Segundo o economista Amartya Sen destaca que a liberdade política deve ser concebida “oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em quais princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc.” (SEN, 1999, p.58). Isto posto devemos evidenciar que os resultados que serão apresentados pelos indicadores, bem como estão diretamente relacionados aos mandatos presidenciais ao longo da mensuração obtida pelos indicadores de desenvolvimento.

Conforme elucidado nesta pesquisa, apontado na tabela 1, os indicadores que representam essa liberdade instrumental são os: i) Indicadores de Governança Mundial (Gráficos 1 a 6, p. 59 a 64) e; ii) Índice de Democracia (Gráfico 7, p. 64).

Destacamos que estes instrumentos de mensuração não contemplam todos os mandatos presidenciais inseridos no recorte governamental deste trabalho. Logo esta pesquisa não discutirá a liberdade política, proposta por Sen, nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff.

O primeiro governo analisado no que tange esta liberdade será do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). Devido a toda conjuntura do país naquele momento, a agenda de seu governo pode ser interpretada como ampla e múltipla. Para alcançar os resultados, no que tange a esta agenda apresentada, durante as eleições no ano de 1994, a governabilidade de sua gestão foi obtida através de “extensos poderes legislativos do Executivo, constitucionalmente conferidos, e a alocação de direitos e recursos parlamentares em favor dos líderes partidários, garantida regimentalmente, criaram um modelo institucional que favorece a governabilidade” (FIGUEIREDO *et. al.*, 1999, p.49).

No que se refere aos Indicadores de Governança Mundial é notório o desempenho quanto às duas gestões deste presidente. Observamos uma ascensão do IGM Eficácia Governamental, exposto no gráfico 1, assim como no indicador de Voz e Accountability, elucidado no gráfico 5, e o Controle da Corrupção, disposto no gráfico 4. Os resultados destes indicadores podem estar interligados através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado apresentado no ano de 1995 e tendo continuidade até o último ano da segunda gestão de FHC. Salientamos de que este plano fundamentava um novo entendimento do papel do Estado no Brasil.

No cerne da eficácia governamental o Plano teve como objetivo “assegurar os mecanismos necessários ao aumento da eficácia, eficiência e efetividade da administração pública, além de criar novas condições que possibilitam formas mais democráticas a relação entre o Estado e a sociedade”, Pereira (2002, p.7). Em relação à voz e accountability, o governo visava uma maior transparência da atuação do Estado, bem como “fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiassem a participação popular, na formulação e na avaliação das políticas públicas, viabilizando o controle social das ações” Pecin e Lobo (2015, p.8). Na Reforma Administrativa do governo de FHC observamos o desenvolvimento do Programa de Governo Eletrônico, visando à modernização do aparelho estatal, bem como garantindo a transparência. De modo análogo o governo de FHC apresentou mecanismos de Controle da Corrupção. Ao longo do Plano Diretor destacamos a Comissão de Ética Pública e a Corregedoria Geral da União como dois mecanismos notórios quanto ao combate da corrupção no país.

O IGM de Estabilidade Política e Ausência de Violência/terrorismo apresenta uma peculiaridade ao longo dos mandatos de FHC. Podemos observar no gráfico 2 um crescimento relativo comparando os anos mensurados durante sua gestão, entretanto o indicador apresentou uma queda considerável entre os dois últimos anos. Isto está diretamente relacionado com os sinais de instabilidade política e, especialmente, a elevação nos índices de violência. O cenário em que Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), implementado por FHC, lidava com a acumulação de violência e de crimes no país, resultando numa perspectiva de insegurança por parte dos cidadãos em suas instituições encarregadas da lei e da ordem.

Os dois últimos indicadores de desenvolvimento do IGM, a Qualidade de Regulação e Estado de Direito referente aos governos de FHC, exposto nos respectivos gráfico 3 e gráfico 6, trilharam a passos do qual obtiveram resultados finais negativos neste período. Devemos elucidar de que o país vinha recentemente de uma reforma regulatória iniciada na década 1990, ocasionando o surgimento das agências reguladoras, do qual estão “intimamente associado à nova forma de atuação estatal brasileira na regulação de determinados mercados, notadamente ao processo de privatizações ensejado pelas reformas constitucionais de 1995”, (CRUZ; RAMALHO, 2014, p.7). Contudo Nunes (2001) destaca de que as agências regulatórias apresentavam uma série de imprecisões no que tange “as competências, atribuições e posicionamentos, dentro da estrutura do Estado”, implicando diretamente nos resultados mensurados pelo indicador. Quanto ao Indicador de Estado de Direito, Adorno (2003) evidencia o fato de que o governo de FHC passava por momentos de pressões por parte da opinião pública, exigindo uma maior presença do governo federal frente aos

problemas quanto à aplicação da lei e da ordem. Embora o governo executivo federal apresentasse medidas visando mudanças sociais quanto à lei e da ordem, havia ausência de mudanças no sistema de justiça criminal e conseqüentemente o país obteve reflexos negativos no indicador de Estado de Direito, nas palavras de Adorno (2003, p.111),

[...] as mudanças sociais em curso que afetam o controle público da ordem social não foram acompanhadas de mudanças radicais no sistema de justiça criminal, em todos os seus segmentos: aparelho policial, aparelho judicial e sistema penitenciário [...] Em outras palavras, aumentou sobretudo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor lei e ordem (ADORNO, 2003, p.111).

Diferentemente deste governo analisado a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva resulta em diversas peculiaridades notórias, em relação aos indicadores que mensuram seu mandato presidencial. A propósito a partir do segundo mandato do presidente Lula poderemos analisar o governo sobre a ótica de mais um indicador, dito em outras palavras, nesta pesquisa as gestões de Lula irão ser analisadas sobre os seis Indicadores de Governança Mundial, juntamente com o Índice de Democracia, em relação à concepção de Amartya Sen sobre a liberdade política.

No que tange ao indicador de eficácia governamental, vislumbramos um declínio entre os anos de 2003 a 2010, sendo mais específico, houve uma constante queda no primeiro mandato seguido por um crescimento no segundo. Embora este aumento foi insuficiente para apresentar um saldo positivo, comparando o primeiro com o último ano de seu mandato, evidenciamos a importância do crescimento obtido, pois esta estará diretamente relacionada ao IGM de Controle da Corrupção, do qual será discorrido adiante. Dando continuidade ao IGM de Eficácia Governamental (gráfico 1), destacamos o entendimento de Abrucio (2007) em relação à atuação do governo de Lula na área administrativa. Para o pesquisador o governo demonstrou certa incapacidade quanto ao estabelecimento de uma agenda no que se refere a uma possível reforma da gestão pública. A justificativa Abrucio (2007, p.77) reside na afirmação em que o próprio analisa a gestão administrativa do governo, no qual observa-se que o executivo eleva a divisão de cargos públicos entre diversos partidos políticos “em diversos pontos do Executivo federal, inclusive com uma forte politização da administração indireta e dos fundos de pensão”.

Enquanto Lula esteve à frente da esfera executiva sua gestão, buscou enfatizar no aperfeiçoamento dos mecanismos de combate a corrupção no país, dando uma maior autonomia para a Polícia Federal, Advocacia Geral da União e a Controladoria Geral da

União, visando eixos estratégicos como a eficiência, eficácia, a efetividade e a transparência. Logo, devemos atentar o fato de que IGM de Controle da Corrupção (gráfico 4) no Brasil está diretamente relacionado à atuação dos mecanismos, em especial aqueles que foram supracitados, frente ao cenário em que reside seu campo de atividades, inclusive resultando em impactos na eficácia do governo.

O indicador de Estabilidade Política e ausência de Violência/Terrorismo (gráfico 2) nesta gestão indica o cenário delicado e complexo quanto à atuação do governo executivo frente à política, bem como a segurança pública do estado brasileiro. Nesta época ocorreram diversos movimentos coordenados por organizações criminosas em diversas áreas do país. Concomitantemente, no cenário político federal o país presenciou um esquema de compra de votos no Congresso Nacional, denominado de Mensalão. Somente após a atuação conjunta entre o governo executivo, frente à segurança pública, e os mecanismos de combate à corrupção, já supracitados, o país vislumbrou um crescimento no indicador.

Em relação ao exposto no gráfico 5, a Voz e Accountability obtiveram um saldo positivo na gestão de Lula. Isto está diretamente relacionado aos mecanismos desenvolvidos e implementados, ao longo de sua gestão, dentre eles a criação de treze Conselhos Nacionais, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho Nacional de Promoção à Igualdade Racial (CNPIR) e o Conselho Nacional do Trabalho, além do Portal da Transparência.

Quanto aos resultados obtidos quanto ao IGM de Qualidade de Regulação durante a gestão de Lula, fica notório de que a administração pública federal brasileira apresenta resultados insatisfatórios, ocasionando quedas anuais ao longo do primeiro mandato do presidente. Contudo o governo insere em sua agenda iniciativas de mudanças nas agências regulatórias do país, criando oficialmente no ano 2007, após diversas polêmicas, o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG). Nas palavras de Cruz e Ramalho (2014), o programa visava,

[...] à introdução de novos mecanismos para a responsabilização, participação e monitoramento da sociedade civil e em reforçar a qualidade da regulação dos mercados [...] O programa planejou a coordenação e promoção de análises e pesquisas, bem como da formulação das propostas concretas a serem executadas pelas unidades responsáveis pela regulação. Também, fornecer suporte técnico a diferentes unidades relacionadas com a implementação e o estabelecimento de um modelo da excelência para a gestão regulatória (CRUZ; RAMALHO, 2014, p.11).

Em decorrência da criação e execução do PRO-REG, o IGM de Qualidade de Regulação apresentou um constante crescimento até o término do mandato do presidente Lula. Já o IGM de Estado de Direito, exposto no gráfico 6, no primeiro mandato de Lula resultou numa queda deste indicador. Entretanto, ao longo de seu segundo mandato o crescimento deste indicador foi notório. A possível explicação pode estar novamente reside na atuação dos mecanismos de aplicação da lei, como a Polícia Federal, Advocacia Geral da União e a Controladoria Geral da União, resultando numa profunda mudança da imagem do país frente à instituição responsável pela mensuração deste indicador.

É necessário lembrar, conforme já discorrido, de que temos a oportunidade de analisar o governo Lula por indicador. Os resultados apresentados pelo Índice de Democracia, elucidado no gráfico 7, nos dão noção de que a gestão de Lula obteve um resultado negativo, no que tange à liberdade política apresentada por Sen. Desta forma, podemos chegar a duas conclusões do mandato presidencial de Lula, sob a ótica deste indicador referente à liberdade política. A primeira reside na possibilidade de ineficácia das políticas públicas e os mecanismos desenvolvidos no mandato presidencial de Lula para a promoção desta liberdade. A última está relacionada com o desgaste da imagem do governo federal, frente à continuidade da investigação do Mensalão. Conforme os resultados em uma investigação, de figuras do alto escalão do governo executivo, vão surgindo, estes produzem efeitos que afetam a estabilidade política e econômica de um país, não obstante é perceptível de que os indicadores de desenvolvimento levam em consideração esta situação.

O último governo presidencial a ser analisado pelos indicadores de desenvolvimento no que tange à liberdade política será o de Dilma Rousseff. É perceptível que sua gestão obteve saldos finais negativos em todos os Indicadores de Governança Mundial, assim como no Índice de Democracia, conforme o discorrimento na seção de indicadores de desenvolvimento no Brasil. Caberá neste momento averiguar o processo de continuidade de alguns programas já existentes, bem como o desenvolvimento de novos, visando o entendimento dos resultados apresentados por estes indicadores.

No decorrer da gestão de Dilma Rousseff é perceptível a ineficiência do Estado brasileiro em torno do processo logístico de conduta do país. São inúmeras as justificativas que resultaram diretamente na queda do IGM de Eficácia Governamental, dentre elas evidenciamos as conclusões de Cervo e Lessa (2014), referente aos resultados obtidos pela esfera executiva frente à eficácia de sua gestão. Os autores alegam a existência de uma sobrecarga no aparelho do Estado, nos três níveis de poder “multiplicando licenças requeridas para implantação de projetos de infraestrutura, produtivos, de desenvolvimento, e confiando,

además, a burocratas subalternos o poder de interrompê-los em qualquer etapa de execução”, Cervo e Lessa (2014, p.135). Concomitantemente, o governo apresentou resultados abaixo das expectativas quanto ao fortalecimento da indústria nacional, além de um “sistema político de coalizão partidária” Cervo e Lessa (2014, p.135).

Os IGM de Controle da Corrupção e Estabilidade Política/ Ausência de Terrorismo apresentaram resultados negativos ao longo do governo da presidenta. Nesta época o país presenciava uma série de escândalos envolvendo a alta cúpula do poder federativo, desde o primeiro ano de seu mandato, do qual ocorreram escândalos envolvendo os ministros da Casa-Civil, Transporte, Relações Institucionais, Trabalho, dentre outros; até o último ano de sua primeira gestão, em que um trabalho conjunto entre os mecanismos de combate a corrupção torna público a Operação Lava Jato. Concomitantemente a sociedade brasileira começa apresentar uma série de insatisfação quanto ao governo, resultando em diversas manifestações espalhadas por todo o país, como por exemplo, os protestos populares no ano de 2013.

Referente ao Indicador de Governança Mundial de Qualidade da Regulação é perceptível um declínio em cada ano mensurado do governo de Dilma Rousseff. Por ser um governo de continuidade, em relação à gestão anterior, era esperada uma intensificação, no que tange às iniciativas de mudanças nas agências regulatórias no país. Trazendo o cenário do período, as atenções quanto à qualidade de regulação estavam centradas no Projeto de Lei nº3337/2004. Precisamos evidenciar dois pontos em relação a esta PL. O primeiro ponto é referente aos objetivos deste Projeto de Lei, dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras do Brasil. Já o segundo ponto é em relação ao ano em que esta PL foi levada ao Congresso Nacional, bem como aquele que encabeçava o projeto. Salientamos de que esta PL foi apresentada pela esfera executiva do ano de 2004, dito em outras palavras, projeto de lei QUE Lula encabeçava, contudo esta PL foi arquivada no Congresso Nacional, não apresentando impactos no respectivo indicador de mensuração na era Lula e que por isto não havia ainda sido apresentado.

Com a posse de Dilma, novamente este Projeto de Lei voltava a ser tema central em relação às agências reguladoras no país. Contudo, a esfera executiva demonstrava uma ausência de esforços em relação ao interesse de aprovação por parte do Congresso Nacional, referente à PL nº3337/2004. Nas palavras de Baird (2014, p.19),

O governo, no entanto, não priorizou o projeto no Congresso nem o defendeu de forma enfática publicamente, até o ponto em que parece ter mudado de ideia, tendo retirado o mesmo da Câmara dos Deputados. Assim, de forma paradoxal, a principal ação do governo Dilma em relação às

agências foi ter interditado o debate do principal PL a respeito das agências reguladoras no país (BAIRD, 2014, p.19).

Analisando os dois últimos Indicadores de Governança Mundial no mandato da presidente Dilma Rousseff, é perceptível uma mensuração negativa ao término de sua gestão. As justificativas dos resultados do IGM de Voz e Accountability e Estado de Direito podem estar resididas na atuação e resultados apresentados pela esfera executiva, frente à mobilização da sociedade civil, tendo como cerne a eficácia do governo nos programas sociais e os escândalos de corrupção, ocorrido no governo. Dito em outras palavras, o governo Dilma enfrentou turbulências na área econômica e social, gerando insatisfação e mobilização por parte da sociedade civil. Embora o governo tenha medido esforços para adoção de estratégias, buscando dar continuidade à transparência da gestão, como por exemplo, ter sancionado no ano de 2011 a Lei de Acesso à Informação, em dar continuidade às leis e políticas públicas implementadas nas gestões anteriores, buscando acatar a voz população e, de aplicar leis coercitivas que resultem em um Estado mais justo e transparente, podemos perceber de que estes mecanismos não foram suficientes, de forma a não conseguir impedir a queda destes indicadores.

Por fim, devemos discorrer sobre o Índice de Democracia no governo de Dilma Rousseff. De modo análogo ao mandato de seu antecessor, este indicador resultou em uma queda nos valores quanto aos anos mensurados do mandato da presidenta. Não obstante, as justificativas podem estar residida nos pontos levantados quanto ao governo Lula com apenas uma ressalva. Dito em outras palavras, a ineficácia das políticas públicas e dos mecanismos garantidos por este governo, bem como o desgaste da imagem da esfera executiva frente aos escândalos de corrupção resultaram no declínio dos valores. A ressalva feita desta pesquisa, comparando estes dois governos, seria da mobilização popular, pois diferentemente do governo Lula, foi na gestão de Dilma Rousseff que país vivenciou mobilizações populares de insatisfação da atuação do governo.

4.2.2. Facilidades Econômicas

Neste momento, analisaremos a segunda liberdade instrumental, proposta por Amartya Sen. Denominada de *facilidades econômicas*, iremos observar os reflexos da atuação do Estado brasileiro, por intermédio do desenvolvimento e direcionamento de suas políticas econômicas implementadas ao longo do período histórico desta pesquisa.

Quanto aos indicadores, sinalizamos a utilização de indicadores de desenvolvimento específicos, expostos na tabela 1, para mensuração dos resultados obtidos. Dito em outras palavras, iremos averiguar se políticas econômicas propostas por estes governos, resultaram no crescimento dos seguintes indicadores: i) Produto Interno Bruto (Gráfico 8, p. 69); ii) Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9, p. 71); iii) Índice Gini (Gráfico 10, p. 72); iv) Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11, p. 74) e; v) Índice de Liberdade Econômica (Gráfico 12, p. 76). Devemos salientar três pontos quanto a estes indicadores. O primeiro é referente ao Índice de Gini, pois este apresenta espaços temporais sem medição deste indicador nos respectivos anos de: 1991, 1994, 2000 e 2010, bem como sua análise será feita separadamente dos outros indicadores. O segundo é referente ao índice de Liberdade Econômica, uma vez que o início dos dados obtidos não contempla os governos de 1990-1994. O último ponto é referente aos demais indicadores, pois estes apresentam dados anuais desde 1990, permitindo um entendimento melhor dos reflexos destas políticas econômicas.

O primeiro governo a ser descrito neste recorte temporal será de Fernando Collor. Na época o país passava por uma de grande instabilidade econômica, fundamentada por uma hiperinflação, inercial, vigente no Brasil, construída desde a década de 80, e pela crise fiscal do Estado brasileiro. Durante os anos de 1990 e 1992 a esfera executiva implementou dois Planos de Reconstrução Nacional, denominados popularmente de Plano Collor I e Plano Collor II. Ambas as políticas econômicas buscavam reativar e expandir um ciclo econômico favorável para o país.

Tecendo separadamente sobre cada plano econômico, poderemos observar de que estas políticas econômicas adotadas por sua gestão foram insuficientes, resultando em estagnação e queda em relação aos indicadores de desenvolvimento, em relação a esta liberdade instrumental. O Plano Collor I, estipulado pelo governo, surge com esta finalidade de regulamentação do cenário econômico do país. O direcionamento deste primeiro plano econômico era pautado em garantir uma desmonetização, utilizando-se determinadas mecanismos econômicos, dentre eles a alteração da moeda nacional, congelamento de preços e salários tendo ajustes conforme o entendimento do governo, liberação do câmbio, dentre

outros. Vale destacar ao longo da adequação na garantia do plano econômico o governo realizou o confisco de poupança, que por hipótese, tendeu a diminuir a capacidade de poupança agregada, além de diminuir a liquidez econômica, refletido no Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11, p. 74) a partir de 1993.

As estratégias abordadas no plano Collor I foram falhas, exigindo do governo um novo plano, haja vista que a inflação não havia sido controlada. O Plano Collor II buscava oficialmente ser uma possível estratégia de solução do cenário econômico. As medidas eram pautadas no combate à inflação, bem como o déficit público, por intermédio de forçar ajustes nas dívidas dos estados e municípios, concomitantemente elevou as tarifas tributárias, deu continuidade na desindexação da economia via congelamento de preços e salários e implementou um programa de redução de tarifas de importação. Contudo novamente o plano econômico foi insuficiente, por uma série de fatores influenciaram as respostas do mercado no cenário econômico e, principalmente, por um sentimento de insegurança e insatisfação advindo da sociedade. De modo a impactar diretamente os resultados obtidos no Produto Interno Bruto (Gráfico 8, p. 69), ou seja, presenciamos um período de estagnação, resultando numa recessão econômica, a gestão de Fernando Collor.

Com toda transição, resultando a saída de Collor da presidência, coube ao vice-presidente da gestão, Itamar Franco, organizar a esfera econômica do país. Com o objetivo claro para a manutenção de ordem democrática e a superação dos graves problemas econômicos, sua gestão consolidou uma política como transitória e corretiva. Dando continuidade ao caráter liberal de seu antecessor, promoveu a execução de uma política pública tendo como base a implementação do Plano Real. Vale destacar que este plano somente obteve resultados positivos devido a Unidade Real de Valor (URV),

O elemento essencial da estratégia do Plano Real foi o sucesso na introdução de um mecanismo de neutralização da inércia inflacionária. A implementação gradual da troca de moedas por meio da Unidade Real de Valor (URV), assegurando aos agentes econômicos de que não haveria quebra de contratos, como os que foram utilizados em planos anteriores, forneceu o mecanismo de transição para uma taxa de inflação de um dígito (OLIVEIRA, TUROLLA, 2003, p. 1).

Além disto, através de outros mecanismos nas políticas fiscais e monetárias, este plano econômico resultou na garantia do crescimento econômico do país. Vale destacar que as medidas do plano buscavam diminuir a constantemente as desigualdades sociais, tentando dar início a garantias mínimas para o desenvolvimento de capacidades aos indivíduos. Refletindo,

desta forma, em um resultado positivo destes indicadores de desenvolvimento no que tange a esta liberdade instrumental analisada.

Desta forma, podemos observar determinados reflexos destas políticas econômicas em relação ao Índice GINI (Gráfico 9, p. 71), de modo em apresentar uma melhoria neste indicador, uma vez que a presença de uma estabilidade monetária ocasiona uma melhoria na distribuição de renda. Não obstante, a idéia de que a estabilidade monetária retoma iniciativas de crescimento econômico, resultando numa trajetória de ascensão no Produto Interno Bruto (Gráfico 8, p. 69).

O último governo neoliberal a frente da esfera executiva, ao longo do recorte temporal desta pesquisa, foi Fernando Henrique Cardoso. Devemos lembrar de que FHC foi um dos ministros da fazenda na era Itamar, bem como é o responsável por apresentar o Plano Real naquela gestão. Seus dois mandatos apresentaram uma política fiscal que visava numa elevação da carga tributária e uma constante busca da diminuição no gasto Estado. Esta última política fiscal tinha como cerne o processo de privatização e concessões das empresas estatais, resultando no equilíbrio fiscal.

Visando dar sustentabilidade ao recente plano econômico adotado no país, no caso o Plano Real, prevaleceu uma âncora monetária pautada em uma restrição de crédito, além de uma baixa liquidez financeira. Já na esfera cambial, o governo realizou esforços no provimento de uma paridade cambial,

A ela cabe primordialmente impedir que déficits fiscais, não financiados com endividamento externo ou interno de médio e longo prazos, ameacem a sustentação do câmbio, tornando o programa mais vulnerável a ataques especulativos (BATISTA JR, 1996, p.3).

De forma em alinhar nos resultados obtidos por esta gestão quanto ao Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11, p. 74), pois devido à atuação do governo visando uma política econômica tendo como base as âncoras, o país diminuiu sua capacidade de poupança, resultando na queda de investimento interno por parte do Estado. Vale destacar que estas medidas promoveram a continuidade do crescimento econômico, refletindo na ascensão do PIB, e do desenvolvimento de parte das políticas sociais de sua gestão, resultando na trajetória de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9, p. 71). Reforçando os entendimentos monetários e fiscais apresentados anteriormente, Oliveira e Turolla (2003), destacam que as mudanças nestas ferramentas econômicas ocorreram da seguinte forma:

O regime monetário, anteriormente atrelado à defesa das bandas cambiais, foi substituído pelo sistema de metas inflacionárias [...] O regime fiscal foi alterado a partir da introdução, no fim de 1998, de um compromisso de política econômica relativo à manutenção de um superávit primário elevado o suficiente para produzir a estabilização da razão entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) (OLIVEIRA, TUROLLA, 2003, p.197-198).

Na esfera econômica os mandatos de Lula são marcados por medidas restritivas e expansionistas, respectivamente. Diferentemente do período anterior aos seus mandatos, Lula inicia um ciclo desenvolvimentista no país. Contudo este ciclo foi sendo inserido de maneira gradual, ou seja, pode se notar alguns aspectos neoliberais, especialmente, no início de seu primeiro mandato.

Nesta época o país vislumbrou a ampliação das políticas de renda, intensificado por intermédio do desenvolvimento de políticas públicas pautadas na assistência social, realizando uma distribuição da renda. Além disto, o governo aumentou as linhas de crédito, tanto para as empresas quanto aos indivíduos que compõem a sociedade brasileira como um todo. Neste período o país presenciou uma elevação no superávit primário, promovendo um equilíbrio fiscal, bem como as apreciações no câmbio resultaram em um cenário econômico favorável ao país, de modo a promover um crescimento no indicador Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11, p. 74), além disto, presenciamos um crescimento econômico e controle da inflação, promovendo uma elevação do Produto Interno Bruto (Gráfico 8, p. 69). Também é necessário enfatizar a constante queda de desigualdades sociais no país, advindas destas políticas econômicas, refletindo diretamente de maneira positiva na mensuração do Índice GINI (Gráfico 9, p. 71). Nas palavras de Barbosa (2013),

[...] o país acumulou um volume considerável de reservas internacionais e ganhou autonomia na condução de sua política econômica. Mais importante, nos últimos dez anos o Brasil conseguiu gerar um volume expressivo de empregos, com aumento sustentável dos salários reais e inclusão de milhões de pessoas no mercado de trabalho formal e na sociedade de consumo de massa, formando o que vários analistas hoje chamam de “nova classe média” brasileira (BARBOSA, 2013, p.69).

O governo de Dilma Rousseff almejava a continuidade do progresso obtido na gestão anterior. Seu governo teoricamente era fundamentado na corrente desenvolvimentista. Entretanto conforme iremos vislumbrar nos indicadores, sua política econômica não obtiveram resultados positivos, impactando diretamente o setor privado, a economia e a sociedade do país.

Ao longo deste seu mandato vislumbramos duas formas de atuação no que tange à política monetária. A primeira delas possuía uma perspectiva expansionista, entre os anos de 2011 e 2012, acelerando a quantidade de moeda em circulação, bem como expandindo as linhas de crédito, incidindo na demanda agregada. Esta política econômica visava dar continuidade ao crescimento econômico obtido pelo país no segundo mandato de Lula. Contudo sinais de fragilidade começam a despontar na economia do país, encontrando respaldo na relação do consumo e produção nacional, impactando diretamente nas políticas sociais,

O consumo cresce sem expansão da produção industrial devido ao vazamento da renda para o exterior com o aumento das importações de manufaturas e desarticulação das cadeias produtivas domésticas (aumento do conteúdo importado). Conseqüentemente, reduz-se o poder multiplicador das políticas sociais de transferência de renda e aumento do salário mínimo. (TEIXEIRA, PINTO, 2012, p.935-936).

Já a segunda atuação da política monetária do governo Dilma apresenta-se de forma contracionista, de modo a responder esta situação que o país encontrava-se, contudo insuficiente para resultar em saldo positivo, em específico ao Produto Interno Bruto (Gráfico 8, p. 69). Não obstante, ocorreu-se na época um aumento do gasto público, além disto, a gestão implicou numa desoneração fiscal, de tal forma em acarretar numa diminuição da arrecadação do Estado, dificultando um equilíbrio nas contas públicas, sendo mais específico na área fiscal, impactando diretamente de maneira negativa no Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11, p. 74).

4.2.3. Oportunidades Sociais

A terceira liberdade instrumental a ser analisada sob as políticas públicas de desenvolvimento no Brasil será as oportunidades sociais. Conforme exposto na tabela 1 da introdução desta seção, os indicadores de desenvolvimento desta liberdade apresentada por Sen são: i) Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9, p. 71) e ii) Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11, p. 74). Destacamos que ambos os indicadores apresentam dados a partir de 1990, ou seja, poderemos analisar todo o recorte temporal feito por esta pesquisa. Devido à definição de Sen quanto à liberdade instrumental de oportunidades sociais e o caráter destes indicadores, a análise das políticas públicas será elucidar os programas nas áreas da saúde e educação.

Em 1989 marcava-se no Brasil a volta do regime democrático, através da participação da população às urnas. Isto após o momento em que o país enfrentou, por mais de duas décadas, a privação de inúmeros direitos civis e políticos, sob forte opressão do governo militar ditatorial instaurado no país. A volta do regime democrático trouxe à tona a principal característica desta forma de governo, com impacto direto para a população brasileira, traduzida em um processo eleitoral. A eleição de 1989 teve como objetivo principal eleger o representante máximo do poder executivo, tendo então Fernando Affonso Collor de Mello (Fernando Collor) e Itamar Augusto Cautiero Franco (Itamar Franco), respectivamente, eleitos como primeiro presidente e vice-presidente eleitos em uma eleição direta no Brasil, pós-redemocratização.

No governo de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (1990-1994) podemos, inicialmente, evidenciar uma diferença quanto aos resultados obtidos entre os dois indicadores. Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano apresentou uma progressão contínua, o Indicador de Poupança Líquida Ajustada obteve uma queda entre os dois últimos anos mensurados destes governos. Vale destacar de que neste período a agenda executiva tinha como fundamento princípios neoliberal.

Em relação ao sistema educacional brasileiro deste período destacamos uma continuidade quanto aos procedimentos nos governos anteriores. Embora o país tenha participação da Conferência Mundial sobre Educação para Todos no ano de 1990, tendo como objetivo assegurar uma educação básica de qualidade para a população. No mesmo ano, por intermédio do Ministério da Educação o governo institui o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e no ano de 1991 o governo institui outros três programas: Educação com equidade e eficiência; 'Educação com qualidade; e 'Educação para modernidade. Estas políticas públicas nesta área continuaram centralizadas no Ministério da Educação, caminhando contrariamente a agenda executiva do governo de Collor.

Quanto à área da saúde, o governo Collor frisava por uma descentralização da ação estatal nesta área. A esfera executiva buscava delegar esta função aos estados e municípios, com um menor repasse financeiro da esfera federativa. A Reforma Sanitária em sua gestão teve seu auge no ano de 1991, quando o governo reduziu consideravelmente os gastos na área da saúde, resultando em saldos negativos nesta área.

Contudo, durante o intervalo de tempo em que Collor esteve à frente da presidência a prioridade do governo residia na esfera econômica, além disto, ocorreu um escândalo de corrupção envolvendo figuras políticas do alto escalão do governo, entre elas o então presidente Fernando Collor. Embora os programas educacionais não estivessem no cerce da

agenda executiva e passando por percalços quanto à estruturação dos programas, bem como o retrocesso ocasionado na área da saúde, observamos que as iniciativas provocaram do governo Collor resultou no crescimento dos indicadores de desenvolvimento.

Em setembro de 1992 o então Presidente da República eleito apresentou sua renúncia e posteriormente em dezembro do mesmo ano, por decisão do Congresso, oficialmente Fernando Collor foi oficialmente destituído da presidência do país. Assumiu em seu lugar o vice-presidente do país, Itamar Franco. Este apresentava o objetivo claro para a manutenção de ordem democrática e a superação dos graves problemas econômicos. Tendo melhor imagem política, Itamar assumiu em sua gestão o discurso de interinidade. Desta forma ele consolidou sua política como transitória e corretiva.

Nesta época o governo desenvolve o Plano Decenal da Educação para Todos na área da educação. Já em relação à área da saúde o governo extinguiu o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), por haver um forte esquema de corrupção e lobby no instituto, resultando gastos do governo neste programa eram exorbitantes. O único aspecto negativo do governo de Itamar foi de não conseguir solucionar o financiamento do Sistema único de Saúde, além de extinguir. Devido a Estas medidas resultaram em avanços significativos no IDH, porém obtendo uma queda no ANSI, em específico no último ano de seu mandato.

As duas gestões de Fernando Henrique Cardoso são marcadas por um constante crescimento no IDH (gráfico 9). Já em relação ao ANSI (gráfico 11) apresenta um elevado grau de variações, sendo notório um constante declínio no primeiro mandato, contudo sua gestão obteve um crescimento neste indicador nos quatro últimos anos de mandato. Devemos elucidar de que o governo de FHC dava continuidade à implementação da ideologia neoliberal no país, sendo esta a principal orientação para o desenvolvimento e aplicação de cada política pública em seus dois mandatos, seja na esfera econômica, seja na esfera social. A frente do poder Executivo, FHC iniciou uma série de reformulações e desenvolvimento de programas na área educacional e sanitária, dentre as quais evidenciamos como reformas: Reforma no Ensino Fundamental e a Reforma Sanitária.

As políticas educacionais no governo de FHC tinham como centro o ensino fundamental. Dentre as políticas evidenciamos nesta pesquisa: o Plano do financiamento do ensino fundamental, Plano das avaliações educacionais, o Plano das avaliações educacionais, Programa da Descentralização da Merenda Escolar, Bolsa-Escola e o Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (PMDE). No ensino superior destacamos o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) como política educacional do governo. A responsabilidade

quanto ao financiamento destas políticas públicas estava sobre a responsabilidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), promovendo resultados positivos na educação fundamental. Nas palavras de Draibe (2003, p.79), este fundo especial “constituiu um exemplo de inovação que explorou ao limite a possibilidade de alterar a partilha federativa e reordenar a aplicação dos mesmos recursos numa direção redistributiva, além de promover melhorias no nível do gasto médio por estudante, nos salários médios e na qualificação dos docentes”.

Por fim, sobre o governo FHC, a reforma sanitária gerenciada pelo governo, impactou de modo positivo nos indicadores. Draibe (2003) destaca de que as inovações no Sistema Único de Saúde tiveram as seguintes pautas: Financiamento, sistema de transferências e subsídios monetários, Autonomização e descentralização da gestão e do gasto, Diversificação do modelo de assistência e focalização das ações básicas à população carente, Reorganização do aparato regulatório do Estado e Modernização dos sistemas de regulação e controles. É neste momento em que o país vislumbra a criação do Programa Saúde da Família (PSF), além da execução de programas, como exemplo destacado por Draibe (2003), Combate à Mortalidade Infantil e Saúde da Mulher e a criação da Agência Nacional de Saúde.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva destaca-se neste trabalho por apresentar os melhores resultados quanto aos indicadores de desenvolvimento que mensuram as oportunidades sociais propostas por Sen. Independentemente das variações obtidas no Indicador de Poupança Líquida Ajustada, suas duas gestões obtiveram um crescimento notório nos dois indicadores. Assim como os governos analisados anteriormente, apresentaremos os programas sociais e as políticas econômicas que permitiram os resultados obtidos nos indicadores.

Sua gestão é marcada por programas de grande impacto no campo educacional, visando ofertar a expansão das capacidades dos indivíduos que compõem a sociedade. Podemos evidenciar ao longo de sua gestão o desenvolvimento dos seguintes programas, em atuação do Ministério da Educação: Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, Programa Universidade para Todos (Prouni) e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni).

Não obstante a área sanitária o governo Lula destaca-se pela atuação do Ministério da Saúde. Nesta época houve uma alta quantidade de desenvolvimento de políticas públicas federais referentes à saúde, podendo destacar: Programa Brasil Sorridente, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Programa Farmácia Popular Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS Câmara de Regulação do

Mercado de Medicamentos, Programa Saúde e Prevenção nas Escolas ao Programa Nacional de DST/AIDS, Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), Programa Mais Saúde, além de ampliar o Programa Saúde da Família e o Sistema Único de Saúde.

A última gestão que será discorrida, quanto a estes dois indicadores que mensuram as oportunidades sociais, proposta por Amartya Sen, será da presidenta Dilma Rousseff. Em seu mandato observamos algo semelhante em relação às gestões do Estado brasileiro entre os anos de 1990 a 1994, referente aos indicadores desta liberdade instrumental. Dito em outras, palavras o Índice de Desenvolvimento Humano obteve um crescimento, enquanto o Indicador de Poupança Líquida Ajustada resultou numa queda.

Devemos nos atentar de que seu governo buscava dar continuidade as políticas públicas desenvolvidas ao longo da gestão anterior. O destaque desta gestão quanto às políticas educacionais fica entre: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), as expansões do Programa Universidade para Todos (ProUni) e da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni) e zelar pela continuidade de todos os programas já desenvolvidos nas gestões anteriores. Já na área da saúde, podemos evidenciar: as tentativas de continuidade das políticas públicas existentes, além de desenvolver o programa Mais Médicos. Por um lado, os programas sociais nas áreas de educação e saúde no governo Dilma, resultaram um crescimento no IDH. Contudo, estas medidas demonstram sinais negativos na economia, refletindo numa queda do indicador Indicador de Poupança Líquida Ajustada.

4.2.4. Garantias de Transparência

A penúltima liberdade instrumental a ser analisada sob as políticas públicas de desenvolvimento no Brasil será a garantia de transparência. Conforme elucidado ao longo desta pesquisa, esta liberdade instrumental “referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de clareza” (SEN, 1999, p.60). Cabe ao Estado aprovar leis e desenvolver mecanismos, dos quais permitam um controle e transparências de suas atividades. Seguindo a proposta da tabela 1, os indicadores de desenvolvimento desta liberdade apresentada por Sen são: i) Indicadores de Governança Mundial (Gráficos de 1 a 6, p. 59 a 64) e ii) Índice de Liberdade Econômica (Gráfico 12, p. 76). Destacamos de que os IGM iniciam a mensuração a partir de 1996, enquanto o Índice de Liberdade Econômica apresenta dados desde 1995. Desta forma,

poderemos analisar três gestões distintas, em relação ao recorte temporal proposto pela pesquisa.

Novamente o primeiro governo do qual iremos tecer sua atuação será de Fernando Henrique Cardoso. Neste trabalho já tivemos a oportunidade de tecer sobre o ponto cerne proposto pela gestão de FHC quanto à reforma do aparelho do Estado. Não obstante, é indispensável elucidar de que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresentou suas perspectivas em relação à fomentação da transparência da máquina estatal, podendo elencar a utilização de contratos de gestão, participação dos cidadãos, criação de diversas agências reguladoras e executivas, apresentando um elevado grau de autonomia, visando desta forma a eficácia estatal e a transparência com a sociedade.

As principais ações previstas no plano da accountability eram a participação de usuários; a utilização de contratos de gestão como forma de responsabilização por resultados; adoção de mecanismos de controle social nos serviços locais e o aumento da transparência na implementação das ações do governo, possibilitando seu acompanhamento e avaliação. As noções de controle e accountability ficariam, dessa forma, estreitamente ligadas a avaliação e publicidade dos resultados e informações dos órgãos, assim como na institucionalização de mecanismos de participação (ABRÚCIO; PÓ, 2006, p.682).

No segundo mandato de FHC podemos destacar a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a criação da Corregedoria Geral da União. A Lei Complementar nº101/2000 dispõe sobre as normas das finanças públicas voltadas para a gestão fiscal da federação, dos estados e municípios. No ano seguinte em relação à LC nº101/2000, o governo cria a Corregedoria Geral da União, com os objetivos de averiguar a existência de irregularidades por parte da União.

Estas medidas da gestão de FHC proporcionaram diversos efeitos em relação à mensuração por parte dos indicadores. Tecendo brevemente os resultados, é perceptível o crescimento de seis indicadores de desenvolvimento, sendo eles: i) IGM de Eficácia do Governo; ii) IGM de Estabilidade política e ausência de Violência/Terrorismo; iii) IGM de Controle da Corrupção; iv) IGM de Voz e Accountability; v) IGM de Estado de Direito e; vi) Índice de Liberdade Econômica. Somente o IGM de Qualidade de Regulação obteve um resultado negativo. A justificativa pode estar residida quanto às imprecisões no que tange “às competências, atribuições e posicionamentos, dentro da estrutura do Estado” (NUNES, 2001).

Dando continuidade à linha temporal histórica do Estado brasileiro, o próximo governo a ser apresentado será de Luís Inácio Lula da Silva. É indispensável evidenciar de

que ao longo de suas duas gestões também buscaram ampliar a transparência do governo brasileiro, entretanto com uma perspectiva diferente das relações do Estado com a sociedade, adotadas pelo Plano Diretor de FHC. De maneira breve, esta pesquisa elucida os seguintes pontos de atuação do governo Lula frente à transparência, resultando impacto direto nos indicadores de desenvolvimento: i) criação do Programa de Fiscalização por Sorteio Público de Municípios que conveniam com a União; ii) desenvolvimento do Portal Transparência; iii) efetivação da autonomia da Polícia Federal; iv) utilização do Pregão Eletrônico no governo.

Nesta época o país teve reconhecimento de instituições internacionais de certos programas frente à transparência, como, por exemplo, o reconhecimento da Organização das Nações Unidas. Contudo isto não impediu de que a gestão de Lula apresentasse resultados negativos em alguns IGM e no Índice de Liberdade Econômica. Sendo mais específico o país obteve saldos negativos nos seguintes indicadores: i) IGM de Eficácia do Governo; ii) IGM de Estabilidade política e ausência de Violência/Terrorismo; iii) Controle da Corrupção; iv) Qualidade da Regulação e; v) Índice de Liberdade Econômica. Somente nos IGM de Estabilidade Política e ausência de violência/terrorismo, de Voz e Accountability e Estado de Direito obtivemos diferentes, com destaques para os dois últimos citados, pois estes indicadores são totalmente direcionados a garantia de transparência proposta por Sen e alcançaram os melhores resultados de mensuração no governo Lula, em relação ao recorte temporal realizado.

Já a última gestão a ser discorrida quanto a esta liberdade instrumental será de Dilma Vana Rousseff. Inicialmente é necessário destacar que todos os indicadores de desenvolvimento mensuram a liberdade de garantia de transparência, obtiveram um saldo negativo. Iremos tecer brevemente dois pontos relacionados a esta liberdade: i) Lei de Acesso a Informação e; ii) A continuidade da gestão anterior.

O governo de Dilma Rousseff buscou ampliar ainda mais a transparência da atuação por parte da União, regulamentando o direito, previsto na Constituição de 1988, que os indivíduos, bem como os demais componentes da sociedade podem solicitar e receber informações públicas quanto à produção ou custeamento dos órgãos e entidades públicas, de modo que sua gestão obteve a aprovação da Lei de Acesso a Informação. Não obstante, este governo deu continuidade de ampliação às políticas públicas advindas das gestões anteriores, como por exemplo, o Portal da Transparência e a garantia da autonomia de órgãos visando o combate da corrupção no país. Conseqüentemente houve um aumento significativo de investigações por parte destes órgãos frente à União, impactando diretamente nos indicadores de desenvolvimento. Os seis Indicadores de Governança Mundial e o Índice de Liberdade

Econômica obtiveram resultados negativos ao longo dos anos em que Dilma esteve à frente do poder executivo do estado brasileiro.

4.2.5. Segurança Protetora

Neste momento caberá analisar as políticas públicas do Estado brasileiro em relação à última liberdade instrumental apresentada por Sen. Conforme já elucidado nesta pesquisa, a segurança protetora deve ser entendida como “uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte”, Sen (1999, p.60). Desta forma seria obrigação de um Estado garantir programas sociais visando condições mínimas para os indivíduos viverem. Conseqüentemente iremos tecer sobre a assistência social e a previdência social neste recorte temporal.

No início desta seção tivemos a oportunidade de relacionar cada liberdade instrumental com os respectivos indicadores. Desta forma, seguindo a tabela 1, utilizaremos dois indicadores, sendo estes: i) Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9, p. 71) e ii) Índice do Planeta Feliz (Gráfico 13, p. 77). Destacamos a oportunidade de discorrer sobre todos os governos inseridos neste recorte temporal, devido aos dados disponibilizados pelo IDH, bem como ter um entendimento de algumas gestões presidenciais do Estado brasileiro, sobre a ótica de outro indicador, por intermédio do HPI.

Inicialmente é indispensável compreender a formulação da agenda executiva federal da década de 1990. Neste período predominava uma corrente neoliberal, esta se torna o ponto central no que tange a formulação de políticas públicas dos respectivos governos inseridos naquele período. A seguridade social estava no cerne das discussões, juntamente com o cenário econômico do qual o país vivenciava. No entendimento de Carinhato (2008) haviam-se divergências entre a recém Constituição brasileira com as propostas de Fernando Collor. Nas palavras do pesquisador,

As propostas neoliberais – oriundas do bloco conservador que gravitava no entorno da candidatura de Collor de Mello - ganharam espaço no cenário político e econômico, de forma a minar os avanços propostos pela Constituição Cidadã. A Seguridade Social, por exemplo, foi um dos focos privilegiados dessa nova investida conservadora (CARINHATO, 2008, p.43).

O governo executivo da época encaminhou sua proposta de Reforma da Previdência Social (PS), tendo uma composição em dois pontos. O primeiro seria o Plano Geral, do qual

visava inserir toda a sociedade, exceto os servidores públicos (União, autarquias e fundações públicas), uma vez que estes teriam regime próprio. “Os benefícios concedidos por esse plano seriam aqueles do RGPS, com exceção da aposentadoria especial, do acidente do trabalho e enfermidades comuns e profissionais” Marques *et. al.* (2009). Já o segundo ponto um Plano Complementar, em que todos os beneficiados no Plano Geral poderiam participar visando os complementos e benefícios pagos no ultimo ano. Além disto, devemos destacar que as propostas de Collor propunham,

[...] a instituição de um instituto de previdência do servidor público, a extinção das aposentadorias especiais, a criação de um Seguro de Riscos Sociais e a extinção, mais no longo prazo, das contribuições calculadas sobre os salários, tanto para empregadores como empregados [...] previa, ainda, uma previdência complementar privada. Essa seria coberta tanto por entidades fechadas (já existentes), como por sindicatos, associações e federações. Essa iniciativa estaria vedada, contudo, às centrais sindicais e federações (MARQUES *et. al.*, 2009, p.201).

No que se refere a PS, a gestão de Itamar Franco deu início às “alterações nos benefícios concedidos pelo RGPS que não exigiam mudança constitucional” (MARQUES *et. al.*, 2009, p.208). Contudo devido à atenção do governo executivo estar sob a esfera econômica, não vislumbramos a produção de propostas no que tange à previdência social.

No que se refere às políticas de assistência social no período de 1990-1994, observamos a constante busca de uma descentralização das funções da União nesta área. O governo frisava estender cada vez mais parcerias com os estados e municípios brasileiros, do qual a União ficaria a cargo de somente repasses financeiros para atender as políticas públicas que seriam ofertadas pelos estados e municípios. “o governo Collor simplesmente ignorou os preceitos constitucionais, através da desconsideração do Sistema de Seguridade Social inscrito na CF88” (PEREIRA, 2009, p.5).

O governo de FHC realiza uma grande Reforma na Previdência Social. Por intermédio da Emenda Constitucional nº20, do qual permite “a elaboração de leis para modificar os benefícios previdenciários, tanto para os trabalhadores do setor privado quanto para os funcionários públicos” (MARQUES; MENDES; GUINO e ANDRADE, 2009, p.209), e da Lei 9.876 de 26 de novembro de 1999, o governo de FHC realizou modificações na previdência social no que tange: i) requisitos para o tempo de contribuição destinado a aposentadoria; ii) valor pago por meses de contribuição e; iii) alteração no regime dos funcionários públicos.

Quanto ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas de assistência social, esta pesquisa evidencia de que o governo de FHC foi responsável pela Rede Social de Proteção Social, englobando diversos programas sociais, entre eles: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-gás. Desta forma, o governo deu início ao combate da miséria no país, do qual estas medidas refletiram positivamente diretamente no IDH. Para alguns estudiosos, como Draibe (2003),

A política social proposta pelo governo FHC foi definida de modo ambicioso e apresentada sob uma armação complexa... em documento intitulado Uma estratégia de desenvolvimento social [...] O campo da proposta é delimitado: a política social tratada no documento é a que se destina a garantir o direito social, a promover a igualdade de oportunidades e a proteger os grupos vulneráveis (DRAIBE, 2003, p.72).

A Previdência Social no governo Lula também obteve mudanças. No entendimento de Marques, Mendes, Guino e Andrade (2009), houve a introdução dos seguintes pontos na PS: (a) teto para o valor da aposentadoria do servidor público; (b) contribuição incidente sobre o valor da aposentadoria, a partir de certo nível. Além disto, o governo iniciou tentativas de mudanças da PS no setor público. Em relação às políticas públicas de assistência social, é perceptível o esforço da gestão 2003-2010 quanto o desenvolvimento e implementação de programas visando o combate da miséria, ofertando condições mínimas para a sociedade no país. Destacamos nesta pesquisa os seguintes programas do governo Lula: Fome Zero, Bolsa Família, Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida.

Uma peculiaridade deste governo reside nos resultados obtidos nos indicadores. Enquanto o país obteve um crescimento notório no IDH, houve uma flutuação dos resultados no HPI. A justificativa pode estar residida na metodologia de cada indicador, além disto, o HPI não fornece dados anuais quanto à gestão de Lula, dificultando uma análise mais descritiva da relação deste indicador com as políticas públicas implementadas.

No campo da seguridade social o governo de Dilma é perceptível uma busca de continuidade em programas do qual visavam o combate da pobreza, de forma a ampliar garantias mínimas via aumento de transferência de renda para as famílias. Conseqüentemente a presidenta ampliou os investimentos em programas específicos iniciados no governo de Lula. Não obstante, sua gestão desenvolveu dois programas impactando diretamente no IDH: i) Rede Cegonha e ii) Brasil Carinhoso.

Vale destacar que a presidenta completou a reforma da previdência social do setor público, iniciada no governo anterior, criando o Fundo de Previdência Complementar para os

Servidores Públicos Federais. Contudo estas políticas públicas não impediram o declínio do HPI. Compreendendo de que estes programas sociais não atendem as metodologias deste indicador e que por isto o governo obteve um declínio dos resultados.

4.3. Propostas de Políticas Públicas

Nesta seção buscamos apresentar propostas de políticas públicas para Estado brasileiro. A linha de argumentação deste ensaio terá como cerne os resultados obtidos pelas políticas públicas implementadas nos governos analisados no recorte temporal realizado, em relação aos resultados apresentados nos indicadores de desenvolvimento que mensuram todas as liberdades instrumentais apresentadas por Amartya Sen.

Deve-se salientar que cada indicador apresentou determinada mensuração nos respectivos anos abordados neste ensaio. A justificativa reside especialmente na metodologia adotada por cada instituição provedora destes indicadores de desenvolvimento de modo a compreender. Desta forma, não cabe neste ensaio tecer sobre os pontos convergentes, ou não, de cada indicador, bem como era necessário explicitar ao leitor a diferença dos resultados mensurados, quando comparado.

Faz-se necessário enfatizar novamente que este trabalho relacionou cada liberdade instrumental com os respectivos indicadores de desenvolvimento, tendo como norte o ensaio “*As Liberdades Instrumentais de Amartya Sen e os novos Indicadores de Desenvolvimento*” de Júnior (2012). No que tange à liberdade política e garantia de transparência, este ensaio apresentou os seguintes indicadores de desenvolvimento: i) Indicadores de Governança Mundial (Gráficos 1 a 6, p. 59 a 64); ii) Índice de Democracia (Gráfico 7, p. 66) e; Índice de Liberdade Econômica (Gráfico 12, p.76).

Em relação aos IGM de Eficácia Governamental (Gráfico 1, p.59), Estabilidade Política/ausência violência e de terrorismo (Gráfico 2, p.60), Controle da Corrupção (Gráfico 4, p.62), Voz e Accountability (Gráfico 5, p.63) e Liberdade Econômica (Gráfico 12, p.76) as políticas públicas adotadas pela gestão de Fernando Henrique Cardoso sobressaíram-se em relação a maior parte dos demais governos abarcados nesta pesquisa. Dito em outras palavras, podemos compreender o fato de que a criação e implementação de políticas públicas propondo uma Reforma do Aparelho do Estado, um Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), uma Corregedoria Geral da União, aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a formulação e aplicação de um Programa de Governo Eletrônico tende em promover ambas as liberdades instrumentais propostas por Sen, de forma em garantir o desenvolvimento.

É interessante evidenciar que parte das políticas públicas adotadas, que abarcam os IGM de Controle da Corrupção (Gráfico 4, p.62), Voz e Accountability (Gráfico 5, p.63), no decorrer da gestão de Luís Inácio da Silva proporcionaram resultados tão significativos comparados a da gestão de FHC. Logo, este ensaio conclui de que a criação dos treze Conselhos Nacionais, dentre eles Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho Nacional de Promoção à Igualdade Racial (CNPIR) e o Conselho Nacional do Trabalho, além da implementação do Programa de Fiscalização por Sorteio Público de Municípios que conveniam com a União, o desenvolvimento do Portal Transparência, a efetivação da autonomia da Polícia Federal, a utilização do Pregão Eletrônico no governo, promovem a expansão das liberdades instrumentais destacadas, por conseguinte o desenvolvimento.

Quanto aos Indicadores de Governança Mundial de Qualidade de Regulação (Gráfico 3, p.61) e Estado de Direito (Gráfico 6, p.64) o segundo mandato de Lula resultou nos maiores saldos positivos. Desta forma, podemos propor o entendimento de que políticas públicas como a criação do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), Advocacia Geral da União e a Controladoria Geral da União, bem como o provimento da autonomia da Polícia Federal, tendem a ocasionar a expansão destas liberdades instrumentais. Já o Índice de Democracia (Gráfico 7, p.66) assinala de que as duas gestões mensuradas, de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, adotaram políticas públicas que demonstram resultados negativos no que tange à promoção da liberdade política e a garantia de transparência. Dito em outras palavras, embora o Estado brasileiro tenha apresentado um crescimento notável, durante certo período da gestão de Dilma, este indicador entende que estas foram insuficientes para a promoção das liberdades instrumentais destacadas.

Neste ensaio percebemos de que o Índice GINI (Gráfico 10, p.72) e o Indicador de Poupança Líquida Ajustada (Gráfico 11, p.74), obtiveram uma mensuração notável ao longo da gestão de Lula. Levando-nos a compreender de que suas políticas econômicas, bem como as de caráter social, resultaram na promoção do crescimento econômico e na queda das desigualdades sociais no Brasil. Políticas públicas sociais, destacadas neste ensaio, como: Fome Zero, Bolsa Família, Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida, Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, Programa Universidade para Todos (ProUni), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Programa Farmácia Popular, além de ampliação o Programa Saúde da Família e o Sistema Único de Saúde, expandem diretamente delas

liberdades instrumentais apresentadas por Sen, sendo elas: Oportunidades Sociais e a Segurança Protetora, podendo influenciar diretamente na última liberdade instrumental que iremos tecer nesta seção.

Segundo Amartya Sen (1999, p.61) as liberdades instrumentais “suplementam-se mutuamente e podem, além disso, reforçar umas às outras”. Ao longo da obra *Desenvolvimento como Liberdade*, o economista evidencia diversos exemplos da inter-relação das liberdades instrumentais, dentre elas,

A criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução das taxas de mortalidade, por sua vez, pode ajudar a reduzir as taxas de natalidade, reforçando a influência da educação básica – em especial da alfabetização e escolaridade das mulheres – sobre o comportamento das taxas de fecundidade (SEN, 1999, p.61).

Após evidenciarmos as políticas públicas provedoras da expansão de cada liberdade instrumental de oportunidades sociais, bem como a segurança protetora, podemos compreender os reflexos obtidos no crescimento econômico no país, de modo a influenciar diretamente na liberdade instrumental de facilidades econômicas. Quanto a esta liberdade, voltamos nossa atenção, especialmente, ao Produto Interno Bruto (Gráfico 8, p.69) de modo em acentuar a gestão de Lula, por apresentar o maior resultado positivo neste indicador de desenvolvimento. Não obstante suas políticas econômicas, como um equilíbrio fiscal, a ampliação das políticas de renda, bem como nas linhas de crédito, tanto para as empresas quanto aos indivíduos, sinalizam a possibilidade de promover a expansão das demais liberdades instrumentais, devido à inter-relação, conforme já citado, garantindo o desenvolvimento para os indivíduos, tendo o Estado como principal agente indutor.

Por fim, buscamos tecer sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (Gráfico 9, p.71) e Índice do Planeta Feliz (Gráfico 13, p.77) em relação às liberdades instrumentais. Mensurando anualmente o Estado brasileiro desde 1990, o IDH apresentou de forma geral uma contínua ascensão no indicador, de modo a dificultar uma análise mais aprofundada da atuação estatal no provimento destas liberdades. Já o HPI apresenta inicialmente, como empecilho para uma análise minuciosa, a partir do início de sua mensuração, bem como, a ausência de mensuração de valores em diversos anos, conforme demonstrado neste ensaio, consequentemente dificulta a possibilidade de tecer uma análise comparativa entre as gestões que este indicador avalia.

5. Considerações Finais

O presente ensaio buscou desde sua concepção analisar, à luz da teoria do Desenvolvimento como Liberdade, proposta por Sen (1999), a atuação do Estado brasileiro durante 25 anos na promoção do desenvolvimento, com o seguinte questionamento norteador: Quais as políticas públicas no Brasil foram indutoras de desenvolvimento, considerando a abordagem de Desenvolvimento como liberdade? Visando atingir o objetivo geral desta pesquisa, inicialmente contextualizamos o papel do Estado frente ao desenvolvimento, de modo a resgatar concepções teóricas, advindas de duas crises, das quais o mundo passou, exigindo a remodelação da atuação estatal. Não obstante, percebeu-se, a ausência de uma definição uniforme sobre os meios de atuação do Estado, em específico, nas concepções teóricas sobre a modernização abordada neste ensaio. Devido o nosso objeto de estudo, o Estado brasileiro, situar na América Latina, visamos discorrer sobre parte do arcabouço teórico dos pensadores econômicos e formuladores de políticas públicas nos Estados latino-americanos, de forma em abordar brevemente o entendimento destes em relação à teoria Estruturalista. Tivemos a oportunidade, de discorrer, brevemente, sobre o processo de desenvolvimento no Brasil, de modo a observar potencialidades e fragilidades ao longo do último século a atuação do Estado brasileiro. Ainda discorreremos sobre a concepção neodesenvolvimentista, nela observamos suas definições, de modo a evidenciar os potenciais desta teoria.

Logo após, visamos tecer sobre parte do arcabouço seniano, evidenciado em sua obra célebre, denominada como Desenvolvimento como Liberdade. Em nossa análise, buscamos evidenciar os principais pontos desta concepção teórica, ao mesmo tempo, relacionando diretamente com a possibilidade de atuação do Estado na promoção do Desenvolvimento. De maneira geral, percebe-se, de Amartya Sen (1999), centraliza esforços visando em afirmar a necessidade da seguridade da expansão da liberdade dos indivíduos, pois “quando nos concentramos nas liberdades ao avaliar o desenvolvimento, não estamos sugerindo que existe algum “critério” de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento podem ser analisadas e comparadas” (SEN, 1999, p.52), bem como Sen (1999, p.25) reconhece que “as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais”. Dito em outras palavras, para Sen (1999), as liberdades possuem um “papel constitutivo”, de forma a relacionar no enriquecimento da vida humana, bem como um “papel instrumental” revelando-se com as possibilidades de direitos e oportunidades, contribuindo para o aumento da liberdade humana.

Para realizar uma melhor compreensão desta concepção seniana, evidenciamos as definições das liberdades substantivas e instrumentais, de modo em perceber de que para Sen (1999), as cinco liberdades instrumentais: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora, relacionam-se diretamente com o provimento das capacidades e condição de agente livre dos indivíduos.

Dando continuidade em busca de atingir nossos objetivos e problema de pesquisa, evidenciamos a possibilidade de mensurar o provimento, ou não, das liberdades instrumentais propostas por Sen, de modo que uma pesquisa bibliográfica resultou na apresentação de uma série de indicadores de desenvolvimento nas últimas décadas, com cada uma destas liberdades, possibilitando, desta forma, em realizar uma análise do Estado brasileiro, pós-redemocratização (1989). Devemos salientar novamente uma descontinuidade de mensuração de certos anos em alguns indicadores, entretanto este fato não sobressaiu na análise dos governos abordados neste ensaio, bem como é interessante destacar novamente de cada indicador possui suas peculiaridades quanto à metodologia adotada pelos mesmos, de modo a permitir estudos futuros, visando o aprimoramento destes mecanismos de análise do desenvolvimento.

Desta forma iniciamos a discussão dos resultados deste ensaio, com a certeza de que conseguiríamos mensurar a implementação das políticas públicas, advindas do Estado brasileiro, quanto a teoria seniana, de modo em relacionar as concepções teóricas no campo de aplicação. Nestes vinte e cinco anos abordados, o Brasil obteve duas formas distintas de concepção teórica sobre o papel do Estado, denominadas de neoliberal e neodesenvolvimentista. Ficou perceptível, de que ambas as correntes ideológicas demonstraram potencialidades e fragilidades nas políticas públicas adotadas, de modo que foi necessário evidenciar as políticas que resultaram na expansão das liberdades dos indivíduos. Consequentemente trouxemos à luz, propostas de políticas públicas, das quais o Estado brasileiro poderia frisar, no sentido de continuidade ou não, em prol do desenvolvimento.

A principal contribuição deste ensaio reside na contínua busca de averiguar uma possível convergência, ou não, do papel do Estado nas concepções desenvolvimentistas em relação a sua própria atuação, por intermédio da criação, reformulação ou extinção das políticas públicas. Através da análise histórica percebemos pontos centrais de atuação do Estado, podendo ampliar as discussões sobre este agente indutor de mudança, bem como refletir sobre as concepções teóricas de desenvolvimento existentes.

Por fim, este ensaio destaca dois pontos sobre agenda de estudos futuros. O primeiro ponto reside em dar continuidade de análise da teoria com a prática, dito em outras palavras,

acreditamos na necessidade de que as teorias desenvolvimentistas devem ser inseridas cada vez mais no ambiente das quais as próprias analisam, visando à promoção do bem-estar. Já o segundo ponto é caracterizado pela necessidade de criação de novos indicadores, sendo que estes, de maneira semelhante apresentado neste ensaio, possam mensurar minuciosamente cada concepção teórica do desenvolvimento, permitindo, desta forma, a ampliação das discussões da academia, além de ocasionar uma avaliação detalhada das políticas públicas já existentes, possibilitando, se necessário, reajustes, ampliação ou termino de determinada política.

6. Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajatória recente da gestão pública brasileira**: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de administração pública*, v. 41, p. 67-86, 2007.
- ADORNO, S. **Lei e ordem no segundo governo FHC**. São Paulo: Tempo Social, USP, v.15, n.2, 2003, p.103-140.
- ALMEIDA, M. H. T. **A Política Social No Governo Lula**. Buenos Aires: Revista El Debate Político, Novos Estudos Cebrap, nº 70, 2004, pp. 7-18.
- ANDRADE, Regis de Castro. A reforma institucional no Brasil. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28-29, p. 05-20, 1993.
- BAER, W; KERSTENETZKY, I; VILLELA, A. V. **As modificações do papel do Estado na economia brasileira**. Rio de Janeiro, 1973.
- BAIRD, M. F. **As agências reguladoras no governo Dilma**: trajetória errática?. Brasília: VI Congresso Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, 2014.
- BARBOSA-FILHO, N. H. **Dez anos de política econômica**. In: SADER, E. (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.
- BATISTA JR, P. N. **O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina**. São Paulo: Estudos Avançados vol.10, nº 28, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. **Vigência das contribuições de Celso Furtado** ao estruturalismo. *Revista da CEPAL*, número especial em português, maio, 2010.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A economia e a política do Plano Real. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4, p. 56, 1994. _____. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, texto para discussão 274, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia Estruturalista Do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas São Paulo, 2010.
- CANO, W. Brasil: é possível uma reconstrução do Estado para o desenvolvimento? **RASP** 1937 a 2007. Brasília, 2007. p. 59-69. Disponível em:<http://antigo.enap.gov.br/downloads/RSP_70Anos_2FINAL1.pdf>. Acesso em: 26 maio 2016.

CARDOSO, F. Originalidade da cópia: a **CEPAL** e a **idéia de desenvolvimento**. In: _____. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARINHATO, P. H. **Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. Marília: Revista Aurora, ano 11, n° 3, dez. 2008, p.37 – 46.

CEARÁ, Governo do Estado. **Entendendo o ÍNDICE DE GINI**. Ceará: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE,

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. **O Declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 2, 2014, p.153-171.

CIMA, E. G. e AMORIM, L. S. B. **Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação**. Revista da FAE, Curitiba, v.10, n.2, p.73-87, 2007.

COIMBRA, C. **Como se calcula o Produto Interno Bruto**. Instituto Nacional de Estatística de Portugal, 2011.

COSTA, A. B. **O desenvolvimento na visão de Joseph Schumpeter**. Cadernos IHU Ideias, Instituto Humanitas Unisinos, ano 4, n. 47, 2006.

COUTO, J. M. **Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia**. Revista de Economia Política, vol. 37, n° 1 (146), pp. 65-87, 2017.

CRUZ, V; RAMALHO, P. I. S. **Qualidade da regulação no Brasil: indicadores de monitoramento e avaliação**. Salvador: Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, n°38, 2014.

DALLABRIDA, V. R. **Aportes Teóricos do Estruturalismo Latino-Americano: uma contribuição à Teoria do Subdesenvolvimento**. Rio Grande do Sul: V Seminário de Desenvolvimento Regional, 2011.

DRAIBE, S. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. Tempo Social, USP, v.15, n.2, 2003, p.63-101.

FAGNANI, E. **A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Brasília: SER Social, v. 13, n. 28, 2011, p. 41-802011.

FARIAS, Maurício G. M. **A ação do Estado nas teorias do desenvolvimento regional**. 2014.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI F; VALENTE A. L. **Governabilidade e concentração de poder institucional - o Governo FHC**. São Paulo: Tempo Social, USP, n 11(2), 1999, p.49-62.

FONSECA, D. **Gêneses precursores do Desenvolvimento**. São Paulo: Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, 2004.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GADELHA, C. A. G. **Estado e Inovação uma perspectiva evolucionista**. Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, vol. 6, n. 2, pp. 85-117, 2002.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social- 6a edição**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. S. **A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro**. Pelotas: Encontro Internacional de Ciências Sociais: Instituições políticas e pensamento político latino- americano, 2014.

HEIDMANN, F. G. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da UNB, 2009.

HIGGINS, B. **¿Existen los pólos de desarrollo?** In: KUKLINSKI, A. (Org.). **Desenvolvimento polarizado e políticas regionais: uma homenagem a Jacques Boudeville**. México: Fundo de Cultura Económica, 1985.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, Livro 10, 2010.

IVO, A. B. L. et al (Coords.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. – São Paulo: Annablume; 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

JEFFREY, K; WHEALEY, H; ABDALLAH, S. **O Índice do Planeta Feliz 2016: Um índice global de bem-estar sustentável**. 2016.

JUNIOR, C. B. C. **As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Pontifícia Universidade Católica, 2012.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. **Os Indicadores de Governança Mundial: Metodologia e Questões Analíticas**, 2011.

KIRK, H. **Economia Genuína como Indicador de Sustentabilidade**. Banco Mundial: Documentos do Departamento de Meio Ambiente 22744, paper n° 77, 2000.

LIMA, V. F. S. A.. **Padrões de acumulação e políticas sociais no Brasil**. Maranhão: Revista de Políticas Públicas, v. 7, n. 1, p. 137-174, 2003.

MARQUES, R. M., MENDES, A; GUINO, C. K.; ANDRADE, P. R. **A Previdência Social: da Constituição à reforma de Lula?*** (A Segurança Social: da Constituição até a Reforma de Lula). Porto Alegre: Revista Textos & Contextos, v. 8, n. 2 p. 195-218, jul./dez. 2009.

MATTEI, L. **Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro**. São Paulo: Revista de Economia vol. 33, n° 1 (130), p. 41-59, 2013.

MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Uma releitura das Contribuições de Celso Furtado**. Brasília: Ipea, 2004.

MENICUCCI, T. M. G. **A política de saúde no governo Lula**. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 522-532, 2011.

MOREIRA, S. B; CRESPO, N. 2012. **Economia do Desenvolvimento – Das Abordagens Tradicionais aos Novos Conceitos de Desenvolvimento**. *Revista de Economia* 38, 2: 25 – 50, Editora da UFPR, 2012.

NERY, TIAGO. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950-1990**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NIEDERLE, P. A; RADOMSKY, G F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Rio Grande do Sul: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PACHECO FILHO, Calino Ferreira. Saldos do governo Collor. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 20, n. 3, p. 40-45, 1992.

PAIM, JS. **Período Itamar**. In: Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, pp. 193-202. ISBN 978-85-7541-359- 3.

PECIN, G. D. G.; LOBO, C. G. A. **A Comunicação do Governo FHC na Reforma Administrativa do Estado**. Rio de Janeiro: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015.

PEREIRA, J. M. **Reforma do Estado e transparência: estratégias de controle da corrupção no Brasil**. Lisboa: VII Congresso Internacional del CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, 2002.

PEREIRA, L. D. **Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2009.

PINHEIRO, M. M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Brasília: Ipea, 2012.

PÓ, M. V.; ABRUCIO, F. L. **Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças**. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 4, p. 679-698, jul./ago. 2006.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (Edição do 20º Aniversário) A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. Programa das Nações Unidas, 2010.

OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas**. São Paulo: *Tempo Social, USP*, p. 195-217, 2003.

ROSTOW, W, W. **O Processo de Crescimento Econômico**. New York: W.W Norton & Company, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 14-28.

SANTOS, W. G.. **Do Laissez-faire repressivo à cidadania em recesso**. IN: Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979. p. 71-82.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, [1911/1934], 1982.

SEN, A. K. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 220-235, 1999.

SILVA, A. L. G. **Estruturalismo Latino-Americano e Desenvolvimento na Perspectiva Neo-Schumpeteriana**. Conferência Internacional América Latina: Rede Economia de Aprendizagem, Inovação e Sistemas de Construção de Competências, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação - 4a edição**. Florianópolis: Editora Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FUNDAÇÃO HERITAGE. **Metodologia do Índice de Liberdade Econômica 2017**, p.455-469.

UDERMAN, S. **O Estado e a Formulação de Políticas Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 232-250, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCCs, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Lavras, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/11017>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

VIEIRA, R.M; CARVALHO, E. **Dossiê: Desenvolvimentismo e Pensamento Estruturalista**. São Paulo: Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, 2004.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. **A economia política dos governos FHC , Lula e Dilma: dominância financeira , bloco no poder e desenvolvimento**. UNICAMP, Economia e Sociedade, v. 21, p. 909-941, 2012.

WEBBER, C. M.; LABASTE, P. CHEN, M. A.; CHAMBERS, R. **Índice de Democracia 2015 Democracia em uma era de ansiedade**. O Escritório de Governo da Ciência, 2015.